

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Diogo Tavares Motta

Patrimônio cultural e relações internacionais: o caso da CPLP

Juiz de Fora

2024

Diogo Tavares Motta

Patrimônio cultural e relações internacionais: o caso da CPLP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Cultura e Poder. Linha de pesquisa: Narrativas, Imagens e Sociabilidades.

Orientador: Professor Doutor Rodrigo Christofolletti

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Motta, Diogo Tavares.
Patrimônio cultural e relações internacionais : o caso da CPLP /
Diogo Tavares Motta. -- 2024.
115 f.

Orientador: Rodrigo Christofolletti
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Língua Portuguesa. 2. Diplomacia Cultural. 3. CPLP. 4. Patrimônio Linguístico-cultural. 5. Lusofonia. I. Christofolletti, Rodrigo, orient. II. Título.

Diogo Tavares Motta

Patrimônio cultural e relações internacionais: o caso da CPLP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Cultura e Poder. Linha de pesquisa: Narrativas, Imagens e Sociabilidades.

Aprovado em 15 de julho de 2024

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Christofolletti, Professor(a)**, em 15/07/2024, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Olender, Professor(a)**, em 15/07/2024, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Prof. Dr. Marcos Olender

Universidade Federal de Juiz de Fora



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Miranda Zetola**, **Usuário Externo**, em 20/07/2024, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Prof. Dr. Bruno Miranda Zétola
Ministério das Relações Exteriores – DF



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1861075** e o código CRC **0E3D850E**.

*Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura;
Ouro nativo, que, na ganga impura,
A bruta mina entre os cascalhos vela...*

*Amo-te assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela
E o arrollo da saudade e da ternura!*

*Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,*

*Em que da voz materna ouvi: “meu filho!”
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!*
(Olavo Bilac)

RESUMO

O patrimônio tem ocupado um lugar de destaque cada vez maior nas relações internacionais contemporâneas, sendo incorporado, progressivamente, aos discursos e estratégias de diplomacia cultural de diversos países. Diante disso, a língua se coloca como o vetor fundamental do patrimônio, não apenas a partir da transmissão das tradições orais, mas também diante das significações simbólicas construídas sobre o patrimônio material. Esta Dissertação tem como objetivo analisar de que maneira o patrimônio histórico, linguístico e cultural (teoricamente) compartilhado pelos países de língua portuguesa tem sido instrumentalizado na busca de seus objetivos de política externa. Para desenvolver esta pesquisa, é realizada uma análise sobre a criação e o desenvolvimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a sua associação ao conceito de lusofonia; assim como uma discussão em torno das relações existentes entre língua, cultura e patrimônio. Por fim, analisamos o desenvolvimento histórico da promoção e difusão da língua portuguesa pelo Brasil no exterior e o papel que a CPLP desempenha na diplomacia brasileira.

Palavras-chave: língua portuguesa; diplomacia cultural; CPLP; patrimônio linguístico-cultural; lusofonia.

ABSTRACT

Heritage has occupied an increasingly prominent place in contemporary international relations, being progressively incorporated into the discourses and cultural diplomacy strategies of different countries. In light of this, language stands as the fundamental vector of heritage, not only based on the transmission of oral traditions, but also in view of the symbolic meanings built on tangible heritage. This thesis aims to analyze how the historical, linguistic, and cultural heritage (theoretically) shared by Portuguese-speaking countries has been instrumentalized in the pursuit of their foreign policy objectives. To develop this research, an analysis was carried out on the creation and development of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP, in its Portuguese acronym) and its association with the concept of Lusophony, as well as a discussion around the relationships between language, culture and heritage. Finally, we analyze the historical development of the promotion and diffusion of the Portuguese language internationally by Brazil and the role that the CPLP plays in Brazilian diplomacy.

Keywords: portuguese language; cultural diplomacy; CPLP; linguistic-cultural heritage; lusophony.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Localização das unidade IGR e dos NEBs por regiões do mundo em 2024.....	91
Gráfico 2 – Atividades culturais apoiadas pelo IGR por região do mundo em 2022	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentuais de patrimônios culturais, naturais e mistos reconhecidos pela UNESCO por região do mundo em 2024.....	69
Tabela 2 – Quantidade de elementos nacionais inscritos na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, por região do mundo em 2024.....	71
Tabela 3 – Número de projetos de cooperação técnica com os PALOP e o Timor Leste.....	99

LISTA DE SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
CCB	Centro Cultural Brasileiro
CEB	Centro de Estudos Brasileiros
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
Celpe-Bras	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
CLC	Centro Lúcio Costa
CPC	Comissão de Patrimônio Cultural
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSS	Cooperação Sul-Sul
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EU	União Europeia
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
ICUB	Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro
IGR	Instituto Guimarães Rosa
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NEB	Núcleo de Estudos Brasileiros
OIG	Organização Internacional Governamental
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIGC	Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
PAB	Plano de Ação de Brasília
PADíli	Plano de Ação de Díli
PALis	Plano de Ação de Lisboa
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEI	Política Externa Independente
PPPLE	Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/ Língua Não Materna
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TCTC	Terminologias Científicas e Técnicas Comuns
UA	União Africana
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VOC	Vocabulário Ortográfico Comum

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	“O QUE QUER O QUE PODE ESTA LÍNGUA?”	13
1.2	SOFT POWER E O PODER DA LÍNGUA.....	16
1.3	DIPLOMACIA CULTURAL: UMA AÇÃO DE GOVERNOS.....	18
1.4	ENTRE PATRIMÔNIO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	21
1.5	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	22
2	NOS ENTENDEMOS EM PORTUGUÊS?	27
2.1	A CONCEPÇÃO DE UMA COMUNIDADE LUSÓFONA.....	27
2.2	LÍNGUA PORTUGUESA: ENTRE A OPRESSÃO E A OPORTUNIDADE.....	32
2.3	A CULTURA COMO FUNDAMENTO DE INTEGRAÇÃO.....	38
2.4	MULTILATERALISMO E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....	41
2.5	COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	45
2.5.1	Estrutura Organizacional.....	47
3	LÍNGUA, CULTURA E PATRIMÔNIO LUSÓFONO: ENTRE A HETEROGENEIDADE E A HOMOGENEIZAÇÃO.....	52
3.1	A LÍNGUA: VETOR DE APROPRIAÇÃO DA CULTURA.....	52
3.2	CPLP: DE QUAL PORTUGUÊS ESTAMOS TRATANDO?	57
3.3	O INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	62
3.4	PATRIMÔNIO LUSÓFONO: DIVERSIDADE E OPORTUNIDADE.....	67
3.4.1	A Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP.....	72
3.5	A MINHA PÁTRIA É A LÍNGUA PORTUGUESA?	75
4.	O BRASIL E A LUSOFONIA: AS POSSIBILIDADES DE UMA DIPLOMACIA CULTURAL.....	77
4.1	O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA CULTURAL BRASILEIRA.....	77
4.1.1	Política Externa Independente (1961-1964): primeiro ponto de inflexão.....	80
4.1.2	A ambiguidade brasileira frente a independência da África Lusófona.....	83
4.2	A LÍNGUA PORTUGUESA COMO INSTRUMENTO DA DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA.....	86
4.2.1	A difusão da língua portuguesa falada no Brasil.....	87
4.3	CPLP: UM OCEANO DE OPORTUNIDADES?	93
4.3.1	Os objetivos político-diplomáticos do Brasil.....	93
4.3.2	A importância da cooperação na atuação internacional brasileira.....	96

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
	REFERÊNCIAS.....	105
	ANEXO A – BENS E ELEMENTOS CULTURAIS DOS PAÍSES DA CPLP NAS	
	LISTAS DA UNESCO.....	112

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da presente dissertação está inserido na interseção entre a História e as Relações Internacionais, com ênfase no patrimônio linguístico-cultural e na cooperação internacional entre os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Assim, este trabalho se debruça sobre uma organização que reúne países de base plural e que compreendem um espaço geográfico descontínuo, mas que compartilham um profundo laço cultural: a Língua Portuguesa. Esta seção introdutória tem como foco a discussão de conceitos analíticos essenciais para a elaboração desta pesquisa, assim como o papel fundamental que o fator cultural tem desempenhado nas relações internacionais contemporâneas.

1.1 “O QUE QUER, O QUE PODE ESTA LÍNGUA?”¹

As dinâmicas de tempo e espaço têm sido profundamente modificadas a partir do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e transportes, o que transformou substancialmente o relacionamento entre os países, suas populações e seus governos. Neste novo espaço, de fronteiras mais fluidas e comunicação mais instantânea, aspectos relacionados à difusão e preservação do patrimônio cultural passam a ocupar um lugar de destaque cada vez maior nas estratégias externas dos países e nos diálogos multilaterais, já que com a maior circulação de pessoas e informações a dicotomia entre o global e o local deixou de ser bem delimitada.

Esse processo de troca cultural internacional não é, evidentemente, um fenômeno recente, tampouco uma invenção da era eletrônica, entretanto o que o difere de épocas anteriores, segundo Edgar Telles Ribeiro (2011, p. 22-23), é a grande velocidade com que as informações circulam hoje, além da importância política dessa troca de ideias, o que, conseqüentemente, coloca a cultura em um lugar de crescente importância nas relações internacionais. Assim, os aspectos culturais passam a influenciar as estratégias de projeção de poder dos países em âmbito externo e as suas relações com os demais Estados do Sistema Internacional.

Diante desse contexto, ao refletir sobre o conjunto dos países lusófonos, devemos levar em consideração que estamos tratando, necessariamente, de Estados heterogêneos, que

¹ Verso da música “Língua” de Caetano Veloso.

apresentam níveis assimétricos de desenvolvimento, que não fazem fronteira entre si e que possuem distintos objetivos e expectativas em relação à CPLP. Da mesma forma, significa analisar povos que compartilham uma profunda herança histórico-cultural, oriunda do período colonial, e que tem na Língua Portuguesa a expressão maior desse patrimônio. A comunidade lusófona está presente em quatro continentes – África, América, Ásia e Europa – e abrange cerca de 300 milhões de pessoas².

De acordo com os dados reunidos pelo Observatório da Língua Portuguesa³, o português é falado por cerca de 3,7% da população mundial, sendo o idioma mais utilizado no Hemisfério Sul e a quinta língua mais usada na internet. É também idioma oficial ou de trabalho em 32 organizações internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a União Africana (UA), a União Europeia (EU) e a UNESCO. As projeções apontam que em 2050 o número de falantes de português aumentará para cerca de 400 milhões de pessoas, e em 2100 para mais de 500 milhões. Além disso, estima-se que o continente africano registrará o maior aumento, impulsionados principalmente pelo grande crescimento demográfico previsto para Angola e Moçambique.

A CPLP foi criada, como um espaço multilateral de articulação internacional entre esses países, em um cenário de expansão da atuação das Organizações Internacionais Governamentais. O processo de integração se apoiou no compartilhamento do idioma e foi guiado por uma dita identidade cultural comum, com base na solidariedade e na cooperação entre os seus membros. É importante destacar, para compreender o contexto que possibilitou o surgimento da comunidade, que com o fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, da ordem bipolar, o multilateralismo passa a ser visto, cada vez mais, como um fator que confere legitimidade às decisões internacionais.

A Língua Portuguesa serviu, então, como o principal dinamizador para a criação da CPLP, contudo a comunidade não se restringe à promoção e difusão do idioma. A partir desse ponto inicial foi formada uma organização internacional com personalidade jurídica, que atua tanto em processos internos de cooperação em todos os domínios, e que busca fortalecer as conexões identitárias entre seus membros, quanto em procedimentos externos de concertação diplomática, atuando em fóruns internacionais mais amplos (Lafer, 2013).

² Segundo o relatório “O estado da população mundial” do Fundo das Nações Unidas para a População, Unfpa, o número total de pessoas a viver nos países de língua oficial portuguesa totaliza 291,4 milhões de pessoas. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/04/1667931>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

³ Dados disponíveis em: <<https://observalinguaportuguesa.org/dados-estatisticos-graficos/>>. Acesso em: 06 de mar. 2024.

De acordo com Lafer, o que diferencia a CPLP de outras organizações internacionais é a atuação conjugada de um multilateralismo que atua, ao mesmo tempo, no plano interno da comunidade e no desenvolvimento e aprofundamento de relações com países e organismos externos. O papel da instituição no processo de independência do Timor Leste é um bom exemplo da junção dessas duas estratégias, aliando a cooperação interna à concertação diplomática externa. Assim, a CPLP tem contribuído com o aprofundamento do relacionamento entre os seus membros de modo que não sucederia sem a sua criação (Lafer, 2013).

Em sua Declaração Constitutiva a comunidade (CPLP, 1996) considera imperativo a consolidação “da realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa”. Nesse sentido, a base fundadora da CPLP reside, de acordo com o discurso institucional, em uma herança cultural compartilhada, onde a pluralidade de culturas, patrimônios e memórias serve como um decisivo vetor de aproximação entre os seus integrantes.

Na convergência entre essas duas vertentes de cooperação, e reconhecendo que o patrimônio cultural representa uma dimensão estratégica para a integração e o desenvolvimento sustentável, foi criada em 2017, no âmbito do Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP, a Comissão de Patrimônio Cultural da comunidade (CPC/CPLP). Em declaração final da X Reunião de Ministros da Cultura, que criou a comissão, foi destacado a cultura como elemento fundador e congregador da comunidade e reiterado que “os Povos representados na CPLP partilham de uma herança histórico, cultural e linguística que os une, feita de um percurso comum de vários séculos que originou um patrimônio material e imaterial que urge preservar, valorizar e difundir (CPLP, 2017, p. 2)”.

A organização destaca, também, a crescente importância da cultura nas relações de cooperação e intercâmbio, bem como a sua centralidade nos debates contemporâneos sobre identidade, coesão social e respeito pela pluralidade. Além disso, a CPLP reconhece que a diversidade cultural dos Estados-membros da comunidade constitui uma riqueza que deve ser compartilhada tanto no espaço intracomunitário quanto no extracomunitário. Assim sendo, ao se assumir como uma organização pluricultural, a comunidade abre a possibilidade de desenvolver políticas culturais que favoreçam a inclusão e contribuam com a preservação da diversidade cultural mundial.

A gestão e difusão do patrimônio cultural desempenham, hoje, um relevante papel no fenômeno político que orienta as formulações internacionais dos Estados, funcionando como um importante instrumento de *soft power*. Assim, torna-se essencial compreender como esse

poder pode ser utilizado na elaboração e implementação de políticas de diplomacia cultural no âmbito da comunidade lusófona (Motta, 2023, p. 333-347).

1.2 SOFT POWER E O PODER DA LÍNGUA

O termo *soft power* ou poder brando, popularizado pelo cientista político estadunidense Joseph Nye Jr no final dos anos 1980, está presente em praticamente todas as análises preocupadas em entender as dinâmicas atuais da política internacional. O estudo das relações de poder sempre esteve no centro da disciplina de Relações Internacionais, onde os Estados soberanos buscam maximizar seus ganhos controlando e influenciando os outros em um ambiente internacional anárquico⁴.

Para Nye (2004), existem diversas maneiras de afetar o comportamento dos outros: pode-se coagi-los com ameaças, induzi-los com pagamentos, ou atraí-los e cooptá-los a querer o que você quer. O poder, segundo ele, pode ser exercido a partir de três fontes: uso da força militar e de sanções econômicas (coerção), uso de pagamentos (persuasão) e a atração. É neste último âmbito que ele define seu conceito de *soft power* como a capacidade de projetar poder e influenciar os outros pelo uso da cooptação no lugar da coerção (Nye, 2004).

A capacidade de atrair surge, então, tanto da cultura e das ideias, quanto das políticas que são desenvolvidas pelos Estados que, quando vistas como legítimas pelos outros, fortalecem o poder brando e fazem com que o uso da força física ou econômica se torne menos necessário na busca pelos objetivos de política externa (Gueraldi, 2010). O *soft power* busca, ainda, exercer um controle narrativo que tem como objetivo potencializar os ativos de um país e, assim, moldar o comportamento dos outros por meio da difusão de uma certa visão de mundo.

O poder não é estático, e as mudanças na sua configuração, diante dos avanços das comunicações, trouxeram o *soft power* para o centro do debate. A partir da aceleração da globalização no início dos anos 1990 houve a entrada de diversos outros atores no cenário internacional, como as grandes empresas, redes terroristas, Organizações Internacionais, ou mesmo indivíduos, o que tornou o exercício do poder mais difuso (Ohnesorge, 2020). Segundo

⁴ Conceito proveniente da Teoria das Relações Internacionais que considera que o Sistema Internacional, composto por Estados soberanos e mutuamente reconhecidos como tal pelos demais membros, não aceita qualquer poder que exerça, de forma supranacional, autoridade de ingerência que os force a tomar decisões politicamente diferentes daquelas que naturalmente seriam tomadas sem tal interferência supranacional. Apesar da anarquia do sistema, há meios de cooptação e dissuasão que vão além da política e da diplomacia; entretanto, esse fato tem mais a ver com poder econômico e bélico do que com a anarquia relativa do sistema.

o autor, a globalização promoveu uma maior integração e interdependência entre os países e economias, aumentando drasticamente os custos do uso da força militar e das sanções econômicas (*hard power*). Isso se reflete em uma mudança na importância atribuída aos diferentes tipos de poder, com o *soft power* assumindo um papel cada vez mais relevante nas estratégias dos países.

De acordo com Ohnesorge, a crescente importância de uma das variedades de poder não resulta, necessariamente, na diminuição das outras; entretanto o exercício do poder depende do contexto, e as mudanças significativas na conjuntura internacional, ocorridas nas últimas décadas, têm tornado o *soft power* mais importante do que nunca (Ohnesorge, 2020, p. 10).

Para Nye, os países que dispuserem de mais canais de comunicação que os auxiliem a pautar os assuntos no ambiente externo; que possuam uma cultura que esteja mais próxima das normas globais predominantes; e que tenham credibilidade elevada por seus valores e políticas, tanto no campo doméstico quanto no internacional, irão obter mais ganhos em termos de *soft power* na era da informação. O poder brando é, assim, um conceito permeado de elementos intangíveis, onde a atração surge por meio da cultura, dos valores políticos e da política externa (vista como legítima ou ilegítima) (Nye, 2004).

A partir dessas três fontes primordiais de *soft power* propostas por Nye, podemos identificar como essa variedade de poder está no centro do processo de integração entre os países de língua oficial portuguesa.

Ao tratar do aspecto cultural como fonte de poder brando, Nye (2004) considera que “a cultura é o conjunto de valores e práticas que criam significado para uma sociedade”. Dessa forma, a língua portuguesa, vista como patrimônio comum entre os países lusófonos, é o fundamento de uma atuação conjunta entre esses países e o principal vetor da projeção internacional dos seus valores culturais. A criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, vinculado à CPLP, com o objetivo de incentivar a promoção e a difusão da língua portuguesa pode ser enxergada, diante disso, como uma estratégia que visa aumentar os recursos de *soft power* desses países. Assim, tanto a língua portuguesa quanto o patrimônio cultural comum aos países da CPLP podem ser vistos como elementos importantes de poder brando.

A segunda fonte potencial de *soft power*, segundo Nye, são os valores políticos (internos e externos), onde princípios como a democracia e os Direitos Humanos, por exemplo, são considerados mais sedutores. Esses valores, que quando vistos como legítimos reforçam o *soft power* dos Estados, estão presentes entre os princípios orientadores da CPLP, como o primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social.

Por fim, Nye apresenta a terceira fonte de poder brando: a política externa, que quando considerada legítima traz ganhos de poder para os países. Nesse caso, a própria existência da CPLP, uma Organização Internacional que fortalece o multilateralismo, pode trazer ganhos de *soft power* para os seus Estados-membros. Além disso, a comunidade tem buscado discutir pautas que são extremamente relevantes no contexto internacional contemporâneo como a proteção do patrimônio cultural, que podemos observar com a criação da Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP.

Assim, para serem bem-sucedidos no cenário internacional contemporâneo, marcado pela era da informação global, os países devem fortalecer e ampliar os seus recursos de poder brando. Com isso, a diplomacia cultural surge como um importante instrumento das estratégias de política externa que visam consolidar os ganhos e vantagens provenientes desse *soft power*.

1.3 DIPLOMACIA CULTURAL: UMA AÇÃO DE GOVERNOS

Diante dessa nova conjuntura, uma das práticas mais favorecidas pelo avanço das tecnologias de comunicação foi a Diplomacia Pública. Partindo do pressuposto de que a Diplomacia Tradicional é, estritamente, uma atividade elaborada pelo Estado e que media as relações entre dois governos, a Diplomacia Pública é a comunicação de um governo com o público no exterior, e inclui esforços em informar, influenciar, e engajar esse público em apoio aos objetivos nacionais de política externa (Snow, 2008). A Diplomacia Cultural é vista, muitas vezes, como um subproduto da Diplomacia Pública. Dessa forma, torna-se necessário, em primeiro lugar, desfazer a confusão semântica que frequentemente orbita em torno desses termos.

Reconhecendo a dificuldade em estabelecer uma definição consensual de Diplomacia Cultural, assumiremos nesta dissertação, com o objetivo de analisar o processo de integração dos países lusófonos, as concepções elaboradas por Simon Mark em seu texto “A Greater Role for Cultural Diplomacy” (Mark, 2009). Essa confusão semântica existe, portanto, devido a existência de termos relacionados, que são utilizados de maneira intercambiável com a Diplomacia Cultural, como os termos Diplomacia Pública, relações culturais internacionais e propaganda.

De acordo com Mark, apesar da Diplomacia Cultural ser um subgrupo da Diplomacia Pública, esses termos não são sinônimos, pois existem instâncias da Diplomacia Pública que não utilizam a cultura do Estado. Já as relações culturais internacionais se diferenciam da Diplomacia Cultural porque algumas dessas relações não envolvem o governo ou contribuem

para os objetivos de política externa – pré-requisito da Diplomacia Cultural. Por último, segundo ele, a Diplomacia Cultural pode, em um primeiro momento, ser vista como uma forma mais benigna de propaganda governamental, entretanto o compromisso da prática com o envolvimento com o seu público, bem como a honestidade inerente à cultura serve para distingui-la da propaganda (Mark, 2009).

A partir dessa diferenciação, Simon Mark define Diplomacia Cultural como a implantação da cultura de um Estado em apoio aos seus objetivos de política externa ou diplomacia, sendo, assim, uma prática diplomática formulada por governos, ou grupo de governos. Dessa maneira, pensar em Diplomacia Cultural significa, necessariamente, tratar da ação racional de um ator governamental que busca, por meio da cultura, obter ganhos em diversos setores da política internacional.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa se apresenta, assim, como um foro multilateral constituído por nove Estado soberanos, em que o elemento cultural – formado pelo compartilhamento do idioma e de uma herança histórica comum – serviu como principal catalizador do processo de integração. A atuação da CPLP visa a articulação de estratégias que contribuam com os objetivos de política externa e diplomacia. Isso fica evidenciado nos estatutos da comunidade (2007, p.1) ao afirmar “a concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço de sua presença nos *fora* internacionais” como o primeiro de seus objetivos gerais. Isso corrobora o argumento de Mark, que aponta a possibilidade de um governo alcançar os seus objetivos diplomáticos por meio de uma organização que possui um certo grau de independência administrativa.

De acordo o autor, os países, tradicionalmente, afirmam usar a Diplomacia Cultural para alcançar propósitos idealistas, como o desenvolvimento da compreensão mútua, do combate ao etnocentrismo e aos estereótipos e para a prevenção de conflitos. Já os objetivos funcionais incluem o avanço dos interesses comerciais, políticos, diplomáticos e econômicos, desenvolvendo relações bilaterais em todos os setores (Mark, 2009).

Ao analisar a Declaração Constitutiva da CPLP (1996) percebemos uma forte presença desse discurso idealista. Assim, a comunidade afirma querer contribuir para reforçar os laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre os Povos de Língua Portuguesa. Além disso, o documento informa que serão promovidas ações de cooperação e coordenação no âmbito multilateral para assegurar o respeito pelos Direitos Humanos nos respectivos países e no resto do mundo; além de medidas que tenham como objetivo a erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia.

Ainda de acordo com a Declaração Constitutiva, a cooperação entre os seus membros pode trazer ganhos sociais, econômicos, empresariais, ambientais e ecológicos. Com isso, identificamos, também, a existência dos objetivos funcionais que compõem a definição de Diplomacia Cultural proposta por Mark. A CPLP destaca como seu segundo objetivo geral “a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social” (CPLP, 2007, p. 1).

De acordo com Mark, as atividades desenvolvidas no âmbito da Diplomacia Cultural englobam uma diversidade enorme de participantes como artistas e cantores, mas também a promoção de aspectos da cultura de um país – como a difusão da língua – e o intercâmbio de pessoas. Além disso, essas atividades não se limitam à “alta cultura” e incluem a população em geral. Exemplos trazidos pelo autor vão desde a concessão de bolsas de estudo, visitas de acadêmicos, intelectuais e artistas, até a apresentação de grupos culturais, exposições, seminários, conferências, e o estabelecimento e manutenção de cátedras em universidades no exterior.

Essa concepção pode ser encontrada no terceiro e último objetivo geral da CPLP, que visa “a materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional da Língua Portuguesa” (CPLP, 2007, p. 1); e em diversos propósitos expressos na Declaração Constitutiva da comunidade, como o incremento do intercâmbio cultural e da difusão da criação intelectual e artística nos espaços de língua portuguesa; o aprofundamento da cooperação no domínio universitário, na formação profissional e nos diversos setores da investigação científica e tecnológica; assim como o incentivo e a promoção do intercâmbio de jovens, com a finalidade de formação e troca de experiências, particularmente no âmbito do ensino, da cultura e do esporte.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) se coloca, assim, como um projeto político que pretende utilizar o patrimônio linguístico-cultural (teoricamente) comum aos países do bloco como o principal fundamento de aproximação e cooperação entre eles. O elemento cultural atua, dessa maneira, de forma decisiva para o estreitamento das relações entre os Estados lusófonos, de modo a consolidar os ganhos provenientes do *soft power* tanto nas relações multilaterais estabelecidas no âmbito interno da comunidade, quanto naquelas desenvolvidas com outros países e organizações.

Desse modo, a instrumentalização dos laços históricos compartilhados pode ser vista como estratégias de diplomacia cultural elaborada por esses países diante do contexto de crescente importância da cultura na política internacional. Surge daí a **situação-problema** do

presente trabalho, que nos coloca diante da principal questão que exploramos: de que maneira o compartilhamento do patrimônio histórico, cultural e linguístico da CPLP serviu como dinamizador do processo integração e cooperação entre os países de língua portuguesa?

Diante dessa questão de pesquisa, parte-se da seguinte **hipótese**: a decisão, por parte dos países lusófonos, de se engajarem em um projeto de integração que tem como fundamento a língua portuguesa, foi guiada por estratégias diplomáticas que buscam, por meio da cultura, promover um ambiente de cooperação que crie sinergias capazes de trazer benefícios em diversos setores; amplie e consolide os ganhos originados pelo exercício do *soft power* no ambiente internacional contemporâneo, influenciando positivamente a imagem desses países tanto nas relações internas do bloco, quanto diante da comunidade internacional. Nessa perspectiva, esta pesquisa analisará tais estratégias, de modo a testar a capacidade explicativa dessa hipótese.

A CPLP, por meio de suas múltiplas culturas espalhadas pelo globo, tem o potencial de simbolizar o valor da diversidade, o que legitima seu caráter pluricultural. Dessa forma, o patrimônio cultural representa um aspecto importantíssimo na constituição das políticas da comunidade e na própria razão de ser do bloco. As narrativas produzidas, em âmbito institucional, podem indicar os caminhos a serem trilhados pela comunidade nessa área tão importante para as relações internacionais contemporâneas.

É importante considerar, ao analisar uma comunidade composta por Estados diversos e soberanos, que as decisões tomadas em nível de política externa influenciam e são influenciadas pelas políticas internas. Assim, os tomadores de decisão buscam conciliar os aspectos internacionais e domésticos, no que ficou conhecido como jogo de dois níveis (Putnan, 2010). Por consequência, essa análise não pode desconsiderar as mudanças que ocorrem nos governos nacionais ao longo do processo histórico de construção e desenvolvimento da CPLP.

Isto posto, é a partir da articulação entre a situação-problema e a hipótese que se delimita o seguinte **objeto** de pesquisa: a utilização do patrimônio histórico-cultural comum pelos países membros da CPLP, em apoio aos seus objetivos de política externa. Para isso, a experiência brasileira será tomada como referência no recorte do objeto.

1.4 ENTRE O PATRIMÔNIO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O objeto de pesquisa aqui proposto se insere no cruzamento entre as áreas do patrimônio e das relações internacionais. Christofletti (2017) elenca diversos fatores de relevância desta temática: (1) a incorporação recente do patrimônio como parte dos discursos e agendas dos

organismos internacionais; (2) a pluralização dos discursos sobre o patrimônio, com críticas ao legado eurocentrista nas políticas de preservação; (3) a mudança no vetor de protagonismo ligado às agendas preservacionistas; (4) a necessidade de ampliar o campo do patrimônio dentro das Relações Internacionais. O desenvolvimento dessa pesquisa, por meio da análise do processo de integração da CPLP, pode contribuir com a expansão dessa área de estudos.

A CPLP reúne países que partilham uma herança histórico-cultural-linguística, o que coloca a fator cultural como ponto central das políticas de cooperação do bloco. Dessa forma a produção de uma pesquisa que tem como foco o patrimônio cultural desses países, reforça a importância de enxergar a diversidade cultural, tão presente na comunidade, como fundamento de integração e cooperação, e não como uma fonte de ameaça. Da mesma forma, compreender o desenvolvimento histórico da comunidade, por meio de suas narrativas, possibilitará entender os discursos que são produzidos no âmbito institucional a respeito da temática da preservação, dos bens culturais e das relações internacionais. Este trabalho pretende contribuir, também, com a valorização do debate acadêmico em torno da CPLP, suas representações, seus potenciais, e suas fraquezas, além do alargamento do campo de estudos sobre a diplomacia cultural no Brasil.

1.5 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Nesta INTRODUÇÃO, foram apresentados os conceitos de *soft power* e de diplomacia cultural com o objetivo de definir esses referenciais teóricos que serão utilizados no desenvolvimento da pesquisa. Identificamos como essas concepções aparecem em documentos institucionais da CPLP como a sua Declaração Constitutiva e os Estatutos da comunidade. Foi retratado, também, aspectos relevantes da pesquisa como a identificação da **situação-problema** e a construção da **hipótese**. Por fim, a partir da articulação entre a situação-problema e a hipótese, delimitou-se o **objeto de estudo**. Na sequência deste percurso metodológico, explicita-se, agora, os objetivos da pesquisa.

Objeto

A utilização do patrimônio histórico-cultural comum pelos países membros da CPLP, em apoio aos seus objetivos de política externa. Para isso, a experiência brasileira será tomada como referência no recorte do objeto.

Objetivo Geral

Para avançar no propósito desta pesquisa, estabeleceu-se o seguinte **Objetivo Geral**: investigar de que forma os Estados de Língua Portuguesa têm utilizado o patrimônio histórico-cultural comum em apoio aos seus objetivos de política externa, com ênfase na experiência brasileira.

Objetivos Específicos

OE1. Refletir sobre o conceito de lusofonia.

OE2. Compreender as condições específicas que viabilizaram a criação da CPLP.

OE3. Analisar as relações existentes entre língua, cultura e patrimônio.

OE4. Examinar como a CPLP tem abordado o patrimônio linguístico-cultural institucionalmente.

OE5. Analisar a evolução histórica do Itamaraty referente à diplomacia cultural e à promoção da língua portuguesa e refletir sobre o papel que a CPLP desempenha na diplomacia brasileira.

Os dados utilizados para atingir os objetivos desta dissertação foram provenientes de fontes primárias e secundárias. Para isso foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais, oriundos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), da Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP (CPC/CPLP), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), da Missão do Brasil junto à CPLP e dos Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD). Todos os documentos estão disponíveis em domínio público e sem restrição de acesso.

A seguir, serão apresentadas as estratégias utilizadas para alcançar cada um dos objetivos específicos.

Objetivo Específico 1 – Refletir sobre o conceito de lusofonia

Ao analisar estratégias de política externa que usam como fundamento a língua portuguesa e a cultura dos países em que ela é oficial, nos deparamos com o controverso termo lusofonia. Diante disso, de modo a compreender as implicações que podem surgir do relacionamento de países tão diversos, ligados pelo passado colonial, examinamos a

multiplicidade de sentidos que o conceito carrega, para compreender como ele aborda as diferentes realidades a que faz referência.

Nesse sentido, para atingir o OE1 foi realizada uma discussão teórica em torno da conceituação do termo, contrapondo diferentes pontos de vistas conceituais entre aqueles que, necessariamente, enxergam na lusofonia um sentido neocolonial ligado ao imaginário de Portugal e os que a compreendem enquanto espaço da diversidade que abrange todos esses povos.

Essa discussão teve como resultado a definição da abordagem de lusofonia que utilizamos nesta dissertação.

Objetivo Específico 2 – Compreender as condições específicas que viabilizaram a criação da CPLP

Para alcançar o OE2 e compreender as condições que possibilitaram e estimularam a criação de uma organização composta por países tão plurais e diversos entre si, analisamos, em primeiro lugar, como o idioma que durante o período da colonização representou a subjugação e a opressão dos povos colonizados, tem o potencial de se colocar, hoje, como um importante elemento de oportunidades para esses países.

Apresentamos, em seguida, as especificidades do cenário internacional contemporâneo que potencializaram a criação da CPLP, dando ênfase ao lugar, cada vez mais significativo, que a cultura ocupa na elaboração das políticas externas dos países, e ao papel de destaque que o multilateralismo e as Organizações Internacionais passam a desempenhar na legitimação das decisões internacionais no mundo pós-Guerra Fria. Por fim, identificamos, a partir dos documentos oficiais, como a CPLP está organizada institucionalmente.

Objetivo Específico 3 – Analisar as relações existentes entre língua, cultura e patrimônio

Analisar as relações entre língua e cultura, que ora são consideradas dicotômicas, ora complementares, torna-se essencial para compreender a maneira como os países lusófonos e a própria CPLP tem mobilizado esse patrimônio linguístico-cultural em apoio aos seus objetivos externos. Diante disso, para atingir o OE3, discutimos, a partir de levantamentos bibliográficos, o papel fundamental que a língua desempenha na produção e expressão da cultura e do patrimônio, bem como a situação de heterogeneidade como condição definidora da língua portuguesa no mundo contemporâneo.

Essa análise nos forneceu os subsídios analíticos que permitiram a consecução do Objetivo Específico 4.

Objetivo Específico 4 – Examinar como a CPLP tem abordado o patrimônio linguístico-cultural institucionalmente

A CPLP tem se tornado, inevitavelmente, o ambiente multilateral no qual tem se discutido ações e políticas coletivas de gestão da língua portuguesa, principalmente no âmbito do IILP. Além disso, a valorização e promoção do patrimônio cultural dos países da comunidade têm entrado na pauta da organização, sobretudo após a criação da Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP. Dessa forma, devemos compreender se organização aborda a diversidade cultural-linguística de seus membros a partir da valorização dessa heterogeneidade, ou se busca uma suposta homogeneização.

Com isso, para cumprir o OE4, examinamos as construções discursivas de documentos oficiais da CPLP ligados à língua portuguesa e ao patrimônio, a partir da imagem de quatro enunciadores – ufanista, defensor, apreensivo e idealista-apaziguador – proposta por Silva e Sant’anna (2012) com o objetivo de localizar nesses documentos um sentido de homogeneidade para língua portuguesa.

Além disso, analisamos a atuação das principais instâncias institucionais que tratam do patrimônio linguístico-cultural na CPLP: o IILP e a CPC. No que se refere às análises do desenvolvimento do IILP, as fontes utilizadas tiveram que ser adaptadas devido a não disponibilização por parte do Instituto das atas das reuniões do Conselho Científico; dessa forma, foram utilizados os documentos oficiais disponibilizados no portal do IILP na internet, bem como fontes secundárias oriundas de levantamento bibliográfico.

Objetivo Específico 5 – Analisar a evolução histórica do Itamaraty referente à diplomacia cultural e à promoção da língua portuguesa e refletir sobre o papel que a CPLP desempenha na diplomacia brasileira

Para dar conta do OE5 foram traçadas duas estratégias articuladas. A primeira foi uma análise histórica do desenvolvimento da política externa cultural brasileira. Aqui, identificamos os principais embates e paradigmas diplomáticos que atuaram na consolidação do setor cultural do Itamaraty, bem como a importância da difusão da língua portuguesa como estratégia de projeção internacional do Brasil. Analisamos, também o desenvolvimento da estrutura do país de promoção cultural e da língua portuguesa no exterior. A segunda estratégia foi desenvolvida

a partir da análise do papel que o continente africano desempenha historicamente na formulação da política externa brasileira, principalmente a partir de um olhar para a África lusófona. A partir desse ponto, refletimos sobre o papel que a CPLP desempenha na diplomacia brasileira de acordo, principalmente, com os seus objetivos político-diplomáticos e no âmbito da cooperação internacional.

Desse modo, o cumprimento dos objetivos específicos desta dissertação tem por mérito a elaboração do objetivo-geral aqui estabelecido: investigar de que forma os Estados de Língua Portuguesa têm utilizado o patrimônio histórico-cultural comum em apoio aos seus objetivos de política externa, com ênfase na experiência brasileira.

2 NOS ENTENDEMOS EM PORTUGUÊS?

As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra “comunidade” é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que a “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade”, “estar numa comunidade” (Bauman, 2003, p. 7).

2.1 A CONCEPÇÃO DE UMA COMUNIDADE LUSÓFONA

No dia 17 de julho de 1996 foi criada em Lisboa, pelos Chefes de Estado e Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A CPLP evoca oficialmente, em sua criação, uma convivência multissecular, que deu origem a um vínculo histórico e a uma identidade própria aos seus povos, capaz de gerar um relacionamento solidário e duradouro entre esses países. Estimulou-se, assim, desde o princípio, a ideia de pertencimento no processo de institucionalização das relações entre os Estados de língua portuguesa. Nesse sentido, a própria escolha pelo uso do termo comunidade, para designar o projeto de integração lusófono, é carregada de intencionalidade e não pode ser vista como um simples fruto do acaso. Assim, as intenções e as motivações por trás do incentivo à concepção de comunidade, por parte dos países membros da CPLP, podem indicar características importantes da natureza e do desenvolvimento da organização.

A palavra *comunidade* deriva do latim (*communitate*) e significa, segundo o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, “1. Qualidade de comum. 2. O corpo social; a sociedade. 3. Grupo de pessoas submetidas a uma mesma regra religiosa. 4. Local por elas habitado. 5. *Ecol.* O conjunto das populações animais e vegetais que coexistem numa mesma região”. Já o termo *comum* é definido como “pertencente a todos ou a muitos” (Ferreira, 2010, p. 182-183). Dessa forma, podemos enxergar em uma comunidade o compartilhamento de valores, tradições e vivências históricas pelo seu corpo social, o que cria um sentido de coesão entre os seus membros.

O termo tem recebido especial interesse em análises sobre relações internacionais, onde o conceito de comunidade se estende a um grupo de nações que constituem uma civilização, conservando cada uma a sua própria identidade (Zétola, 2019, p. 22). Segundo o autor, as tradições, costumes e experiências históricas que fundamentam a comunidade são partilhadas a partir de cada uma das nacionalidades e não acima delas. A partir dessa concepção, ele considera que os países de língua portuguesa formam uma legítima comunidade de nações:

Nesse diapasão, podemos observar que os países lusófonos formam uma autêntica comunidade de nações na medida em que compartilham tradições e costumes (trans)nacionais – cultura, história e língua. Esses são os laços que os unem como nações, como aliados e como uma comunidade. Desse modo, embora a língua portuguesa possa transportar valores intrínsecos de cada falante e de cada local em que é falada, é a experiência compartilhada dos países de língua portuguesa, ancorados em uma herança cultural enraizada nas nações, o elemento mais relevante a ser destacado para essa concepção de comunidade (Zétola, 2019, p. 22-23).

Percebe-se, desse modo, que o patrimônio histórico, cultural e linguístico compartilhado por esses Estados, constitui o principal alicerce da ideia de uma comunidade de nações lusófonas, que integra países de níveis desiguais de desenvolvimento, espalhados por quatro continentes e que não fazem fronteira entre si, formando um espaço geográfico descontínuo.

Apesar do nome oficial indicar uma comunidade, o artigo 1º de seus Estatutos (2007) define a CPLP como um “foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”, em outras palavras, a organização foi instituída como um foro (Pinto, 2011, p. 3). Apesar disso, ao se definir como uma “comunidade de países”, a CPLP traz essa ideia de herança comum para o centro do processo de integração. Mais do que uma organização internacional com foco na promoção e difusão da língua portuguesa, o estímulo à noção de comunidade teve como uma de suas intenções a expansão das possibilidades de cooperação. Dessa forma, observa-se, desde o princípio, uma perspectiva de futuro, onde o patrimônio comum se coloca como uma ponte estratégica no aprofundamento das relações entre esses países.

A constituição da CPLP transcendeu, assim, o fortalecimento do intercâmbio cultural, à medida que a concepção comunitária alargou o relacionamento na dimensão cultural e abarcou outras áreas como a cooperação para o desenvolvimento e a concertação política, o que indica um propósito mais ambicioso acerca do processo de cooperação por parte dos países de língua portuguesa (Jesus, 2012, p. 313). Essa intenção pode ser observada na Declaração Constitutiva da comunidade, ao afirmar que a cooperação entre os seus membros pode trazer também ganhos sociais, econômicos, empresariais e ecológicos (CPLP, 1996).

A denominação “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” restringe, por outro lado, a integração lusófona ao âmbito do Estado-nação, considerando apenas os territórios que detenham soberania política e que possuam o Português como idioma oficial. Dessa maneira, pensar em uma “comunidade de países” não significa, necessariamente, pensar em uma “comunidade de povos”. Isso se torna perceptível ao levar em conta as diversas regiões lusófonas espalhadas pelo globo e que são desconsideradas no processo institucional da CPLP, como Macau na China, e Goa na Índia. Para compreender a construção de uma comunidade de

países lusófonos, diante desse universo fragmentado, é fundamental refletir sobre a multiplicidade de significados em torno do termo lusofonia.

Ao tratar da história da língua sob uma perspectiva de sócio-história, Carlos Alberto Faraco atribuiu à lusofonia um sentido polissêmico. Segundo o autor, o termo – que tem grande aceitação em Portugal, quase nenhuma no Brasil, e é visto com desconfiança nos demais países de língua oficial portuguesa – ora é usado de maneira descritiva para fazer menção aos falantes de português espalhados pelo mundo; em outros momentos assume um caráter valorativo para retratar uma comunidade transnacional unida por um sentimento de irmandade e pelo imaginário da língua comum; mas que também pode assumir um significado político ao representar um projeto de gestão coletiva da língua, visando a sua promoção tanto no interior do bloco, quanto globalmente (Faraco, 2012, p. 31-32).

A lusofonia, por se tratar de um termo que não reúne consenso, tem gerado diversos debates em torno da sua conceituação. De acordo com Brito (2016, p. 40), a expansão marítima portuguesa, no período das grandes navegações iniciadas no século XV, é o seu primeiro marco histórico, já que, a partir dessa época, Portugal espalhou e difundiu pelo globo sua língua e cultura, através da atuação de colonos e missionários. Assim, o termo remete, em um primeiro momento, à ideia de expansão, dominação e colonização portuguesa em diferentes regiões do planeta. Para a autora, a ligação que a palavra “lusofonia” guarda com o imaginário português explica, dessa forma, parte da resistência que se observa nos dias de hoje quanto ao seu uso, especialmente por ser associada a discursos neocolonialistas e à ideia de Portugalidade, devido ao seu prefixo “luso” (Brito, 2016).

De acordo com essa perspectiva, a elaboração de um imaginário lusófono ocorre, impreterivelmente, com base nas relações identitárias desenvolvidas entre Portugal e as suas ex-colônias; onde os principais elementos a compor esse imaginário são portugueses e refletem a realidade histórico-social específica de Portugal, não encontrando a mesma reverberação nos demais países de língua portuguesa (Freixo, 2010, p.66). Segundo o autor, o discurso da lusofonia seria, então, uma construção fundamentalmente portuguesa, pois ela foi fundada sobre uma mitologia política lusitana, que não encontra eco nos demais povos.

Em compensação, para outros autores, a lusofonia só pode ser compreendida sob o seu aspecto multicultural e plural, em um espaço que valorize a igualdade diante das diferenças entre os povos que a compõem. Nesse sentido, como bem destaca Moisés de Lemos Martins (2006), ela é formada, obrigatoriamente, por múltiplos imaginários lusófonos, e não por um imaginário único. Assim sendo, “aquilo que os portugueses entendem por lusofonia só em parte poderá coincidir com aquilo que o Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde,

São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Galiza imaginam e concebem como tal” (Martins, 2006, p. 81). Só é possível pensar em uma identidade lusófona a partir de uma comunidade sem hierarquias, em um contexto que valorize as diversas normas que a língua portuguesa assume e a sua convivência com diferentes sistemas linguísticos (Brito, 2016, p. 45).

A lusofonia está ancorada tanto em uma condição histórica, que originou um patrimônio cultural-linguístico comum entre esses povos, quanto em dinâmicas atuais que congregam uma multiplicidade de culturas, cuja relação é mediada por esse patrimônio, com destaque para o papel desempenhado pela língua portuguesa, e enriquecida pelo contato com a diversidade. Dessa forma, assumiremos em nossa análise a concepção elaborada por Neusa Bastos e Regina Brito:

Lusofonia é um espaço simbólico linguístico e, sobretudo, cultural no âmbito da língua portuguesa e das suas variedades que, no plano geo-sócio-político, abarca os países que adotam o português como língua materna (Portugal e Brasil) e língua oficial (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau – os denominados Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – e, ainda, Timor-Leste)⁵ (Bastos; Brito, 2013).

De acordo com as autoras, não devemos restringi-la às fronteiras políticas dos países; deve-se, da mesma forma, levar em conta as comunidades que formam a “diáspora lusa” e as regiões onde o português é considerado como língua de uso: Macau, Goa, Ceilão, Cochim, Diu, Damão e Malaca. Elas defendem, também, que não é possível conceber o espaço lusófono sem a inclusão da Galiza; além de outros territórios em que os portugueses estiveram presentes no passado como Ziguinchor (Casamansa, Senegal), Mombaça e Zanzibar na África; Almedilha, Cedilho, Ferreira de Alcântara, Olivença, Vale de Xalma e A Codosera, na Europa (Bastos; Brito, 2013).

Diante disso, a criação da CPLP representou a institucionalização política da lusofonia⁶ e, se por um lado reconhece em sua Declaração Constitutiva (1996) a necessidade de reforçar os “laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica”, por outro restringe a integração aos países que tenham a língua portuguesa como idioma oficial. O Estatuto da CPLP (2007) define, em seu artigo 6º (Membros), que: “Para além dos membros fundadores, qualquer

⁵ A República da Guiné Equatorial passou a adotar o português como língua oficial e foi admitida como membro de pleno direito da CPLP em 23 de julho de 2014 na X Conferência de Chefes de Estado e Governo em Díli.

⁶ Entendida aqui como um espaço multicultural e linguístico que reúne países e povos que compartilham a língua portuguesa, em suas múltiplas variedades.

Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos”.

Observamos, assim, que o espaço da lusofonia não coincide, necessariamente, com o espaço da CPLP, já que existem povos lusófonos que não estão oficialmente representados na organização. Em contrapartida existem populações como a da Guiné Equatorial, que apesar de possuir um crioulo de base lexical portuguesa na ilha de Ano-Bom, não fala português em seu território, não é de cultura lusófona e está incluída na comunidade. Esse fato, por si só, indica que a língua portuguesa, apesar de ser o principal elemento impulsionador da constituição da comunidade, não representa uma prioridade no processo de integração entre esses países.

Isso fica evidenciado no posicionamento de Domingos Simões Pereira, Secretário Executivo da CPLP entre 2008 e 2012, que, em reflexão sobre os significados da lusofonia, afirmou que o seu “conceito pretende estabelecer uma lógica de intervenção para o desenvolvimento do espaço dos países de expressão portuguesa”. Ele enxerga a lusofonia a partir dos princípios da globalização e da interdisciplinaridade na busca por uma identidade comunitária, para além do aspecto linguístico, havendo, dessa forma, um “paralelismo inevitável entre os objetivos da CPLP e a dimensão lata da lusofonia: a atuação da organização não se cinge à promoção e difusão da Língua Portuguesa, uma vez que são também vetores de atuação a concertação político-diplomática e a cooperação” (Pereira, 2008)⁷.

O idioma tem sido, dessa forma, instrumentalizado pelos países membros da CPLP com o propósito de articular a interação entre eles em âmbito global, na busca pela consecução dos objetivos individuais de política externa. Assim, a CPLP toma para si, a partir do relacionamento entre entidades estatais, a autoridade sobre a lusofonia, privilegiando, sobretudo, as estratégias de concertação político-diplomática e de cooperação internacional.

Entretanto, da mesma maneira que a língua portuguesa não pertence a um único dono, e sim a todos aqueles povos que a utilizam, a lusofonia não é monopólio exclusivo dos Estados-membros da CPLP; além do mais, a própria designação “Comunidade dos Países”, no lugar de “Comunidade de Países” pode ser considerada uma visão patrimonialista e indicar esse desejo de posse (Pinto, 2011, p. 9). Já a lusofonia, como afirma Fiorin: “não será pátria, porque não será um espaço de poder ou de autoridade. Será mátria, porque deve ser um espaço do sentimento, e será fratria, porque deve ser o espaço dos iguais, que têm a mesma origem” (Fiorin, 2008, p. 66).

⁷ Intervenção realizada durante o evento “Encontros de Lusofonia em Terras Novas”, ocorrido em 13 de novembro de 2008.

Percebemos, diante dessa discussão, que a própria nomenclatura “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” indica intenções e características da natureza da integração lusófona. Dessa forma, a ideia de herança cultural comum (Comunidade) se torna o principal vetor de aproximação entre os Estados (Países), que são os atores principais do processo. A língua portuguesa (última parte do termo) representa, assim, a expressão maior desse patrimônio e o principal fator cultural capaz de integrar os diferentes povos que compartilham um passado histórico ligado à colonização portuguesa.

2.2 LÍNGUA PORTUGUESA: ENTRE A OPRESSÃO E A OPORTUNIDADE

Não podemos deixar de questionar as origens dessa herança histórico-cultural-linguística que hoje serve como catalizadora da integração de países tão plurais e diversos entre si. Esse “percurso comum”, que deu origem à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, está diretamente conectado aos processos de colonização empreendidos pelo império português entre os séculos XV e XX. Essas relações de dominação foram estabelecidas tanto nos campos econômico e político, quanto nas esferas sociais e culturais, e foram marcadas pela exploração dos territórios e recursos naturais, bem como pela violência, silenciamento, apagamento cultural e identitário exercidos contra os povos originários.

O colonialismo também se desenvolveu por meio da dominação epistemológica, na qual a noção de superioridade europeia foi utilizada como um instrumento de dominação que visava subjugar a cultura dos povos colonizados, substituindo-as pelas formas de saber do colonizador. Uma das principais estratégias desse tipo de controle se deu pela imposição do idioma da metrópole (no caso de Portugal, da língua portuguesa), além da supressão das tradições e dos costumes locais. Como diz o adágio citado pelo tradicionalista malinês Amadou Hampaté Bâ em seu texto *A Tradição Viva* (2010, p.176): “não se semeia nem em campo plantado nem em terra alqueivada”. A desarticulação da existência cultural dos povos colonizados ocorreu, com isso, de forma sistemática, como apontou Frantz Fanon:

O domínio colonial, porque total e simplificador, logo fez com que se desarticulasse de modo espetacular a existência cultural do povo subjogado. A negação da realidade nacional, as novas relações jurídicas introduzidas pela potência ocupante, o lançamento à periferia, pela sociedade colonial, dos indígenas e seus costumes, a usurpação, a escravização sistematizada dos homens e das mulheres tornam possível essa obliteração cultural (Fanon, 1968, p. 197).

A colonização linguística realizada por Portugal foi construída em torno de três instituições centrais do Estado português – religião, realeza e direito – que representariam, segundo o discurso do colonizador, um estágio avançado de organização social e teriam como sustentação uma língua nacional única e gramatizada, que conferia legitimidade escrita ao funcionamento dessas instituições (Mariani, 2004, p. 26). De acordo com a autora, os portugueses atribuíram aos povos originários e suas línguas a falta do que eles julgavam essencial à civilização, o que justificaria, portanto, a dominação e a expansão da metrópole colonial. O discurso do colonizador se impõe, dessa forma, “pela força e pela escrita, ou melhor, impõe-se com a força institucionalizadora de uma língua escrita gramatizada” (*ibidem*, p. 24) no contato com sociedades que eram, majoritariamente, orais.

Ao abordar a tradição africana, Hampaté Bâ (2010) destaca a oralidade como o principal vetor na transmissão da história desses povos. Segundo ele, em nações onde a escrita é o principal veículo da herança cultural, considerou-se, por muito tempo, povos sem escrita como povos sem cultura. Dessa forma, a transmissão oral não possuiria a mesma confiabilidade atribuída à escrita ao tratar de testemunhos do passado. Ele defende que “nada prova *a priori* que a escrita resulta em um relato da realidade mais fidedigno do que o testemunho oral transmitido de geração a geração” porque, tanto a narrativa oral quanto a escrita, provêm do ser humano, e vale o quanto vale o homem (Bâ, 2010, p. 168). Assim, a desqualificação da tradição oral como meio de transmissão confiável, aliada a uma suposta superioridade da língua escrita e codificada europeia, pode ser enxergada como uma das estratégias utilizadas pelo poder colonial com o objetivo de desarticular as tradições locais.

De acordo com Hampaté Bâ, a relação entre o homem e a palavra é mais forte nas sociedades orais, já que, onde não existe escrita, o homem é a própria palavra que profere. Nesse sentido, a coesão social está intimamente ligada com o respeito pela palavra falada, uma vez que ela é vista como um agente mágico, detentora de um valor moral fundamental, e possui caráter sagrado, que está associado à sua origem divina (Bâ, 2010). Conceber a fala como nas tradições africanas significa compreender a relação direta que ela possui com a harmonia do homem e do mundo. Assim, a mentira é considerada, nessas sociedades orais, como uma verdadeira “lepra moral”, que rompe a unidade sagrada tanto no interior do homem, quanto no seu entorno (*ibidem*, p. 174). Dessa forma, podemos perceber o lugar de destaque ocupado pela oralidade na cultura desses povos, bem como o interesse do colonizador em desenvolver uma dominação baseada no combate às cadeias de transmissão e a progressiva substituição da cultura oral pela escrita.

A língua pode ser enxergada como um elemento cultural fundamental, porque define maneiras de ser e estar no mundo, traduz diferentes cosmovisões, estrutura e organiza o pensamento, expressa ideias e valores e permite a comunicação. O idioma reflete o povo que o utiliza e desempenha um papel determinante na constituição das identidades. Assim, como afirmou Fanon (2008, p. 33): “falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”. A imposição da língua portuguesa visava, portanto, incorporar ao colonizado a cultura do colonizador, a sua estrutura de pensamento, as maneiras de construir e apreender a realidade, destituindo-o de suas próprias identidades e tradições.

Dentro do universo dos países africanos de língua portuguesa, o escritor angolano Manuel Rui retratou bem toda essa dinâmica imposta pelo colonizador contra a oralidade dos povos colonizados:

Quando chegaste, mais velhos contavam estórias. Tudo estava no seu lugar. A água. O som. A luz. Na nossa harmonia. O texto oral. E só era texto, não apenas pela fala, mas porque havia árvores, parrelas sobre o crepitar de braços da floresta. E era texto porque havia gesto. Texto porque havia dança. Texto porque havia ritual. Texto falado, ouvido, visto. É certo que podias ter pedido para ouvir e ver as estórias que os mais velhos contavam quando chegaste! Mas não! Preferiste disparar os canhões. A partir daí comecei a pensar que tu não eras tu, mas outro, por me parecer difícil aceitar que da tua identidade fazia parte esse projeto de chegar e bombardear o meu texto. Mais tarde viria constatar que detinhas mais outra arma poderosa além do canhão: a escrita. E que também sistematicamente no texto que fazias escrito inventavas destruir o meu texto ouvido e visto. Eu sou eu e a minha identidade nunca a havia pensado integrando a destruição do que não me pertence (Rui, 1985).

Assim, se o canhão simbolizou a violência material da ocupação colonial, a imposição da língua portuguesa e da escrita representou o aspecto imaterial dessa dominação. O combate à oralidade visou não somente o silenciamento das línguas nativas, mas o próprio desmantelamento das subjetividades culturais desses povos e de toda uma estrutura social.

Hampaté Bâ destaca que as escolas, seculares ou religiosas, foram instrumentos fundamentais nesse plano de eliminação das tradições autóctones e implementação das concepções e visões de mundo do colonizador. Assim, os filhos dos homens importantes eram obrigados a frequentar essas “escolas de brancos”, separando-os da tradição. A educação moderna foi responsável, dessa forma, por um poderoso fenômeno de aculturação (Bâ, 2010, p. 211). Para Bastos (2022, p. 24), por trás da imposição do Cristianismo e da língua portuguesa aos povos colonizados, existiam os princípios políticos, já que ao evangelizar, os missionários educavam, ensinavam o idioma do colonizador e dominavam os povos conquistados.

A imposição da escrita e do idioma oficial da metrópole constituiu, assim, dois dos principais tentáculos dessa tática que atacava diretamente o texto oral, como indicou Manuel Rui, que complementou:

E agora o meu texto se ele trouxe a escrita? O meu texto tem que se manter assim oraturizado e oraturizante. Se eu perco a cosmicidade do rito perco a luta. Ah! Não tinha reparado. Afinal isto é uma luta. E eu não posso retirar do meu texto a arma principal. A identidade. Se o fizer deixo de ser eu e fico outro, aliás como o outro quer. Então vou preservar o meu texto, engrossá-lo mais ainda de cantos guerreiros. Mas a escrita? A escrita. Finalmente apodero-me dela (Rui, 1985).

Percebemos, com isso, como os povos colonizados foram capazes de ressignificar na cultura escrita e na língua do colonizador uma maneira de manter vivas as suas tradições. Ao apoderar-se da escrita e da língua portuguesa, Manuel Rui busca construir textos que refletem a oralidade, que se preocupem em preservar a identidade angolana. Apropriar-se da escrita e do idioma significa, finalmente, uma forma de destruir a arma do colonizador para que ele não possa mais puxar o gatilho.

O escritor moçambicano Mia Couto enxerga a adoção da língua portuguesa em seu país não como uma herança cultural, mas como um valioso troféu de guerra e um ato de soberania (Couto, 2011). Apesar de reconhecer que somente parte dos moçambicanos se consideram lusófonos⁸, o idioma é visto por ele como uma ferramenta capaz de forjar uma nação unitária e preparada para viver na modernidade, diante de uma realidade linguística dispersa e fragmentada (*idem*, 2007). O estatuto de língua oficial, concedido ao português em Moçambique, representou uma decisão racional na busca pela unificação de um país composto por diversas nações e marcado pela pluralidade. Encarar o idioma como um troféu de guerra representa a ressignificação de um dos aspectos mais perversos da ocupação colonial: a colonização linguística e o apagamento cultural impostos a esses povos. A língua portuguesa começa a se colocar, após séculos de opressão, como um idioma de oportunidades.

O líder revolucionário guineense Amílcar Cabral, um dos fundadores do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC⁹, ao considerar o papel do português nas lutas de libertação nacional afirmou:

⁸ Apesar disso, de acordo com o censo de 2007, a língua portuguesa é falada por cerca de 50,4% do moçambicano, número que chega a 80,8% nas áreas urbanas e a apenas 36,6% nas zonas rurais. O principal meio de aprendizado do português é a escola, no entanto o índice de analfabetismo no país chega a 45%. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/em-mocambique-idioma-portugues-se-mistura-com-as-linguas-maternas.shtml>. Acesso em: 22 abr. 2024.

⁹ Partido fundado em 1956 para organizar a luta de independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Há muita coisa que não podemos dizer na nossa língua, mas há pessoas que querem que ponhamos de lado a língua portuguesa, porque nós somos africanos e não queremos a língua de estrangeiros. Esses querem é avançar a sua cabeça, não é o seu povo que querem fazer avançar. Nós, Partido, se queremos levar para a frente nosso povo, para escrevermos, para avançarmos na ciência, a nossa língua tem que ser a portuguesa. É a única coisa que podemos agradecer ao tuga¹⁰, ao facto de ele nos ter deixado a sua língua depois de ter roubado tanto da nossa terra (*apud* Ciancio, 2012, p. 199).

A escolha pelo português como língua oficial foi, naturalmente, uma opção política. Cabral, ao defender o lema “unidade e luta” no processo de independência desses países, tinha a consciência de que a escolha por uma das línguas dos diversos povos reunidos naqueles territórios, poderia ameaçar a construção dessa “unidade” imprescindível na formação desses novos Estados-nação (Cortesão, 2011, p. 105). Além disso, de acordo com a autora, ele tinha a compreensão do estatuto, histórico e internacionalmente reconhecido, que a língua portuguesa possui, o que favoreceria os novos países em suas relações internacionais. Desse modo, a língua portuguesa passa a atuar, nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), como um importante instrumento de consolidação nacional, tanto na busca pela construção de uma coesão social em países multilíngues, quanto na afirmação desses Estados no âmbito internacional.

Já no Brasil, a situação linguística do português se desenvolveu de forma distinta das demais colônias, o que levou o idioma a se tornar, além de língua oficial, língua nacional. Pensar na evolução histórica da língua portuguesa no país significa, impreterivelmente, levar em conta o seu contato com as diversas línguas indígenas e africanas ao longo do período colonial, assim como as políticas linguísticas realizadas por Portugal e o contexto político-social da época, que culminou com a mudança da corte portuguesa para o Rio de Janeiro no século XIX. Diante dessas particularidades, o português se tornou a língua materna dos brasileiros.

O linguista Eduardo Guimarães (2005, p. 24-25) divide esse processo em quatro momentos distintos. No período inicial, que vai do início da colonização até a expulsão dos holandeses em 1654, o português convivia com as línguas indígenas e o com o holandês – uma outra língua europeia. A língua franca¹¹ da época era a língua geral, oriunda do tupi e utilizada pela maior parte da população, tanto no contato entre as diferentes tribos indígenas quanto na relação com os europeus. O segundo momento apresentado por Guimarães se inicia com a retirada dos holandeses e vai até 1808, data em que a família real portuguesa chega ao Rio de Janeiro. Com a saída do idioma holandês, o cenário linguístico passa a ser composto pelo

¹⁰ Abreviação de portuga, usado para se referir aos portugueses.

¹¹ De acordo com a Enciclopédia das Línguas no Brasil (ELB-LABERUB): É a língua tomada como língua comum de grupos sociais que falam, cada um, uma língua diferente dos outros.

português, pelas línguas indígenas e pelas línguas africanas, provenientes da chegada de um grande número de escravizados na colônia. Este período, segundo o autor, é marcado por ações diretas do poder colonial com o objetivo de acabar com as línguas gerais e tornar o português a língua mais falada no Brasil, como o Diretório dos Índios (1757), implementado pelo Marquês de Pombal, que proibiu o uso da língua geral. Essa ação política, somada ao aumento da população de origem portuguesa, tornou o português, que já era o idioma oficial, a língua mais falada no Brasil.

A chegada da família real delimita o terceiro momento, que vai até a independência do país. Segundo Guimarães, dois acontecimentos marcam essa época: o desembarque repentino de cerca de 15 mil portugueses; e a transformação do Rio de Janeiro em capital do Império, modificando as relações sociais dentro da colônia em diversos âmbitos, inclusive o linguístico, com a criação da imprensa e da Biblioteca Nacional. Assim, o advento de um instrumento de circulação da língua portuguesa como a imprensa forjou a unidade do idioma no Brasil. O quarto e último momento apresentado por ele começa com a independência, mais especificamente a partir do ano de 1826, quando se iniciam as discussões sobre uma “língua brasileira”. Houve, nesse período, a legitimação das gramáticas nacionais e dos dicionários, gerando um sentido de apropriação da língua portuguesa, que deixou de ser a língua do colonizador e se tornou a língua da nação brasileira. Dessa forma, a partir do contato com outras línguas, como as indígenas e africanas, o português se modificou de maneira específica em território brasileiro, sendo construído, assim, o sentimento da língua portuguesa como língua nacional (Guimarães, 2005, p. 25).

Como vimos, foi a partir da colonização portuguesa que o idioma se espalhou pelo mundo¹², e com base nesses contatos foi se constituindo como uma língua que é, ao mesmo tempo, única e muitas. É língua materna, por óbvio, em Portugal, mas também no Brasil, país que reúne cerca de 85% dos falantes de português no mundo. Nos demais Estados da comunidade é língua oficial, mas em cada contexto está inserida nas particularidades culturais locais, sendo um erro tratar os PALOP como uma unidade. Assim o idioma, que durante o período da colonização representou a subjugação e a opressão dos povos colonizados, se coloca hoje como um importante elemento de oportunidades para esses países, em um ambiente internacional em que a cultura ocupa um lugar cada vez mais relevante na elaboração da política externa dos Estados. Considerar as especificidades do sistema internacional contemporâneo se torna, então, fundamental para compreender as condições que permitiram o surgimento da

¹² Para uma análise completa da história da língua portuguesa ver Faraco (2016).

CPLP, a sua evolução, os seus potenciais e as suas fraquezas, bem como o papel desempenhado pelo patrimônio comum na integração entre esses povos.

2.3 A CULTURA COMO VETOR DE INTEGRAÇÃO

O protagonismo de Portugal na expansão marítima europeia foi responsável, dessa maneira, pelo primeiro momento de internacionalização da língua portuguesa pelo mundo. Diante disso, a origem do patrimônio comum lusófono remete a uma época em que as conexões ao redor do globo eram bem mais demoradas e difíceis, mas que representa um marco no aumento do fluxo de integração mundial. Por outro lado, a constituição da CPLP ocorreu em um cenário internacional cada vez mais interconectado, onde a velocidade da interação social ao redor do globo aumentou de forma significativa, muito devido ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e transportes.

Essa maior interconexão global, que resultou na diminuição das distâncias entre os povos, trouxe para o centro do debate político-econômico o fenômeno da globalização, termo que não possui uma definição unívoca e universal. De acordo com David Held e Anthony McGrew (2001, p. 7), apesar de ter sua origem em trabalhos intelectuais do século XIX e princípio do século XX, é a partir dos anos 1960-1970 que o conceito começa a ser aplicado de forma efetiva. Essa época observou um crescimento expressivo da interdependência política e econômica entre os países, o que provocou reflexões sobre as insuficiências das perspectivas ortodoxas sobre política, cultura e economia, que partiam de uma separação estrita entre os assuntos internos e externos, entre as esferas nacional e internacional (Held; McGrew, 2001, p. 8).

Não podemos, portanto, desconsiderar esse panorama mundial substancialmente mais conectado como um fator determinante do contexto histórico que possibilitou o desenvolvimento de estratégias de integração como a CPLP. Diante desse encolhimento das distâncias globais e do crescimento exponencial do contato entre diferentes povos, Anthony Giddens (1991, p. 60) definiu a globalização como “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”.

Só é possível compreender essa nova realidade global enquanto um processo complexo que possui efeitos em múltiplas dimensões. As inovações tecnológicas e os avanços das comunicações e dos transportes não provocaram somente uma integração das cadeias de produção e consumo, mas colocaram em contato uma diversidade enorme de culturas que antes

viviam separadas pelas barreiras físicas e limitações espaço-temporais. O fenômeno da globalização, ao aproximar diferentes culturas locais e criar padrões de consumo mundiais, possui também uma importante dimensão cultural, que não se desenvolve de maneira homogênea e convergente. Ela apresenta, ao mesmo tempo, processos de integração e de fragmentação, de inclusão e de exclusão, de universalização de padrões e de diferenciação de referenciais (Ioris, 2010, p. 37).

Dessa forma, os aspectos culturais da globalização são definidos pela crescente importância dos fatores ideacionais, que se manifestam em duas tendências opostas: se por um lado a propagação desses padrões e modelos globais de modos de vida gera como resposta a autoafirmação das formas locais de existência, que conduzem, em grande parte das vezes, a isolamentos e conflitos; por outro tem se formado uma “agenda comum global” em torno de temas e interesses amplamente aceitos, como o patrimônio comum da humanidade, questões ambientais e de desenvolvimento sustentável, democracia, autodeterminação de grupos culturais, etc. (*ibidem*, p. 35). A construção da CPLP está fundamentalmente pautada por essa segunda tendência, como demonstra a sua Declaração Constitutiva¹³, o que caracteriza a busca por uma inserção internacional que traga ganhos estratégicos de política externa a partir de assuntos que possuem uma grande aceitação nesse ambiente globalizado.

Como resultado dessas especificidades, a cultura passa a desempenhar um papel significativo na política externa, onde os Estados buscam, em último caso, projetar os seus valores (Ribeiro, 2011, p. 23-24). Segundo Ribeiro, existe a percepção de que em um espaço onde as ideias circulam com mais rapidez, a cultura pode estimular mecanismos de compreensão mútua e de redução de desconfianças ao exercer um importante papel na superação das barreiras que separam os povos.

O elemento cultural tem a capacidade de atuar, assim, como um importante articulador na construção de um ambiente internacional que favoreça o entendimento, funcionando como um significativo vetor de aproximação e integração entre os países. Isso ocorre porque o desenvolvimento desse tipo de relacionamento, ao promover o intercâmbio de ideias e experiências entre os povos, colabora com a diminuição de julgamentos com base em estereótipos, além de fortalecer um sentimento pacífico em torno da ideia de universalidade do patrimônio cultural e artístico (Ribeiro, 2011, p. 34). Dessa forma, cria-se um espaço mais fértil

¹³ Enfatiza valores como a paz, a democracia, os Direitos Humanos, além de defender objetivos que contribuam com a preservação do meio ambiente, com o desenvolvimento sustentável, com a erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia.

para a materialização de vínculos duradouros a partir da construção de diálogos interculturais que valorizem e estimulem o respeito às diferenças.

Diante dessas circunstâncias, o patrimônio cultural passou a ter maior visibilidade e relevância, sendo incorporado em novas áreas do discurso internacional. Essa radiografia é apontada por Rodrigo Christofolletti (2017) em seu livro *Bens Culturais e Relações Internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*:

Recentemente, organismos internacionais passaram a enxergar o patrimônio de forma mais ampla, tomando-os como parte dos discursos e agendas que compõem a governança global contemporânea. Quer se trate de relacioná-lo à ideia de sustentabilidade, à luta contra o extremismo, ou políticas em torno do acesso à cidadania e à tradição, o patrimônio cultural passou a ter visibilidade muito maior e participação relevante, havendo um avanço na presença de organismos de preservação nas mesas de negociação das políticas internacionais como jamais visto antes (Christofolletti, 2017, p. 24).

Assim, observa-se que a preservação do patrimônio cultural está inserida nesta nova agenda mundial, à medida que a memória, os valores e as identidades de um povo constituem elementos essenciais e estratégicos capazes de estimular o desenvolvimento humano, a projeção internacional dos países e o diálogo entre as nações.

Ainda de acordo com Christofolletti (2017, p. 20), o patrimônio cultural tem sido apropriado com finalidades comerciais e políticas dentro das economias e, com isso, passa a desempenhar, também, um importante papel na elaboração de estratégias de diplomacia cultural, deixando de ser uma simples estratégia diplomática de boa vizinhança para se tornar uma complexa tática de *soft power* em variados países ao redor do globo. Essas ações no campo da cultura possibilitam aos Estados ampliar, diversificar e enfatizar os aspectos fundamentais de suas atuações bilaterais ou multilaterais (Ribeiro, 2011, p. 37), facilitando a consecução dos demais objetivos de política externa. Um bom exemplo é a elaboração e execução de projetos de cooperação técnica que “somente produzem resultados duradouros se enraizados culturalmente – tanto que as resistências a oferta de cooperação nunca são técnicas, e sim culturais” (*ibidem*, p. 41).

O patrimônio histórico e cultural dos países membros da CPLP é defendido, institucionalmente, como um importante eixo de aproximação e cooperação entre eles, onde os laços comuns teriam o potencial de refletir e afirmar toda a pluralidade presente no bloco, em um processo político e decisório descentralizado. A preservação dos bens culturais e da diversidade do patrimônio pode representar uma importante contribuição instrumental na busca por um desenvolvimento sustentável, promovendo a coesão social da comunidade, aumentando

o pertencimento, o respeito mútuo, a valorização do bem comum e servindo de ponte para o presente e o futuro (Christofoletti, 2017, p. 20).

Essa relevância, cada vez maior, que os aspectos culturais têm assumido no cenário mundial pode ser observada pela sua crescente presença nos diálogos multilaterais e nas organizações internacionais, onde a sua institucionalização tem se desenvolvido, principalmente, a partir dos esforços empreendidos pela UNESCO. Torna-se, então, fundamental compreender a elaboração da estratégia de cooperação lusófona, que tem no patrimônio comum um elemento essencial de integração, a partir dessa ótica multilateral. Assim, destacaremos, ao analisar a conjuntura internacional que propiciou o surgimento da CPLP, a expansão de atuação das Organizações Internacionais Governamentais (OIGs), em um contexto no qual o multilateralismo passa a ser visto, cada vez mais, como um fator que confere legitimidade às decisões internacionais.

2.4 MULTILATERALISMO E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

As grandes destruições causadas pelas duas Guerras Mundiais, assim como a crescente noção de interdependência entre os países, evidenciada por inúmeros acontecimentos mundiais como a crise do petróleo dos anos 1970, fizeram com que os Estados buscassem uma maior coordenação na construção de um ambiente internacional cooperativo que reduzisse as desconfianças entre as nações e aumentasse os custos das ações unilaterais. Produziu-se, assim, ao longo do século XX, diversas instituições multilaterais¹⁴ cuja maior expressão foi a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas múltiplas agências especializadas.

O colapso da União Soviética no final do século, e o conseqüente fim da Guerra Fria, proporcionou a mudança geopolítica mais importante da era pós-guerra e, apesar de diversos fatores terem sido responsáveis por essa mudança, restam poucas dúvidas que as normas e instituições multilaterais ajudaram a estabilizar as suas conseqüências internacionais (Ruggie, 1992, p. 561). Diante disso, para uma melhor compreensão desse contexto, será discutido, em primeiro lugar, o conceito de multilateralismo e os seus aspectos fundamentais. Em seguida, abordaremos as organizações internacionais, suas principais características e as particularidades que as distinguem de outras formas de institucionalização.

¹⁴ O número de organizações intergovernamentais aumentou de cerca de 30 em 1910 para 70 em 1940 e para mais de 1000 em 1981, segundo Keohane (1998).

John Ruggie (1992) define multilateralismo, de maneira qualitativa, como “uma forma institucional que coordena as relações entre três ou mais Estados com base em princípios generalizados de conduta”¹⁵, que não estão sujeitos aos interesses particularistas de qualquer uma das partes envolvidas ou às exigências estratégicas de situações específicas (Ruggie, 1992, p. 571, tradução nossa). A partir dessa natureza própria o multilateralismo se diferencia de outras formas organizacionais que também regulam a relação entre um grupo de Estados, como o imperialismo ou o bilateralismo, por exemplo. De acordo com Ruggie, dessa definição resultam duas características fundamentais: a indivisibilidade e a reciprocidade difusa. O primeiro aspecto considera que os princípios organizadores dos acordos multilaterais devem ser indivisíveis entre todos os membros da coletividade, ou seja, precisam ser aplicados a todos os Estados participantes. A segunda característica refere-se à expectativa de que esses arranjos promovam benefícios agregados equivalentes entre os seus componentes ao longo do tempo.

Dessa forma, as instituições multilaterais podem ser vistas como instrumentos que ajudam os Estados a alcançar os seus objetivos e, com isso, mesmo as grandes potências têm interesse, na maior parte das vezes, em seguir as regras de instituições bem estabelecidas (Keohane, 1998). Se, por um lado, o multilateralismo pode ser utilizado pelos Estados mais fracos para ampliar a sua voz no sistema internacional e enredar os Estados mais poderosos em determinadas normas, por outro, essas superpotências podem utilizar esse ambiente multilateral para implementar as suas ideias e visões de mundo, com o objetivo de exercer o seu poder de forma legítima.

Diante dessa discussão, ao afirmar que uma instituição internacional¹⁶ é multilateral, pressupõe-se necessariamente, a existência dessas três distinções qualitativas: princípios gerais, indivisibilidade e reciprocidade difusa. De acordo com Ruggie, o adjetivo multilateral modifica, dessa forma, o substantivo instituição e possui diferentes expressões específicas, dependendo do tipo de relação institucionalizada a que ele se referir. Assim, costuma-se distinguir essas relações interestatais em três domínios institucionais diferentes: ordem internacional¹⁷, regimes internacionais¹⁸ e organizações internacionais, onde cada tipo pode ser, mas não

¹⁵ “Multilateralism is an institutional form which coordinates relations among three or more states on the basis of generalized principles of conduct”.

¹⁶ Compreendemos as instituições internacionais como um conjunto de regras formais e informais que prescrevem comportamentos, restringem as atividades dos atores e moldam expectativas (Keohane, 1989).

¹⁷ Entendida por Ruggie como o ordenamento geral da relação entre os Estados em determinados domínios da vida internacional. Por exemplo: ordens econômicas mundiais, ordens de segurança internacionais, ordens marítimas, etc.

¹⁸ Conforme Krasner (1982): conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais as expectativas do atores convergem em uma área temática.

obrigatoriamente é, multilateral em sua forma (Ruggie, 1992, p. 572). É a partir dessa distinção que analisaremos a concepção e o desenvolvimento da CPLP, uma organização internacional que se define, como já mencionado, como um foro multilateral; uma vez que, “para fins analíticos, é importante não (con)fundir o próprio significado de multilateralismo com qualquer uma de suas expressões institucionais particulares, seja ela uma ordem, um regime ou uma organização”¹⁹ (*ibidem*, p. 574, tradução nossa).

Para compreender os motivos que levaram os países lusófonos a desenvolver um processo de integração e cooperação a partir da construção de uma organização internacional, devemos analisar os principais aspectos e especificidades que determinam esse domínio institucional. Uma das principais características que diferenciam as OIGs de outras forma de cooperação internacional com um grau menor de institucionalização é o seu caráter permanente, que se reflete na constituição de uma burocracia, com sede física, orçamento e procedimentos de tomada de decisão. Dessa forma, a relação entre o multilateralismo e as OIGs ocorre de forma bastante acentuada, já que, enquanto as organizações fornecem os recursos e o espaço social para o avanço do multilateralismo; os princípios gerais, a lógica da indivisibilidade e a reciprocidade difusa contribuem para a legitimação das OIGs no ambiente internacional (Herz; Hoffmann, 2004, p. 10-11). Outra característica fundamental é que a sua fundação ocorre a partir de uma decisão soberana de um grupo de Estados, que definem o seu campo de atuação a partir de interesses comuns.

Diante disso, e admitindo que a conceituação do termo organizações internacionais suscita amplos debates, assumiremos nessa análise a definição elaborada por Ricardo Seitenfus. De acordo com o autor as OIGs seriam uma:

Associação voluntária entre Estados, constituída através de um tratado que prevê um aparelhamento institucional permanente. Além disso, ela é dotada de uma personalidade jurídica distinta dos Estados que a compõem, com o objetivo de buscar interesses comuns, através da cooperação entre seus membros (Seitenfus, 2012).

Uma organização internacional é, portanto, composta fundamentalmente por Estados, cuja participação é voluntária, e estabelecida por um tratado que determina a sua estrutura e os seus objetivos. O fato de ter uma personalidade jurídica própria torna as OIGs atores centrais no cenário mundial, uma vez que assumem certa autonomia em relação aos seus membros. São também fóruns de circulação e legitimação de ideias; e mecanismos para o desenvolvimento da

¹⁹ “for analytic purposes, it is important not to (con)fuse the very meaning of multilateralism with any one particular institutional expression of it, be it an international order, regime, or organization”.

cooperação entre os Estados e os demais atores, a partir da construção de um espaço onde as negociações podem ser realizadas, além de um aparato administrativo que execute as decisões tomadas (Herz; Hoffmann, 2004, p. 15). Ainda segundo as autoras, a formulação de projetos de cooperação em diversas áreas, assim como a possibilidade de rápida reação aos momentos de crise são favorecidas pela existência de uma burocracia permanente.

De acordo com Abbott e Snidal (1998, p. 4-5) as organizações internacionais se diferenciam de outras instituições internacionais a partir de duas características funcionais: centralização e independência. Desse modo, as OIGs possibilitam a centralização de atividades coletivas através de sua estrutura organizacional concreta e estável e de uma máquina administrativa de apoio. Esse aspecto, segundo os autores, amplia a eficiência da ação coletiva e a habilidade das organizações em promover entendimentos e os interesses dos seus membros. Já a independência indica a capacidade que as OIGs possuem em agir com certa autonomia, frequentemente com neutralidade, em esferas definidas e, apesar de ser constantemente limitada pelos Estados, ela também aumenta a eficiência, além de conferir legitimidade às ações individuais e coletivas, fazendo com que mesmos os Estados mais poderosos concordem em conceder uma independência significativa às OIGs. Assim, para eles, quando os valores dessas funções superarem os seus custos, os Estados racionais decidirão utilizar ou criar organizações internacionais formais.

Esse conjunto de características nos fornece uma importante chave de análise para compreender as razões que levam os governos a cooperarem através de organismos como as organizações internacionais em um ambiente internacional anárquico, isto é, sem a presença de uma entidade supranacional que regule as relações entre os Estados, e regido pelo auto interesse. As OIGs são utilizadas, assim, tanto para reduzir custos de transação, quanto, de uma maneira mais ampla, para criar informações, normas, expectativas, legitimar ou deslegitimar ideias ou práticas particulares, atuar em atividades específicas, e aumentar as capacidades e o poder dos seus membros (Abbott; Snidal, 1998, p. 8). Elas fornecem, também, os instrumentos necessários para garantir o cumprimento dessas normas e regras elaboradas, como mecanismos de monitoramento, coleta, análise e disseminação de informações (Herz; Hoffmann, 2004, p. 15).

Essas definições e reflexões sobre o multilateralismo e as organizações internacionais nos oferecem importantes elementos para analisar a CPLP e as oportunidades que decorrem de sua criação. Por outro lado, os limites, como as restrições impostas pelos Estados à independência das OIGs, assim como as dificuldades de financiamento ou da efetivação de suas agendas e políticas, se colocam como desafios em um mundo em que o Estado-nacional ainda

é o ator central. Ao investigar os motivos que levam os países a se engajarem em organizações internacionais, buscamos compreender de que maneira esses governos tentam racionalizar o seu poder no mundo. Com essas conceituações em mente analisaremos, agora, o desenvolvimento institucional da CPLP, indicando seus objetivos, princípios orientadores, estrutura organizacional e processos decisórios.

2.5 COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

O final do século XX foi marcado por um crescente otimismo em relação ao multilateralismo e à atuação das organizações internacionais, o que pode ser evidenciado pela realização de grandes conferências multilaterais na década de 1990, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992; a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993; e a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat-II) ocorrida em Istambul em 1995, entre outras. O fim da Guerra Fria proporcionou, ao mesmo tempo, uma reestruturação no papel da ONU e das suas agências, principalmente no que diz respeito ao Conselho de Segurança, já que durante o período bipolar os organismos multilaterais se tornaram palco das disputas de projeção de poder e influência pelas duas superpotências.

Esse entusiasmo também pode ser observado com a criação de uma série de instituições internacionais como a APEC²⁰, em 1989; o Mercosul²¹ e a CEI²², em 1991; a SADC²³, em 1992; a OMC²⁴, em 1995; o G-20²⁵, em 1999, etc. Descortinou-se, assim, durante esse período, um mundo de polaridades mais indefinidas, que abriu novas perspectivas de concertação entre os países, sem a rigidez que marcou a correlação de forças da Guerra Fria, e que abre margem para a afirmação de um potencial a ser explorado: valores e percepções compartilháveis (Lafer, 2013, p. 225). Esse é o caso dos países lusófonos que, diante de uma conjuntura específica igualmente propícia no final do século XX, com as independências dos PALOP, a redemocratização do Brasil e o fim do Estado Novo português, iniciaram um processo de aproximação que culminou na criação da CPLP em 1996.

²⁰ Cooperação Econômica Ásia-Pacífico.

²¹ Mercado Comum do Sul.

²² Comunidade dos Estados Independentes.

²³ Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

²⁴ Organização Mundial do Comércio.

²⁵ Fórum formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia

O passo inicial nesse novo momento de integração se deu a partir do primeiro encontro dos chefes de Estado e de Governo de países de língua portuguesa, ocorrido em São Luis do Maranhão no ano de 1989, que criou o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Essa reunião aconteceu, portanto, cerca de um mês após a queda do muro de Berlim, período que inaugurou, como vimos, uma nova configuração geopolítica mundial que valorizava os laços culturais, históricos, linguísticos e regionais, que já não refletiam a lógica da polarização entre os blocos capitalista e comunista (Oliveira, 2019, p. 15-17). De acordo com o autor, esse encontro concedeu à língua portuguesa a função de plataforma inicial do processo de cooperação institucional entre esses países, a partir da constituição de um instituto administrado de maneira coletiva com o objetivo de promover e difundir o idioma comum.

O IILP surge, dessa forma, como o primeiro movimento de articulação das relações entre os países lusófonos e, segundo análise feita por Oliveira, a lógica da sua criação, assim como mais tarde ocorreria com a CPLP, compreende duas perspectivas de grande transcendência política:

1. o estabelecimento de um modelo possível para a superação da *fratura colonial*, na medida em que a língua poderia passar a ser tratada como bem comum, sobre a qual cada país tivesse voz e voto, numa relação entre iguais, em um modelo de relações diametralmente oposto ao que ocorria no contexto colonial, baseado na hierarquia e na subordinação, e
2. o aproveitamento das oportunidades surgidas pela desvinculação ou por uma maior independência do alinhamento automático com os blocos da Guerra Fria, que dividiu os países de língua portuguesa e dificultou a sua coesão: enquanto Brasil e Portugal vincularam-se ao bloco capitalista liderados pelos Estados Unidos, os PALOP vincularam-se ao bloco comunista liderado pela União Soviética (Oliveira, 2019, p. 16).

A gestão da língua ocorreria, dessa forma, de uma maneira horizontal, afirmando o português como língua pluricêntrica e se beneficiando de uma conjuntura histórica internacional favorável a esse tipo de arranjo. Entretanto, apesar de ter sido concebido nesse momento, o IILP só foi de fato criado anos mais tarde, já no âmbito de ação da CPLP. De qualquer forma, esse movimento inicial de aproximação e coordenação foi fundamental para o desenvolvimento da institucionalização das relações entre os Estados lusófonos.

No início de 1994, em Brasília, os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos sete²⁶ países se reuniram novamente e recomendaram aos seus Governos a realização de uma Cimeira de Chefes de Estado e Governo com o objetivo de estabelecer o ato constitutivo da CPLP, bem como a criação de um grupo de Concertação Permanente que teria

²⁶ Nessa época o Timor Leste ainda estava sob ocupação da Indonésia e a Guiné Equatorial não havia instituído o português como idioma oficial.

como propósito a elaboração dos documentos adotados na Cimeira constitutiva. Assim, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi oficialmente fundada em Lisboa, em julho de 1996.

2.5.1 Estrutura organizacional

A CPLP reúne as características funcionais que definem, conforme discutido anteriormente, as organizações internacionais multilaterais. Dessa forma, abordaremos a sua estrutura institucional a partir desses conceitos e especificidades. Conforme as propriedades inerentes às OIGs indicam, a Comunidade é dotada de personalidade jurídica e possui autonomia administrativa, financeira e política, o que confere independência às suas decisões e ações; está sediada no palácio do Conde de Penafiel em Lisboa e possui um aparato burocrático, constituído por órgãos próprios, que garante o seu caráter de permanência.

As organizações internacionais possuem critérios para a adesão de novos membros, cuja filiação implica em privilégios e, também, custos; ou seja, um Estado não pode decidir unilateralmente se juntar à determinada OIG, ele precisa ser admitido (Martin; Simmons, 2012, p. 329). Essa circunstância se reflete na CPLP que, além dos seus membros fundadores, poderá admitir novos Estados, desde que o candidato possua a língua portuguesa como idioma oficial, adote sem ressalvas os Estatutos da organização e solicite formalmente a sua adesão, que deverá ser aprovada por unanimidade na Conferência de Chefes de Estado e Governo.

Além dos membros de pleno direito, a CPLP criou em 1998 o estatuto dos observadores com o objetivo de ampliar a colaboração extracomunitária. Em 2005, durante a reunião do Conselho de Ministros, foram estabelecidas as categorias de observador associado, que pode ser atribuída aos Estados, organizações internacionais, organismos intergovernamentais e entidades territoriais que compartilhem os princípios orientadores da comunidade; e observador consultivo, concedido às organizações da sociedade civil que se interessem nos objetivos da CPLP. Essa ação pode ser enxergada como uma tentativa de incluir na comunidade regiões da lusofonia que não fazem parte dos Estados-membros, o que reforça o argumento de que os espaços lusófonos não coincidem, em sua totalidade, com o espaço CPLP.

Se o idioma comum serviu como a plataforma inicial do processo de integração, a concepção institucional da comunidade definiu três eixos principais de atuação, que são definidos nos seus objetivos gerais:

1. A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos foros internacionais;
2. A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultural, desporto e comunicação social;
3. A materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (CPLP, 2007).

O propósito de diversificação na atuação da CPLP se refletiu, dessa forma, nos objetivos definidos pela comunidade (Jesus, 2012, p. 313) que se estruturaram inicialmente a partir de três pilares, que envolvem a concertação político-diplomática, a cooperação em diversos campos e a promoção e difusão da língua portuguesa. Percebe-se, assim, um transbordamento da integração, que ocorreu em momento inicial devido a fatores histórico-culturais-linguísticos, para uma diversidade de outros setores. Esse movimento segue se desenvolvendo, já que a organização não é estática, e pode ser observado na criação de mais um eixo de atuação: a cooperação econômica. A inclusão desse quarto objetivo geral ocorreu conforme a Resolução sobre a Revisão dos Estatutos da CPLP, realizada em Luanda em março de 2023, e prevê o reforço dos laços econômicos e a promoção do desenvolvimento sustentável entre os Estados-membros.

A CPLP se apoia, também, nos corolários do multilateralismo propostos por Ruggie, como a indivisibilidade e a reciprocidade difusa. A comunidade é regida, portanto, por oito princípios orientadores:

- a) Igualdade soberana dos Estados-Membros;
- b) Não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
- c) Respeito pela identidade nacional;
- d) Reciprocidade de tratamento;
- e) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, da Boa Governação, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
- f) Respeito pela integridade territorial;
- g) Promoção do Desenvolvimento Sustentável;
- h) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

Para alcançar os objetivos gerais definidos, a CPLP conta com um conjunto de órgãos que garantem a centralização de suas atividades coletivas. No momento de sua fundação estabeleceu-se a seguinte estrutura formal: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo; o Conselho de Ministros; o Comitê de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo. Em

2002, durante a revisão dos Estatutos que ocorreu em Brasília, foram criados como órgãos adicionais as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião dos Pontos Focais da Cooperação. Em 2005 o Instituto Internacional da Língua Portuguesa foi incorporado como órgão adicional. Por fim, em 2007, instituiu-se a Assembleia Parlamentar (CPLP, 2014, p. 35). A estruturação de cada órgão, assim como as suas funções estão definidas nos Estatutos da organização (CPLP, 2007).

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo é o órgão máximo da CPLP e se reúne, ordinariamente, a cada dois anos. Possui como principais competências definir e orientar as políticas gerais da comunidade; criar as instituições necessárias para que a organização cumpra os seus objetivos; além de possuir a prerrogativa de eleger ou reconduzir o Secretário Executivo da organização.

O Conselho de Ministros é formado pelos ministros de negócios estrangeiros e das relações exteriores de cada um dos Estados-membros e se reúne uma vez por ano. As suas atribuições centrais abarcam a coordenação das atividades da CPLP, a definição e implementação das políticas e programas, assim como a supervisão do funcionamento e desenvolvimento da comunidade, além da aprovação do orçamento. O Conselho elege entre os seus membros uma presidência rotativa que possui um mandato de dois anos.

O Comitê de Concertação Permanente se reúne uma vez por mês, é formado por um representante de cada Estado da CPLP e tem seu funcionamento determinado pelo artigo 14º dos Estatutos. O órgão fiscaliza o cumprimento, por parte do Secretariado Executivo, das decisões e recomendações de outras instâncias da comunidade. Acompanha, também, de acordo com o inciso 3, as ações realizadas no âmbito do IILP, assegurando que elas sejam tomadas com base na orientação política geral da CPLP. O Comitê é coordenado pelo representante do país que ocupa a presidência do Conselho de Ministros e pode criar grupos de trabalho que auxiliem em suas tarefas.

O Secretariado Executivo, por sua vez, é a principal instância executiva da comunidade. Suas atribuições incluem a implementação das decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comitê de Concertação Permanente; a organização e participação nas reuniões dos demais órgãos; e o acompanhamento da execução das decisões das Reuniões Ministeriais. O órgão é dirigido pelo Secretário Executivo, eleito para um mandato de dois anos, que pode ser prorrogável por uma única vez. A candidatura ocorre de forma rotativa pelos Estados-membros por ordem alfabética.

As Reuniões Ministeriais são formadas pelos ministros e secretários de Estado dos diferentes setores governamentais dos países membros. Tem como principal atribuição a

coordenação, em nível ministerial ou equivalente, das ações de cooperação e concertação em cada um dos setores específicos.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação reúne as unidades responsáveis, em cada Estado-membro, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. Ocorre, ordinariamente, duas vezes por ano e é coordenada pelo representante do país que ocupa a presidência da Conferência. Tem como função assessorar os outros órgãos em questões de cooperação para o desenvolvimento no escopo da comunidade, assim como apresentar ao Comitê de Concertação Permanente a situação sobre a execução dos projetos de cooperação na organização.

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa, segundo o artigo 9º dos Estatutos, é responsável pelo planejamento e execução de projetos de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em foros internacionais. O IILP goza de autonomia científica e administrativa, possuindo uma estrutura organizacional própria.

De acordo com o seu Estatuto próprio, o IILP possui dois órgãos: o Conselho Científico, formado pelas Comissões Nacionais de cada um dos Estados membros e um Presidente eleito de forma rotativa para um mandato de dois anos, e é responsável por discutir e aprovar os projetos e programas no âmbito do Instituto; e a Direção Executiva, eleita pelo Conselho de Ministros, conforme critério de rotatividade alfabética, para mandato de dois anos renovável uma vez. Ao Diretor Executivo cabe administrar o IILP de maneira geral e apresentar ao Conselho Científico o plano de atividades anual com base nos projetos e programas apresentados pelas Comissões Nacionais.

Por fim, a Assembleia Parlamentar da CPLP é um órgão que reúne representantes de todos os parlamentos da comunidade. Entre as suas principais competências estão a apreciação de todas as matérias relacionadas com os objetivos estatutários e ações dos demais órgãos; e a emissão de parecer sobre as orientações, a política geral e as estratégias da organização. O presidente da Assembleia, eleito para um mandato único de dois anos, possui assento na Conferência de Chefes de Estado e Governo.

No que diz respeito ao processo decisório, o artigo 23º dos Estatutos determina que as decisões dos órgãos da CPLP e das suas instituições sejam tomadas por consenso de todos os membros. Se, por um lado, esse mecanismo traz a vantagem de que todos os Estados devam concordar com determinada deliberação para que ela seja adotada como válida, levando em conta os benefícios a serem alcançados por toda a coletividade, na busca pelos interesses de cada país; por outro, existe a desvantagem de uma maior rigidez estrutural na solução dos problemas, independentemente do peso e do tamanho do interesse de cada um dos membros

(Jesus, 2012, p. 313). A decisão por consenso significa que, na prática, todos os Estados têm poder de veto, o que evidencia o respeito da comunidade pelo princípio da soberania (Herz; Hoffmann, 2004, p. 17). Dessa forma, o poder de veto pode ser visto, em uma organização que se constituiu em torno do conceito de comunidade, não somente a partir de sua perspectiva técnica, mas também como um instrumento que reforça a igualdade entre os seus membros.

A criação da CPLP se inseriu, dessa forma, em um contexto internacional extremamente favorável à elaboração de arranjos multilaterais, o que concedeu incentivos e conferiu legitimidade ao processo de aproximação e estruturação da integração lusófona. Como vimos, os aspectos culturais e linguísticos comuns serviram como um elemento fundamental na constituição da organização que, em sua própria concepção institucional, ampliou a sua área de interesse e atuação para diversos outros setores estratégicos. Diante disso, formou-se uma organização internacional lusófona, que se apoia nas principais propriedades das organizações multilaterais como a centralização, materializada nos diversos órgãos aqui apresentados; e a independência, a partir da autonomia conferida pelos Estados-membros.

O cenário favorável às instituições multilaterais, que se estabeleceu no mundo pós-Guerra Fria, sofreu um significativo revés desde os atentados que derrubaram as torres do World Trade Center, no dia 11 de setembro de 2001, em Nova York. Esse evento trouxe de volta ao centro das discussões internacionais os assuntos relativos à segurança, interrompendo o otimismo que tomou conta das relações internacionais nesse período. Desse modo, se a CPLP foi concebida durante um momento de entusiasmo com o multilateralismo e a cooperação internacional, o seu desenvolvimento se dá em um época em que essa confiança diminui. É diante dessa conjuntura que analisaremos, nos próximos capítulos, de que forma os Estados lusófonos mobilizaram o patrimônio histórico-cultural que os une como um meio para perseguir os seus objetivos de política externa a partir da coordenação de suas ações no âmbito da CPLP.

3 LÍNGUA, CULTURA E PATRIMÔNIO LUSÓFONO: ENTRE A HETEROGENEIDADE E A HOMOGENEIZAÇÃO.

Quase me apetece dizer que não há uma Língua Portuguesa. Há línguas em português. É uma língua que tinha de passar, inevitavelmente, por transformações segundo os lugares onde a falam, as culturas e as influências. Mas isso não tira nada a evidência de que se trata do corpo da Língua Portuguesa. É um corpo espalhado pelo mundo. (Saramago, 2003²⁷)

3.1 A LÍNGUA: VETOR DE APROPRIAÇÃO DA CULTURA

A língua portuguesa, assim como as demais línguas, possui uma forma ou estrutura interna autônoma que permite que ela seja utilizada por diversos povos, com diferentes culturas. Esse modo específico de organização linguística tem sido estudado profundamente pela linguística estrutural que se preocupa, essencialmente, com os seus sistemas internos, independentemente dos aspectos culturais a que ela está vinculada. Seria o corpo da língua citado por Saramago na epígrafe deste capítulo. O que nos interessa, no entanto, são as relações que a língua – no nosso caso a língua portuguesa – estabelece com os diferentes povos que a utilizam, uma vez que não se pode conceber língua e cultura separadamente, já que a língua é um dos meios pelos quais o ser humano assimila a cultura, transmitindo-a ou transformando-a.

Assim, compreender a língua enquanto um fator social significa dizer que ela, ao mesmo tempo, influencia e é influenciada pelo contexto histórico-cultural no qual está inserida. Foi nesse sentido que Saramago pontuou a diversidade das “línguas em português” a partir das influências e transformações que o idioma experimenta nos diversos lugares em que é utilizado. É exatamente a partir da presença em múltiplas realidades sociais e da consequente interação com variadas culturas que a língua portuguesa se constituiu como uma língua pluricêntrica²⁸, onde cada um dos países, com suas respectivas variantes nacionais, se torna um centro de irradiação do idioma. Portanto, a concepção de uma cultura lusófona deve, necessariamente, levar em consideração a sua dimensão plural.

Para compreender as relações estabelecidas entre língua e cultura, torna-se necessário, em primeiro lugar, determinar o que entendemos por cultura, conceito complexo e que não reúne consenso em torno da sua definição. Não pretendemos, no entanto, traçar um histórico

²⁷ Depoimento para o documentário “Língua – vidas em português” de Victor Lopes.

²⁸ De acordo com Clyne: “o termo pluricêntrico foi empregado por Kloss (1978 II, p. 66-67) para descrever línguas com vários centros de interação, cada um fornecendo uma variedade nacional com pelo menos algumas de suas próprias normas (codificadas). As línguas pluricêntricas são, ao mesmo tempo, unificadoras e divisoras de pessoas (Clyne, 1992, p. 1, tradução nossa).

do desenvolvimento do conceito, mas definir a que estamos nos referindo ao tratar de cultura em nossa análise. Assim, tomaremos como referência as definições da antropologia e da sociologia da cultura que focam nas práticas sociais e na construção de sentidos e significados, que abrangem todos os níveis da atividade humana dentro de uma coletividade.

De acordo com Stuart Hall (2016), as definições tradicionais apontam a cultura como o somatório das grandes ideias de uma sociedade, expressadas na literatura, na música, na pintura e na filosofia, formando aquilo que convencionou-se chamar de “alta cultura”. Também, conforme o autor, o termo pode ser utilizado para se referir às expressões ligadas ao cotidiano das “pessoas comuns”, designada, dessa forma, como “cultura popular” ou “cultura de massa”. Mas foi a partir da sua aproximação com a antropologia que ela passa a se referir àquilo que caracteriza o “modo de vida” de determinado povo, comunidade, nação ou grupo social.

Dessa maneira, de acordo com Eagleton (2000, p. 37, tradução nossa), a cultura pode ser compreendida enquanto um “complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico”²⁹. Com a “virada cultural” nas ciências humanas e sociais, segundo Hall (2016, p. 19), a dimensão do *sentido* é incorporada definitivamente às discussões sobre cultura, que passa a ser considerada um conjunto de práticas, e não mais um simples conjunto de coisas:

Basicamente, a cultura diz respeito à produção e ao intercâmbio de sentidos – “o compartilhamento de significados” – entre os membros de um grupo ou sociedade. Afirmar que dois indivíduos pertencem à mesma cultura equivale a dizer que eles interpretam o mundo de maneira semelhante e podem expressar seus pensamentos e sentimentos de forma que um compreenda o outro. Assim, a cultura depende de que seus participantes interpretem o que acontece ao seu redor e “deem sentido” às coisas de forma semelhante (Hall, 2016, p. 20).

Nesse sentido, ela se relaciona diretamente com as interações construídas entre os indivíduos e com a maneira como eles significam as suas vivências. O ser humano, portanto, é resultado do ambiente cultural em que foi socializado, sendo herdeiro de um extenso processo acumulativo que carrega todo o conhecimento e as experiências das gerações anteriores e é transmitido, necessariamente, pela linguagem humana, ou seja, sem um sistema articulado de comunicação oral a cultura não seria possível (Laraia, 2001). A língua, conseqüentemente, ao mesmo tempo que possibilita a existência da cultura, é possibilitada por ela; sendo, desse modo, uma instituição tanto social quanto cultural.

²⁹ Culture can be loosely summarized as the complex of values, customs, beliefs, and practices which constitute the way of life of a specific group.

De acordo com o linguista Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1955, p. 53-54) existe, entretanto, alguns aspectos fundamentais que tornam a língua uma coisa à parte dos demais fatos culturais: ela é o único dos aspectos da cultura que existe para expressar todos os outros, ou seja, ela depende de todo o conjunto cultural, já que funciona na sociedade como um instrumento de comunicação entre os seus membros. Assim, ela é uma parte da cultura, mas se destaca do todo, se conjugando com ele dicotomicamente e permitindo o intercâmbio cultural. O autor, por fim, arremata:

A língua, em face do resto da cultura, é – o resultado dessa cultura, ou sua súpula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir. E mais ainda: só existe funcionalmente para tanto: englobar a cultura, comunicá-la, transmiti-la. Isto opõe naturalmente a língua ao resto da cultura, ou cultura **stricto sensu** (Câmara Jr, 1955, p. 54, grifo do autor).

Língua e cultura são, portanto, indissociáveis e possuem uma relação ora dicotômica, ora complementar. Tal compreensão é fundamental para entender as formulações políticas em torno da língua portuguesa no plano internacional porque os próprios países, ou mesmo a CPLP, tratam as duas coisas como distintas, apesar de intensamente conectadas e relacionadas. Essa separação pode ser observada, por exemplo, na instituição, durante a XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da comunidade que ocorreu na cidade de Praia em julho de 2009, do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, celebrado em 5 de maio³⁰. O português, desse modo, é enriquecido pelos diversos contextos culturais em que está inserido, tornando-se necessariamente uma língua heterogênea que deu origem a variadas formas ao longo do seu processo histórico.

Essa dinâmica, de realidades socioculturais eminentemente plurais e geograficamente descontínua da qual a língua portuguesa faz parte, faz com que ela se caracterize, de acordo com o lugar em que é utilizada, por normas e subnormas diversas, que divergem entre si em um ou outro aspecto, de uma forma mais ou menos acentuada, mas que não compromete a unidade do sistema linguístico (Bastos; Brito, 2013). Assim sendo, o universo fragmentado que compõe o mundo lusófono, a partir da diversidade de culturas e especificidades locais, traz para o centro do debate sobre a língua portuguesa a oposição entre uma suposta uniformidade do idioma por um lado, e a sua pluralidade por outro.

Eni Orlandi (2002) desenvolve o conceito de heterogeneidade linguística para abordar a identidade dupla que a língua do colonizador assume nos países colonizados. Dessa maneira,

³⁰ Esta data foi proclamada pela UNESCO, em novembro de 2019, como o Dia Mundial da Língua Portuguesa.

as línguas, que são consideradas as mesmas, se historicizaram de uma forma completamente distinta nas suas relações com a história de construção de cada um desses países. De acordo com a autora (p. 23), “essas línguas se filiam a interdiscursividades distintas como se fossem uma só. Esse efeito de homogeneidade é o efeito da história da colonização”. Como consequência disso, a língua portuguesa apresenta sistemas simbólicos diferentes de acordo com os lugares onde ela se historicizou (uma distinta materialidade histórica), mesmo aparentando a mesma materialidade empírica (Orlandi, 2002, p. 22-24). O grande equívoco, segundo ela, ocorre porque a existência dessa materialidade empírica faz com que as diferenças provenientes das distintas historicizações sejam invisibilizadas.

Essa característica do desenvolvimento histórico da língua portuguesa foi analisada, também, por Concato (2023) à luz do conceito de rizoma, proposto pelos filósofos Deleuze e Guattari. Esse termo é tomado emprestado da botânica como uma metáfora para se referir à multiplicidade da realidade, onde a compreensão da vida e as conexões entre os múltiplos conhecimentos não seguem uma ordem ou uma lógica específica, mas se processam de forma imprevisível, tal qual o caule de uma planta rizomatosa que se ramifica abaixo do solo a partir de qualquer ponto de sua estrutura sem seguir um sentido hierárquico. É a partir dessa discussão, que a autora aborda a língua portuguesa como uma língua múltipla, que não possui um único centro de onde se prolifera:

É nessa hipótese da multiplicidade que a relação com a língua portuguesa se perfaz. Apesar de ser a língua determinada pelo colonizador, ela se mostrou um caule sem centro e sem hierarquia, e que se espalha através do trânsito de culturas sem começo nem fim. Não houve um começo, pois foi compulsório, e não tem um fim porque suas múltiplas conexões com as culturas do colonizados se proliferam e transbordam, criando cada vez mais “novas línguas portuguesas”, transcendendo a unidade primordial e transbordando em possíveis fins (Concato, 2023, p. 3).

Existe, dessa forma, uma heterogeneidade definidora na língua portuguesa, que surge do contato com as diferentes culturas e histórias dos povos que a utilizam e não se manifesta de maneira hierárquica. Essa heterogeneidade contrasta com a concepção de um sistema linguístico supostamente homogêneo que unificaria todos os países que falam português. Temos aqui uma questão fundamental, que será abordada no próximo subtópico, e que impacta profundamente as políticas linguísticas desenvolvidas no âmbito da CPLP. Inevitavelmente, se as políticas elaboradas ignorarem essa materialidade histórica na busca exclusiva por uma pretensa homogeneidade linguística, todo o potencial oriundo da diversidade cultural e do patrimônio da comunidade tende a ser deixado de lado.

Diante disso, a língua portuguesa tem o potencial de se colocar como um importante vetor do patrimônio cultural, mesmo em países e regiões que não fazem parte da CPLP, sobretudo Macau, mas também aqueles Estados que recebem uma quantidade relevante de imigrantes lusófonos como Luxemburgo³¹, por exemplo, ou aqueles que fazem fronteira com os Estados da CPLP e possuem um significativo número de falantes do português como língua estrangeira como Namíbia, Senegal, Paraguai, Uruguai entre outros. Nesse contexto integrado, enxergando-a a partir da sua relação com os demais elementos que constituem a cultura dos povos que a utilizam, a própria língua portuguesa pode ser compreendida como patrimônio.

Os patrimônios culturais não se restringem, dessa forma, aos monumentos e objetos tangíveis, mas também incorporam as expressões culturais, as práticas e os saberes que são transmitidos entre as gerações de determinada comunidade. A língua é, conseqüentemente, a responsável pela unicidade dessas relações, já que não há apropriação da cultura sem a imposição fundamental da linguagem. De acordo com a definição da UNESCO, expressa na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, entende-se por patrimônio cultural imaterial:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003).

Na mesma convenção a UNESCO reconhece a profunda interdependência existente entre os patrimônios culturais imateriais e os patrimônios materiais culturais e naturais. Nesse sentido, a língua se constitui como veículo do patrimônio não apenas a partir da transmissão das tradições e expressões orais imateriais, mas também a partir das significações discursivas simbólicas construídas e transmitidas sobre a memória que o patrimônio material carrega. Ela funciona, desse modo, por meio da representação, que confere sentido àquilo que se quer expressar, seja um pensamento, uma ideia, um conceito, um sentimento (Hall, 2016, p. 23-24), sejam as memórias contidas em algum objeto cultural ou em algum monumento, ou mesmo lugares históricos para determinado povo. Assim, é através da cultura e da linguagem que ocorre a construção e a assimilação dos significados. Conforme Chauí (2000):

³¹ A língua portuguesa é o segundo idioma mais falado como língua nativa em Luxemburgo, muito devido ao grande número de imigrantes portugueses.

Dizer que somos seres falantes significa dizer que temos e somos linguagem, que ela é uma criação humana (uma instituição sociocultural), ao mesmo tempo em que nos cria como humanos (seres sociais e culturais). A linguagem é a nossa via de acesso ao mundo e ao pensamento, ela nos envolve e nos habita, assim como a envolvemos e a habitamos. Ter experiência da linguagem é ter uma experiência espantosa: emitimos e ouvimos sons, escrevemos e lemos letras, mas, sem que saibamos como, experimentamos sentidos, significados, significações, emoções, desejos, ideias (Chauí, 2000, p. 185).

A linguagem se coloca, portanto, como uma condição imprescindível para o entendimento do patrimônio cultural, já que não há nada mais potente no desenvolvimento das relações entre os indivíduos do que a compreensão da língua. Por outro lado, se partimos do pressuposto de que o patrimônio é, por definição, um campo de disputas políticas, um campo de conflitos e tensões, então necessariamente uma das ferramentas do conflito é a língua. Diante dessas reflexões sobre a relação entre língua, cultura e patrimônio analisaremos de que maneira a CPLP, enquanto organização, lida com as questões relacionadas à língua portuguesa.

3.2 QUAL É O PORTUGUÊS PROMOVIDO PELA CPLP?

A partir da constituição da CPLP, começa-se a discutir, no âmbito da comunidade, a gestão coletiva da língua. A elaboração dessa política linguística multilateral passa, necessariamente, pelo debate acerca das normas divergentes que o idioma assumiu ao longo do seu processo histórico e da busca, não sem embates e disputas entre os países, por uma normatização convergente. Assim, diante do universo das “línguas em português”, torna-se necessário compreender como essa diversidade é abordada nos discursos e políticas da organização.

Como discutido no capítulo anterior, fatores históricos e políticos fizeram com que a situação linguística do português se desenvolvesse de maneira distinta no Brasil e nos demais países que foram colonizados por Portugal. Além do que, a independência brasileira em 1822, assim como o prolongamento da dominação colonial portuguesa dos países africanos até o final do século XX levaram à consolidação de duas normas diferentes da língua³². De acordo com Oliveira (2013) essa normatização divergente fez com que a língua portuguesa se dividisse em duas ortografias, dois Vocabulários Ortográficos, dois dicionários, duas Nomenclaturas Gramaticais, dois exames de proficiência, dois aparatos de promoção do português no mundo – o Instituto Camões por Portugal e a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Itamaraty (hoje vinculada ao Instituto Guimarães Rosa) pelo Brasil – e também duas terminologias

³² Essas variantes são chamadas de português europeu e português brasileiro.

técnicas e científicas diferentes, que dificulta a interoperatividade do exercício profissional (Oliveira, 2013, p. 422).

Além das duas variantes dominantes, a língua portuguesa, enquanto organismo vivo, segue seu processo de diversificação a partir da interação com as diferentes línguas e culturas dos países africanos onde é oficial e do Timor Leste, que tardiamente se tornaram independentes e se vincularam, dessa forma, ao português europeu do colonizador. Diante dessa heterogeneidade, a CPLP, ao ser criada em 1996, não possuía em âmbito institucional uma forma unificada do idioma, um “português internacional” que a permitisse escrever ou emitir os seus documentos, comunicados e resoluções em uma escrita harmonizada; o que só começou a mudar com a implantação do Acordo Ortográfico de 1990 por alguns de seus países membros como o Brasil, Cabo Verde e Portugal a partir de 2009 (Grayley, 2019).

A internacionalização do português a partir de uma gestão compartilhada do idioma expõe, dessa forma, a necessidade de se elaborar uma política linguística comum que valorize a heterogeneidade inerente à língua portuguesa, ao mesmo tempo em que se busca estruturar um sentido de unicidade que considere toda a diversidade presente nesses países. Diante disso, sem desconsiderar que as políticas nacionais de promoção e difusão do idioma seguem sendo elaboradas de forma independente, como veremos o caso brasileiro no próximo capítulo, é no ambiente da CPLP que ocorrem os principais diálogos e embates sobre a língua portuguesa.

Silva e Sant’anna (2012) tentam compreender, por meio de uma análise de discurso de Declarações e Resoluções oficiais produzidas pela CPLP, qual é afinal, esse “novo português” que a organização lusófona propõe em suas políticas linguísticas. Para fazer essa avaliação os autores estabeleceram a imagem de quatro enunciadores – ufanista, defensor, apreensivo e idealista-apaziguador – que se manifestam através desses documentos e buscam construir um sentido aparente de homogeneidade para a língua portuguesa. Segundo eles, esses discursos teriam como principal finalidade a superação da heterogeneidade que caracteriza a própria comunidade, silenciando as polêmicas e se opondo ao processo histórico também em progresso, de desenvolvimento das diversas variantes nacionais do português.

Nos enunciados ufanistas (Silva; Sant’anna, 2012, p. 121-123) a língua portuguesa é exaltada, muitas vezes, de forma excessiva e apaixonada. Esse enunciador identifica o português por sua vocação e dimensão internacional, ao ressaltar uma história gloriosa que se traduz no destino de ser uma língua de muitos, estando, assim, presente em diversas regiões do mundo. Esse tipo de discurso está presente desde a Declaração Constitutiva (1996) da comunidade: “a língua portuguesa constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um patrimônio comum resultante de uma convivência multissecular que deve ser valorizada”.

Assim, ao exaltar a história compartilhada pelos povos lusófonos de uma maneira positiva, ocorre o apagamento das polêmicas e das violências ligadas à colonização linguística. De acordo com os autores:

O resultado desse modo de enunciar língua portuguesa tem como efeito uma homogeneidade de concepção: a língua falada nos nove países de língua oficial portuguesa constrói-se como se fosse a mesma. **Mais do que a convergência entre os países, ressalta-se o apagamento das diferenças, da heterogeneidade, ao mesmo tempo em que se valoriza a homogeneidade no interior na comunidade** e, como resultado, constrói-se a razão de ser da própria CPLP. O enunciador ufanista justifica a existência da Comunidade e ignora os processos de descolonização linguística na formação de uma língua nacional, traço inerente à heterogeneidade fundante da CPLP, devido à diversidade de povos e culturas que têm o português como língua nacional ou oficial (Silva; Sant’anna, 2012, p. 123, grifo nosso).

Essa dimensão discursiva traz à tona a tentativa de construção de uma ideia de univocidade para a língua portuguesa, ressaltando o caráter grandioso de sua presença mundial, mas sem considerar e problematizar as relações que ela trava com as diferentes realidades em que está presente e que têm o potencial de enriquecê-la. Podemos observar um exemplo desse tipo de enunciado no Plano de Ação de Lisboa, aprovado pelo Conselho de Ministros da CPLP, ao destacar “o importante papel que a língua portuguesa ocupa no mundo como uma das grandes línguas de comunicação internacional, multinacional e, como tal partilhada por cidadãos de diferentes países e comunidades” (CPLP, 2013). A diversidade do português cede lugar, aqui, a um sentido de homogeneidade de um idioma com vocação internacional.

O enunciador defensor (*ibidem*, p. 123-126) tem como preocupação principal a defesa da língua portuguesa contra ameaças de fora e, diante disso, defende uma suposta identidade comum a todos os povos lusófonos, que garantiria a coesão entre esses países. Esse inimigo externo se manifesta a partir da tendência de dominação mundial da língua inglesa e de um mundo cada vez mais homogêneo diante da globalização. Percebe-se essa preocupação na Declaração de Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo (2009): “a diversidade linguística e cultural é necessária para enriquecer a Humanidade e evitar fenômenos de massificação propícios à constituição de centros de poder político de participação muito reduzida”.

Já o enunciador apreensivo (*ibidem*, p. 126-129) busca estabelecer consensos diante das disputas, polêmicas e constrangimentos presentes nas complexas interações entre os países da organização e, para isso, se manifesta de maneira incisiva em prol da união da comunidade. De acordo com Silva e Sant’anna, essa complexidade é uma consequência do processo histórico da questão colonial – condição que por si só dificulta a integração entre esses países – que coloca

Portugal, o país colonizador, de um lado; o Brasil, principal ator de língua portuguesa no mundo e maior país da CPLP, de outro; e em um terceiro ponto os PALOP e o Timor Leste, que ainda possuem uma memória colonial viva entre a maior parte da população.

É utilizada, assim, construções discursivas que valorizem a unidade entre os seus membros e as ações conjuntas no âmbito da comunidade; como podemos constatar na Declaração sobre a Língua Portuguesa de 2008 que afirma “a assunção de políticas **partilhadas**, marcadas pela **integração, inclusão** e estruturação com o objetivo da projeção da Língua Portuguesa como Língua Global” e reforça a “**atuação conjunta** no processo de efetiva mundialização da Língua Portuguesa” (CPLP, 2008, grifo nosso). O enunciador apreensivo reconhece, portanto, as divergências que comprometem a homogeneidade da CPLP e atua para que elas sejam superadas.

Por fim eles apresentam o enunciador idealista-apaziguador (*ibidem*, p. 129-132), que engloba características dos demais enunciadores, principalmente quando se refere à projeção da língua portuguesa. Assim, esses enunciados buscam superar a heterogeneidade a partir da articulação de uma política linguística unificada para a promoção do português, que supere as disputas e as oposições históricas entre os países. Comparativamente, os autores destacam que:

Se o enunciador ufanista e o defensor buscam construir um efeito de homogeneidade intra e extracomunitário respectivamente, articulando aliados (a língua portuguesa comum, a sociedade civil) e opositores (diversidade cultural dos países, a língua inglesa, os Estados Unidos) e se o enunciador apreensivo descreve uma ameaça a esse efeito (divergências e disputas internas, passado colonial ainda não superado), o enunciador idealista-apaziguador busca silenciar a polêmica, o embate de vozes para solidificar a homogeneidade, ao redor de uma única voz, uma monofonia, um projeto único para a difusão da língua portuguesa, como um plano de metas (Silva; Sant’anna, 2012, p. 130).

De diferentes maneiras e por diferentes caminhos esses enunciadores, que segundo os autores constituem um (super)enunciador, visam conceber a língua portuguesa enquanto um idioma homogêneo, ignorando as inúmeras historicizações que a língua passou em cada um dos países em que é oficial, e repetindo, assim, o efeito de homogeneização do período colonial. O silenciamento e o apagamento das disputas internas oriundas da heterogeneidade linguística enfraquece o caráter pluricultural da comunidade, dada a intrínseca relação entre língua e cultura. Conseqüentemente, esse tipo de abordagem não leva em conta os diferentes papéis que a língua portuguesa forçosamente assume em seus contextos de “oficialidade” (Bastos; Brito,

2013) e desconsidera os processos de descolonização linguística³³ que ocorrem a partir dessas distintas historicizações do português.

Esse padrão discursivo homogeneizador também pode ser observado quando a organização defende uma suposta cultura comum aos países da CPLP, que se desdobra, de acordo com o discurso oficial da comunidade, em uma identidade própria e em um patrimônio compartilhado. A Declaração Constitutiva (1996) da organização já mencionava, como vimos, desde o princípio do processo de integração, “a realidade cultural nacional e plurinacional que confere **identidade própria** aos países de língua portuguesa”, mas são nos documentos oficiais referentes às reuniões ministeriais da cultura e da comissão do patrimônio cultural que essas construções aparecem de forma mais significativa.

Os seguintes enunciados são reafirmados de maneira recorrente nas Declarações Finais das Reuniões de Ministros da Cultura da CPLP:

1. A cultura constitui elemento fundador e congregador da Comunidade, uma vez que permite identificar o patrimônio histórico e cultural que reforça a **memória coletiva** e a construção de uma **identidade histórica** que desperta o interesse em países terceiros;
2. Os povos representados na CPLP **partilham de uma herança histórica, cultural e linguística que os une**, feita de um percurso comum de vários séculos que originou um patrimônio material e imaterial que urge preservar, valorizar e difundir;
3. A diversidade cultural dos Estados membros da CPLP constitui uma riqueza a ser partilhada e divulgada no espaço intracomunitário e extracomunitário.

Da mesma maneira, a Resolução sobre a criação da Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP (2017) destacou que “a complexidade da dimensão patrimonial demanda o estabelecimento de estratégias que fomentem iniciativas de valorização do **patrimônio cultural comum** enquanto via para a integração e o desenvolvimento sustentável desse universo multilateral”. Já a Declaração de Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo (2009) afirma que “a língua é um meio fundamental de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projeção internacional de seus **valores comuns**, numa perspectiva aberta e universalista”.

³³ Conforme Orlandi (2007, p, 10): “o imaginário no qual se dá um acontecimento linguístico desta vez sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação. Se, na colonização, o lugar de memória pelo qual se significa a língua e seus falantes é Portugal, no processo de descolonização esta posição se inverte e o lugar de significação é deste lado do Atlântico [ou nos demais países que falam português] com sua memória local”.

A busca por uma unidade linguístico-cultural entre os países de língua portuguesa é fundamental diante dos desafios internacionais contemporâneos que emergem, principalmente, do mundo digital, das indústrias culturais e da valorização geopolítica das línguas e culturas. Se os países lusófonos pretendem fazer do seu idioma comum uma língua internacional, das ciências, oficial e de trabalho nas principais organizações internacionais, torna-se necessário uma convergência normativa. Entretanto, essa unidade não deve partir da homogeneização que apaga as diferenças, e sim da diversidade, do reconhecimento definitivo da língua portuguesa como pluricêntrica e de uma gestão coletiva que valorize o seu contato com cada uma das culturas em que habita. Esforços nessa direção, apesar da presença desses discursos homogeneizadores, podem ser observados na organização, principalmente a partir da construção de um maior protagonismo do IILP, mas também com a valorização do patrimônio cultural, que culminou na criação da Comissão de Patrimônio Cultural da comunidade, como veremos a seguir.

3.3 O INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

Inegavelmente a língua portuguesa representa o principal impulsionador do processo de integração dos países lusófonos, entretanto ela nunca foi colocada na condição de prioridade nas iniciativas propostas pela organização. Privilegiou-se, desde o princípio, a concertação político-diplomática e a cooperação internacional, o que se torna evidente com a falta de articulação em torno do IILP nos anos posteriores ao estabelecimento da CPLP. Apesar de ter sido criado em 1989, o instituto, que só foi implementado de fato, no ano de 2001, ou seja, cinco anos após a constituição da comunidade, sobreviveu durante vinte anos em estado quase falimentar (Faraco, 2016, p. 341).

Ao contrário da sede da CPLP que se localiza em Lisboa, capital da antiga potência colonial, a sede do IILP está situada na Casa Cor-de-Rosa, localizada na cidade da Praia, capital de Cabo Verde, país que se encontra em um ponto equidistante entre Brasil e Portugal e próximo da África continental, onde estão localizados a maioria dos países de língua oficial portuguesa³⁴. Entretanto, apesar desse importante aspecto simbólico, a condição de insularidade do país, distante dos principais centros demográficos do idioma, aliada à sua realidade de carência de recursos financeiro, técnicos e humanos, fez com que se criasse rapidamente, em seus primeiros

³⁴ De acordo com Oliveira (2019) a ideia de que a sede do IILP deveria ser em Cabo Verde surgiu desde a sua criação em 1989, época em que o Timor Leste ainda não era um país independente.

anos de existência, o sentimento de que o IILP não conseguia cumprir os seus objetivos (Oliveira, 2019, p. 17-18).

Por outro lado, é importante destacar que, apesar das dificuldades iniciais, o IILP se constituiu, desde a sua concepção em 1989, como uma instituição inovadora, exemplo único no mundo de um modelo de gestão conjunta, descentralizada e multilateral da língua, que foi possibilitado pelo fato de nunca ter havido, historicamente, uma gestão centralizada da língua portuguesa (Faraco, 2021, p. 181).

Diante disso, se os primeiros vinte anos de sua história foram de atuação praticamente inexistente, o ano de 2010 marcou profundamente o desenvolvimento histórico³⁵ do IILP. Dois acontecimentos foram responsáveis pela mudança de rumo do instituto: o primeiro foi a realização da I Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial ocorrida em Brasília e que teve como resultado a elaboração do Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa (PAB), documento voltado para a estruturação de uma política linguística multilateral que, pela primeira vez, atribuiu ações concretas ao IILP; e o segundo consistiu na revisão dos Estatutos do instituto, com o objetivo de torná-lo mais eficiente na concretização de seus objetivos e atribuições, principalmente aquelas oriundas do PAB.

A revisão dos Estatutos permite observar, também, a construção institucional de uma visão sobre a língua portuguesa que valoriza a sua heterogeneidade a partir dos diferentes contextos culturais em que ela está presente. O seu artigo 4º, que aborda a missão e as atribuições do instituto, define que:

1. O IILP tem por missão a promoção, a valorização e a difusão da Língua Portuguesa como
 - (I) **Língua de expressão de diferentes culturas;**
 - (II) Língua de comunicação global e de utilização oficial em fora internacional;
 - (III) Língua de educação, formação e informação;
 - (IV) Língua de conhecimento científico e tecnológico;
 - (V) Língua de negócios e de desenvolvimento socioeconômicos (IILP, 2010, grifo nosso).

Além disso, as suas atribuições gerais fazem menção à difusão da língua portuguesa em uma perspectiva integrada e de interculturalidade; à promoção do conhecimento do português e das culturas da CPLP; à articulação entre a língua portuguesa e as demais línguas nacionais e

³⁵ Para uma melhor compreensão da evolução histórica do IILP, ver Oliveira (2019), onde o autor propõe uma divisão em 4 fases: “1. Concepção (1989-99), 2. Instalação (2000-05), 3. Consolidação (2006-10) e Expansão (a partir de 2011).

a representação da CPLP em fóruns internacionais sobre multilinguismo e multiculturalismo. O documento também aponta como atribuição do IILP a promoção e o acompanhamento do desenvolvimento de instrumentos de normalização linguística comum, o que indica, dentro desse contexto, a busca por uma norma convergente. É a partir desse momento, portanto, que começa a ser concebida, no âmbito da CPLP, uma compreensão pluricêntrica da língua portuguesa.

O Plano de Ação de Brasília representou, dessa forma, um marco para a gestão coletiva e multilateral do português, influenciando, inclusive, a própria reformulação dos Estatutos do IILP. O PAB definiu as suas metas e projetos a partir de seis pilares centrais: (1) implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais; (2) promoção e difusão do ensino da língua portuguesa; (3) estado de desenvolvimento do acordo ortográfico; (4) difusão pública da língua portuguesa; (5) importância da língua portuguesa nas diásporas; e (6) participação da sociedade civil (CPLP, 2010).

Após a aprovação do Plano de Ação de Brasília pela VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP ocorrida em Luanda, e a nomeação do linguista brasileiro Gilvan Müller de Oliveira como Diretor Executivo na mesma ocasião, o IILP articulou as ações que lhe foram atribuídas pelo PAB em torno de três projetos principais: (a) o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/ Língua Não Materna (PPPLE); (b) o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC); e (c) a organização de quatro colóquios internacionais para aprofundar os pontos estratégicos nomeados pelo PAB (Oliveira, 2019, p. 24).

O PPPLE foi construído como uma plataforma online que disponibiliza recursos e materiais didáticos para o ensino e a aprendizagem do português como língua estrangeira/ não materna à comunidade de professores e demais interessados. O Portal, por ser gerido de forma compartilhada, engloba de forma objetiva, as diversas normas nacionais do idioma, ainda que elas estejam em fases distintas de desenvolvimento e codificação, superando, dessa forma, a tradicional dualidade entre o português brasileiro e o português europeu (Mendes, 2021, p. 256). Diante disso, segundo a autora, ao se promover as normas linguísticas emergentes, além daquelas já estabilizadas, valoriza-se a diversidade linguística e cultural das diferentes comunidades que usam o português, contribuindo, assim, para uma promoção mais democrática e inclusiva do idioma. Esse tipo de iniciativa converge, portanto, para a concepção de unidade pela diversidade, que valoriza a heterogeneidade presente na CPLP em detrimento das ações que visam a unidade a partir do apagamento das diferenças.

Outra iniciativa que partiu dessa mesma perspectiva foi a elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum, que representa um elemento fundamental para construção de uma

normatização convergente para a língua portuguesa. O VOC é uma base de dados lexical digital que reúne mais de 300 mil palavras e mais de dois milhões de formas ortográficas, se constituindo em um instrumento comum para a política da língua. A sua elaboração se deu a partir de duas etapas: a primeira foi a união dos vocabulários ortográficos nacionais do Brasil e de Portugal em um instrumento único, feito com os mesmos critérios e que gerou um protótipo do projeto. O VOC, no entanto, para alcançar a sua plenitude deve integrar todos os vocabulários ortográficos dos países de língua portuguesa, tendo sido necessário, em muitos dos casos, construir em primeiro lugar os vocabulários próprios, levando em conta uma metodologia comum (Ferreira; Corrêa; Almeida, 2017).

O VOC é considerado um projeto aberto, ou seja, em constante atualização, e hoje em dia já conta com os vocabulários ortográficos nacionais de Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor Leste – de acordo com o comunicado final da XIII reunião ordinária do Conselho Científico do IILP realizada em 2018, a representante de São Tomé e Príncipe fez, nesta ocasião, a entrega formal do vocabulário nacional de seu país para integração à plataforma do VOC. O sucesso de sua realização o coloca como referência para o desenvolvimento de outras ações de gestão coletiva da língua portuguesa que considere o seu caráter pluricêntrico.

Sem dúvidas, o caráter pluricêntrico da língua portuguesa fundamenta o VOC e se vê, explicitamente, em sua forma de disponibilização pública, isto é, em uma plataforma que abriga todos os vocabulários ortográficos nacionais. Contudo, o que não se vê, mas que deveria ser referido, é a metodologia de execução desse projeto, que consistiu em uma verdadeira gestão pluricêntrica das questões linguísticas do português (Pandim; Khun, 2021, p. 370).

Três anos depois, em 2013, realizou-se em Lisboa a II Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial, que deu origem ao Plano de Ação de Lisboa (PALis) e teve como foco a língua portuguesa nas ciências, inovação e economia criativa. Nesse sentido, o PALis se estruturou em torno de cinco eixos: (1) língua de ciência e de inovação; (2) a língua como fator de relevância na economia criativa; (3) a língua na cooperação entre os países da CPLP e nas comunidades das diásporas; (4) a língua portuguesa nas organizações internacionais; (5) a língua portuguesa no ensino a falantes de outras línguas (CPLP, 2013). Entretanto, o seu plano de ação não atribuiu ao IILP a realização de novos projetos.

Um projeto de extrema importância que tem sido desenvolvido no âmbito do IILP, que aproveita a experiência adquirida com a construção do VOC e se insere nas discussões propostas pelo PALis sobre a língua portuguesa nas ciências, inovação e economia criativa é a elaboração das Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa (TCTC). O projeto, que está em execução, confere às terminologias do português, com as suas variantes,

um papel central na cooperação entre esses países, já que “uma vez recolhidas e armazenadas, com respeito pela diversidade linguística, num recurso terminológico comum, e metodologicamente sustentadas, as terminologias contribuem para uma negociação científica, cultural, diplomática e política, idealmente mais coesa” (IILP, s.d.). Percebe-se, mais uma vez, a preocupação do instituto com a valorização da diversidade presente na comunidade e a busca pela gestão compartilhada da língua.

As TCTC foram recomendadas pelo tratado do Acordo Ortográfico de 1990 e consistem na criação de recursos terminológicos comuns, geridos conjuntamente, e disponibilizados de forma pública, gratuita e de livre acesso por meio da plataforma online, já existente, do VOC (Almeida, 2021, p. 337). De acordo com a autora, é no campo das terminologias que se encontram as maiores diferenças entre os países lusófonos, mas, por outro lado, há uma maior possibilidade de coordenação das políticas linguísticas, criando-se instrumentos comuns acessíveis ao público interessado como terminólogos, tradutores, documentalistas, e instituições e organizações dos Estados membros e internacionais. Assim, segundo Almeida (2021), a realização do projeto fornecerá ao português uma base de dados terminológicos capaz de colocá-lo, também, como uma língua das ciências e das técnicas.

Diante disso, a dimensão pluricêntrica da língua portuguesa foi finalmente destacada durante a III Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial, ocorrida em Díli no Timor Leste em 2016, que resultou no Plano de Ação de Díli (PADíli). Este novo documento exaltou o papel desempenhado pelo IILP no desenvolvimento do PPPLE, do VOC e das TCTC e ainda na elaboração de novas iniciativas como as formulações de um Guia Gramatical Comum de referência e de um Dicionário Básico, constituídos a partir do VOC. O PADíli se organizou a partir de quatro eixos: (1) **Português, Língua Pluricêntrica no Século XXI**; (2) Ensino e Formação em Língua Portuguesa em Contextos Multilíngues; (3) O Potencial Econômico da Língua Portuguesa; e (4) Português, Língua de Cultura, Ciência e Inovação.

Foram determinadas, dessa forma, ações no sentido de integrar o conceito de língua pluricêntrica às políticas da comunidade para a língua portuguesa, com destaque para as políticas educativas como a formação de professores, a produção de manuais e materiais didáticos e a definição dos conteúdos curriculares, garantindo as devidas adaptações aos diversos contextos nacionais, à semelhança dos projetos supracitados que foram desenvolvidos pelo IILP. O PADíli também destacou a necessidade de “promover a descrição e o reconhecimento de normas linguísticas nacionais, **sem atribuir caráter dominante a nenhuma delas**, assim como a consequente elaboração de gramáticas, de recursos lexicográficos e de recursos didáticos” (CPLP, 2016, grifo nosso). O PADíli representou,

portanto, a primeira vez que a CPLP se referiu à língua portuguesa como nomeadamente pluricêntrica, apesar dessa perspectiva já ser adotada pelo IILP no desenvolvimento das suas políticas, desde o Plano de Ação de Brasília.

Esta abordagem é reforçada na IV Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial, organizada por Cabo Verde e realizada virtualmente em 2021, em virtude do contexto pandêmico. O Plano de Ação de Praia, como resultado do encontro, ressaltou a importância da construção de estruturas nacionais para a definição e implementação de políticas linguísticas conjuntas e concertadas, de acordo com a gestão pluricêntrica da língua portuguesa (CPLP, 2021a). O documento reforçou e valorizou, também, o IILP como instituição central para a gestão dos projetos multilaterais do idioma, assim como a sua importância para o desenvolvimento de políticas que tenham como finalidade a produção e projeção da ciência em língua portuguesa.

A atuação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa indica, portanto, a possibilidade de se desenvolver no âmbito da CPLP uma política de gestão linguística conjunta, multilateral e que valorize a heterogeneidade de um língua compartilhada por países tão diversos como elemento enriquecedor. Indica também o potencial de abordagens que considerem a multiplicidade interna da organização como fonte de integração e projeção internacional e pode representar um caminho a ser trilhado por outras instâncias da CPLP como a Comissão de Patrimônio Cultural.

3.4 PATRIMÔNIO LUSÓFONO: DIVERSIDADE E OPORTUNIDADE

A cultura, conforme discutido anteriormente, se caracteriza como um elemento versátil, fonte de recursos intangíveis que podem ser mobilizados para influenciar e modificar o comportamento de outros atores no ambiente internacional, especialmente nesse contexto de multilateralismo e interdependência complexa (Rodriguez, 2022). Diante disso, a heterogeneidade existente, tanto na língua portuguesa, quanto nos demais patrimônios dos povos lusófonos, representa uma enorme potencialidade nas estratégias de diplomacia cultural desses países, seja no âmbito comunitário ou em suas ações individuais. Montiel aponta a diversidade cultural de um país ou de um grupo de países como uma das fontes desse tipo de estratégia de poder, já que, segundo ele, “a cultura surge como um recurso para a coesão social,

o diálogo entre os povos e o desenvolvimento partilhado”³⁶ (*apud* Rodriguez, 2022, p. 471, tradução nossa).

Não devemos, obviamente, tratar o patrimônio como algo neutro. Ele reflete as dinâmicas de disputas das sociedades nas quais ele está inserido e materializa diversos tipos de memórias. Pensar o patrimônio dos países lusófonos como herança de um “percurso comum” significa pensar em todas as tensões, lutas e conflitos que ali estão materializados. Posto isto, partiremos do princípio de que, na grande maioria das vezes, a preservação desses patrimônios está ligada às memórias oficiais e às experiências ocidentais, desconsiderando completamente os grupos não-hegemônicos e desvalorizando as práticas culturais que não estão relacionadas com a oficialidade.

Tem ocorrido, por outro lado, como nova demanda mundial, um debate sobre a pluralização das narrativas sobre o patrimônio, que tem como objetivo a contestação do legado homogeneizador e eurocêntrico da preservação do patrimônio mundial (Christofoletti, 2017, p. 24). Esse legado pode ser comprovado quando analisamos as políticas de preservação em nível internacional, que ganharam força a partir da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, em 1972. Os documentos originados na convenção generalizaram para o mundo, por meio de critérios e valores, maneiras de compreender e enxergar o patrimônio a partir de experiências de preservação que privilegiaram uma visão europeia (no que se refere aos patrimônios culturais) e estadunidense (ao tratar dos patrimônios naturais) (Scifoni, 2017).

Entre todos os bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, percebe-se que a sua grande maioria, cerca de 47%, está localizada na Europa e na América do Norte, número que aumenta para pouco mais de 51% quando consideramos apenas os bens inscritos na categoria de patrimônio cultural, como mostra a tabela 1 a seguir. Chama atenção a baixíssima representação dos países africanos, que constituem mais da metade da comunidade lusófona, e representam apenas 6,40% dos patrimônios culturais reconhecidos pela organização. Segundo Canclini (2012) a lista de patrimônio mundial estabelece uma hierarquização que, além de classificar, organiza as diferenças, de acordo com critérios externos às realidades dos povos periféricos, o que culmina em uma enorme concentração dos patrimônios de países europeus e em uma baixa representação da diversidade cultural mundial (*apud* Scifoni, 2017, p. 90).

³⁶ La culture émerge comme une ressource de cohésion sociale, de dialogue entre les peuples et de développement partagé.

Tabela 1 - Percentual de patrimônios naturais, culturais e mistos reconhecidos pela UNESCO, por região do mundo em 2024.

REGIÃO	PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL	PATRIMÔNIO CULTURAL
ÁFRICA	8,83%	6,40%
AMÉRICA LATINA E CARIBE	12,26%	10,81%
ÁSIA E PACÍFICO	24,20%	22,16%
ESTADOS ÁRABES	7,85%	9,13%
EUROPA E AMÉRICA DO NORTE	46,85%	51,47%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da UNESCO, disponíveis em:

<https://whc.unesco.org/en/list/stat/#d6>

É importante destacar, diante desta análise, que entre os nove países membros da CPLP, quatro dele – Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor Leste – não estão representados na lista do patrimônio mundial da UNESCO, e outros três – Angola, Cabo Verde e Moçambique – possuem apenas uma propriedade inscrita. Completam a lista o Brasil com 24 bens protegidos e Portugal com 17. A título de comparação a Itália possui 60 propriedades declaradas, e dos cinco países³⁷ que lideram a lista, quatro estão localizados na Europa.

Além disso, ao examinar os patrimônios desses países inscritos na lista, percebe-se que grande parte deles está relacionado diretamente ao passado colonial. É o caso dos únicos bens de Cabo Verde e Moçambique na lista: o centro histórico da Ribeira Grande, na Cidade Velha e a Ilha de Moçambique – construções que simbolizam a expansão marítima europeia e representam a ocupação portuguesa nessas regiões. Mesmo o centro histórico de Mbanza Congo em Angola, onde se localiza os vestígios da antiga capital do reino do Congo, abriga construções coloniais portuguesas que ilustram, sobretudo, a expansão do cristianismo. Muitos dos bens culturais brasileiros na lista também se encontram na mesma situação, como os diversos conjuntos arquitetônicos de centros históricos que retratam a arquitetura colonial portuguesa.

Constata-se, assim, a continuidade da desarticulação da existência cultural de povos que foram, historicamente, subjugados. Esse processo pode ser enxergado como a reconfiguração do que Frantz Fanon apontou como a condenação da cultura do colonizado à clandestinidade, cuja obliteração cultural é empreendida de forma sistemática (Fanon, 1968).

A crescente importância atribuída ao patrimônio em âmbito global tem feito com que os países se engajem na inscrição de seus bens nas listas da UNESCO, o que inclui, obviamente,

³⁷ China (59), Alemanha (54), França (53) e Espanha (50) vêm logo a seguir.

os países de língua portuguesa. Os Estados signatários da convenção indicam, dessa maneira, bens candidatos a serem declarados Patrimônio Mundial pela organização, formando assim uma lista indicativa. Entre os países membros da CPLP apenas a Guiné Equatorial e o Timor Leste não possuem bens na lista indicativa. O Brasil com 22 indicações lidera entre os países lusófonos, seguido por Portugal com 18, Angola com 13, Cabo Verde com 8, Moçambique com 4, São Tomé e Príncipe com 2 e Guiné-Bissau com apenas uma.

Esse atual momento de contestação do caráter eurocêntrico da preservação do patrimônio se caracteriza não somente pela diversificação do países representados na lista, mas também pelos próprios bens que são indicados. Tomemos como exemplo o caso angolano que inscreveu na lista indicativa, em 1996, dez bens ligados diretamente ao passado colonial como fortalezas, igrejas e fortes. Essa inflexão pode ser percebida com as indicações feitas por Angola no ano de 2017, como o Complexo Arqueológico de Tchitundu-Hulu que reúne diversas pinturas e gravuras rupestres ao ar livre; e a Paisagem Cultural do Corredor do Kwanza, percurso fluvial ao longo de seis províncias no interior do país, que foi historicamente, desde a época pré-colonial, área de comércio e que, de acordo com a justificativa de valor universal excepcional, sintetiza as relações culturais, a história e um patrimônio comum de povos que construíram a sua identidade a nível local, regional e até nacional.

No caso brasileiro, a baixa representatividade da diversidade cultural do país fez com que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) passasse a indicar para compor a lista, bens culturais que representem a multiplicidade nacional, com o objetivo de renovar a imagem do Brasil, valorizando patrimônios que superem a colonização portuguesa (Scifoni, 2017, p. 92). Como exemplo temos, entre outros, o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo no Rio de Janeiro, o Conjunto Arquitetônico da Pampulha e o Sítio Burle Marx que já estão na lista de patrimônio mundial; além de outros bens na lista indicativa e que representam, também, a diversidade cultural e geográfica do país como os Geoglifos do Acre (2015), o Ver-o-Peso em Belém do Pará (2014), e a Bacia Cultural Sócio Biodiversa da Chapada do Araripe (2024), por exemplo.

Outro passo nesse esforço pela pluralização dos patrimônios se deu com a valorização, cada vez maior, dos patrimônios culturais imateriais, que, de acordo com a Convenção da UNESCO se manifesta nos seguintes campos: “(a) tradições e expressões orais, incluindo o **idioma como o veículo do patrimônio cultural imaterial**; (b) expressões artísticas; (c) práticas sociais, rituais e atos festivos; (d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; (e) técnicas artesanais tradicionais” (UNESCO, 2003, grifo nosso). Entretanto, quando analisamos os elementos nacionais inscritos na lista representativa dos patrimônios

imateriais da humanidade, conforme a tabela 2, percebemos um quadro semelhante à lista do patrimônio mundial, moderadamente mais proporcional, principalmente pelo maior equilíbrio entre as regiões “Ásia e Pacífico” e “Europa e América do Norte”, com a primeira assumindo a liderança.

Tabela 2 – Quantidade de elementos nacionais inscritos na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, por região do mundo em 2024.

REGIÃO	PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	NÚMERO DE PAÍSES
ÁFRICA	65 (11,22%)	26
AMÉRICA LATINA E CARIBE	75 (12,95%)	21
ÁSIA E PACÍFICO	197 (34,02%)	28
ESTADOS ÁRABES	51 (8,81%)	17
EUROPA E AMÉRICA DO NORTE	191 (32,92%)	41

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da UNESCO, disponíveis em:

<https://ich.unesco.org/en/lists>

Entre os países lusófonos, o Brasil possui seis patrimônios imateriais nacionais na lista representativa da UNESCO, seguido por Portugal com cinco, Angola, Cabo Verde e Moçambique com um cada³⁸. Além disso, a Lista do Patrimônio Cultural Imaterial com necessidade urgente de salvaguarda possui elementos do Brasil (1), Moçambique (1), Portugal (2) e Timor Leste (1). A lista completa dos patrimônios dos países da CPLP inscritos como Patrimônio Cultural Imaterial e Patrimônio Mundial Cultural e Natural pode ser verificada no anexo A.

As listas criadas pelas convenções da UNESCO, tanto a de 1972 para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, quanto a de 2003 para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, se tornaram, com o tempo, instrumentos de *soft power* para os Estados Partes, já que são capazes de trazer benefícios econômicos, advindos principalmente do crescimento do turismo, mas também políticos, a partir da construção de uma imagem positiva do país no cenário internacional (Rodríguez, 2022, p. 489). Diante disso, cada vez mais, a proteção e a salvaguarda do patrimônio, assim como a sua promoção e valorização têm feito parte das estratégias de política externa dos países, especialmente em um contexto no qual a

³⁸ Portugal possui ainda dois patrimônios imateriais multinacionais: “Dieta Mediterrânea” e “Falcoaria, patrimônio humano vivo”; e Moçambique um: “Gule Wamkulu”.

diversidade cultural representa um valioso ativo na elaboração das políticas de diplomacia cultural.

3.4.1 Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP

Como resultado do reconhecimento da dimensão estratégica que o patrimônio desempenha na política internacional contemporânea, a criação da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC) da CPLP pode ser enxergada como uma estratégia de diplomacia cultural, tanto no aprofundamento do relacionamento intracomunitário, quanto na consolidação da organização no plano externo, já que o patrimônio tem o potencial de impulsionar a aproximação entre os povos e aumentar o prestígio dos países a partir da promoção da cultura, seja material, imaterial ou de riquezas naturais. A ata da primeira reunião da CPC aponta essa visão ao reafirmar o “compromisso de fortalecer a cooperação multilateral no domínio da cultura, para o conhecimento mútuo e a aproximação entre os povos da CPLP, a defesa, preservação e promoção da cultura de paz” (CPC, 2018a, p. 1).

A Comissão de Patrimônio Cultural, criada em 2017, constitui um órgão especializado vinculado à Reunião de Ministros da Cultura da comunidade e, conforme o regulamento interno que rege o seu funcionamento, tem como competências:

Propor e coordenar ações de concertação e cooperação no setor de Patrimônio Cultural da CPLP, nomeadamente:

- Estabelecer estratégias de valorização do patrimônio cultural comum;
- Executar as ações de interesse da Comunidade no campo da preservação e salvaguarda do patrimônio cultural;
- Apoiar as Reuniões de Ministros da Cultura da CPLP em matéria de patrimônio cultural no âmbito da Comunidade (CPC, 2018b).

A primeira reunião da CPC ocorreu na cidade de Salvador no ano de 2018 e foi responsável por estruturar os seus principais eixos de atuação e a sua agenda de trabalho. Assim, em acordo com o que estabelece o Plano de Ação de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP, a Comissão contempla três ações estratégicas: (a) divulgação do conjunto de bens culturais reconhecidos nos Estados membros da CPLP; (b) desenvolvimento de atividades formativas para atender as demandas prioritárias dos Estados membros; (c) disponibilização de documentação técnica no campo do patrimônio cultural para o público em geral (CPC, 2018a).

A ata dessa reunião também indicou a criação de dois Grupos de Trabalho: um sob coordenação brasileira responsável por ações formativas, que considerem as assimetrias existentes na comunidade, e conduzidas pelo Centro Lúcio Costa (CLC/IPHAN); e outro

coordenado por Cabo Verde para tratar da elaboração do Atlas do Patrimônio Cultural da CPLP. Além disso, foi recomendada a criação de uma rede de museus da comunidade e o apoio às ações de promoção e valorização do patrimônio cultural dos países membros no âmbito da UNESCO, especificamente as candidaturas a Patrimônio Mundial e a Patrimônio Imaterial da Humanidade e Memória do Mundo. Por fim, cabe destacar a ausência de representantes de Angola, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e Timor Leste nessa primeira reunião.

Na segunda reunião da Comissão de Patrimônio Cultural, ocorrida em 2019 em Lisboa, foi proposto “a inclusão do patrimônio cultural na agenda estratégica da Comunidade, considerando a sua importância para o desenvolvimento socioeconômico dos Estados membros”. Ademais, a ata desse encontro retoma os projetos do “Atlas do Patrimônio Cultural” e da “Rede de Museus” da CPLP ao recomendar o envio de relatório sobre as políticas públicas de gestão do patrimônio e dos museus por aqueles países que ainda não o haviam feito (Angola, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e Timor Leste) para que os projetos sejam desenvolvidos de acordo com cada realidade nacional. Foram também estabelecidos dois Grupos de Trabalho, um para o detalhamento do projeto do Atlas, e outro para apresentar a proposta de criação da Rede de Museus. Além disso, foi acordado a implementação de ações de capacitação e formação no âmbito do “Centro Lúcio Costa: Escola de Patrimônio”; e demandado a mobilização do Secretariado Executivo na articulação de ações de valorização do patrimônio dos países membros no quadro da UNESCO (CPC, 2019). Guiné-Bissau foi a única ausência nessa segunda reunião.

A terceira reunião da CPC ocorreu em modalidade virtual no ano de 2021 devido às restrições impostas pela pandemia de Covid-19 e, finalmente, contou com a participação de representantes de todos os Estados membros. Mais uma vez, tratou-se da criação do Atlas do Patrimônio Cultural; além da elaboração de estudos para identificar a situação atual e os desafios do patrimônio cultural nos países da CPLP. Foi decidido, também, a implementação das ações de capacitação e formação pelo CLC/IPHAN a partir do desenvolvimento de ações de qualificação de gestores culturais com cursos sobre inventário participativo e políticas públicas direcionadas aos técnicos; bem como a formatação de iniciativas de educação patrimonial (CPC, 2021).

A Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP surgiu, assim, em consonância com a relevância que as políticas patrimoniais têm assumido em nível internacional. Contudo, sete anos após a sua criação, pouco foi feito para desenvolver o potencial dessa área na organização. Ao analisar as atas das três reuniões já decorridas, percebe-se o baixo nível de envolvimento e comprometimento dos países com as políticas ali traçadas. E isso se torna evidente ao

percebermos as dificuldades no avanço de projetos como o Atlas do Patrimônio Cultural e a Rede de Museus da CPLP, que reaparecem a cada reunião, mas que não possuem nenhuma evolução significativa. A falta de engajamento de muitos países também pode ser percebida com a não elaboração dos relatórios sobre as gestões nacionais do patrimônio e dos museus, que auxiliará na construção de políticas com base nas diferentes especificidades e demandas locais.

Não tem ocorrido, da mesma forma, no âmbito da UNESCO, a articulação entre os países lusófonos para a promoção e valorização dos seus patrimônios culturais, como recomendado pela CPC. Além de todas essas dificuldades, as Reuniões não têm acontecido com a periodicidade prevista no regulamento interno da Comissão, que determina que os encontros sejam realizados anualmente, duas vezes durante cada presidência *pro tempore*. Após as duas primeiras reuniões ocorrerem nos anos de 2018 e 2019 como previsto, a terceira precisou ser adiada para 2021 devido à pandemia de Covid-19, entretanto, desde então, os países não voltaram a se reunir. Esse fato, por si só, já indica uma desmobilização da Comissão de Patrimônio Cultural.

Apesar disso, o estabelecimento da CPC representa uma oportunidade para a CPLP abraçar a heterogeneidade do patrimônio cultural presente na comunidade, em uma concepção de lusofonia que englobe todas as manifestações culturais dos povos que tem na língua portuguesa um patrimônio comum, e não somente aqueles patrimônios ligados diretamente ao passado colonial compartilhado.

Dessa forma, as ações de capacitação, qualificação e formação de gestores culturais, assim como as iniciativas de educação patrimonial sob responsabilidade do Centro Lúcio Costa, indicadas pelas atas das reuniões, representam um grande potencial na construção de projetos patrimoniais plurais que retratem a diversidade cultural da comunidade. Se essas iniciativas forem desenvolvidas com base no permanente diálogo entre os agentes culturais e sociais, além da efetiva participação das comunidades que detém e produzem as referências culturais, premissas essas institucionalizadas pelo IPHAN (Florêncio, 2014), é possível que o resultado produza processos de patrimonialização emancipadores. Para isso, os métodos de educação e formação devem levar em conta os diversos segmentos sociais e os saberes de grupos não-hegemônicos.

A potencialidade do patrimônio cultural lusófono se encontra, justamente, na sua diversidade, nas diferentes culturas que se expressam em português, no universo multilíngue em que ele está inserido e, também, naqueles povos que, no interior desses países, não falam português. A potencialidade está, portanto, na heterogeneidade do espaço lusófono. Apesar

disso, esse potencial, como vimos, não tem sido aproveitado pelos países da CPLP, seja pela busca por uma suposta homogeneidade, seja pelo pouco engajamento dos países com os aspectos culturais e patrimoniais do bloco.

3.5 MINHA PÁTRIA É A LÍNGUA PORTUGUESA?

Diante desse panorama, a CPLP, que se propõe uma comunidade plural, unida por laços histórico-culturais comuns, deve, necessariamente, levar em conta as especificidades da língua portuguesa em cada um de seus países membros, em contextos necessariamente multilíngues, como condição fundamental para alcançar todo o potencial que o patrimônio linguístico-cultural da comunidade oferece. Caso contrário, se insistir em um discurso homogeneizador, recairá em desconfianças neocoloniais. Como refletiu Barbosa de Lima Sobrinho (*apud* Brito, 2013, p. 43):

Há que pensar num idioma que não seja monopólio de portugueses e brasileiros (...) nenhuma nação do mundo lusofônico pode ter a pretensão pueril de querer ditar normas e usos linguísticos às demais. No caso, o que todas as nações devem fazer é proceder ao conhecimento das diferenças, sempre em busca de uma unidade superior. Até porque a norma culta da língua comum estará sempre onde houver o desenvolvimento de cultura e civilizações como hoje ninguém ignora. Sem outras palavras, todas as nações do mundo lusofônico falam a mesma língua, mas cada uma a seu modo.

Se o poeta português Fernando Pessoa afirmou que a sua “pátria é a língua portuguesa”³⁹; e o moçambicano Mia Couto (2011) declarou: “a minha pátria é a minha língua portuguesa”; o brasileiro Ledo Ivo defendeu que a sua “pátria não é a língua portuguesa/nenhuma língua é pátria”⁴⁰. Já o angolano Kalaf Epalanga, em homenagem à brasileira Lélia Gonzalez⁴¹, anunciou: a “minha pátria é língua pretuguesa”.

Não se trata aqui de enxergar o idioma sob a ótica da diferença, onde o português estaria se dividindo em uma família de línguas como ocorreu com o latim, e sim de compreender que na unidade da língua portuguesa existe a diversidade, e é nessa diversidade que se encontram as oportunidades. Pensar no patrimônio lusófono significa, portanto, considerar a pluralidade cultural de cada um desses países como fundamento de comunidade, já que “Sem esquecer que há o português da opressão/ e o português da libertação. / O português de múltiplas tiranias/ e

³⁹ Livro do Desassossego, fragmento 259, página 260, Cia das Letras, 2018.

⁴⁰ Versos do poema “Minha Pátria”.

⁴¹ Filósofa e antropóloga brasileira que estabeleceu o conceito de “pretuguês” para pensar a influência dos idiomas africanos na formação do português brasileiro.

o português de várias resistências. /A língua é a mesma. Mas não é a mesma. / É uma. Mas é diversa. / Tanto mais ela quanto mais diferente. / Tanto mais pura quanto mais impura. / Tanto mais rica quanto mais mestiça.”, como afirmou em versos Manuel Alegre⁴².

⁴² Uma língua e diferentes culturas. Comunicação apresentada no Programa Cultural da Expolíngua, em Madrid, em março de 2003. Disponível em: < <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/outros/antologia/uma-lingua-e-diferentes-culturas/2659>>. Acesso em: 05/05/2023.

4 O BRASIL E A LUSOFONIA: AS POSSIBILIDADES DE UMA DIPLOMACIA CULTURAL

Neste último capítulo, analisaremos a língua portuguesa sob a perspectiva brasileira a partir da análise do desenvolvimento histórico de sua política externa cultural, com ênfase no papel que o continente africano tem desempenhado na política exterior do país. Além disso, examinaremos de que maneira a variante brasileira do português tem sido utilizada, tradicionalmente pelo Brasil, como um instrumento de diplomacia na formulação de suas estratégias externas. Por fim será discutido o papel que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa desempenha no planejamento estratégico de inserção internacional do país.

4.1 O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA CULTURAL BRASILEIRA

O Brasil desenvolveu, desde a sua independência, uma política exterior ativa, que se desdobrou em uma acentuada relação entre cultura e diplomacia. Se, em um primeiro momento, essa interação ocorreu, sobretudo, a partir da promoção literária e do intercâmbio de intelectuais estrangeiros, sob o comando centralizador do Barão do Rio Branco (1902-1912), ao longo do século XX houve um gradativo processo de institucionalização do campo cultural da política externa brasileira, principalmente a partir das reformas administrativas⁴³ realizadas no âmbito do Itamaraty, em um contexto de modernização do Estado brasileiro após 1930.

A estruturação institucional da área cultural não ocorreu, entretanto, sem embates e disputas entre os diplomatas. De acordo com Farias e Zétola (2021, p. 261) o primeiro desses embates se deu sobre a própria função social que a produção cultural assume. Dessa forma, enquanto um primeiro grupo considerava a cultura como um elemento formador de opinião e, assim, sujeita à subordinação ao mundo político; um segundo grupo a enxergava como um elemento metafísico de deleite e entretenimento ou como um componente monetizável ligado às indústrias culturais e que, por isso, deveria contar com autonomia em relação à política.

Essas diferentes concepções implicavam, desse modo, em diferenças consideráveis sobre os objetivos da diplomacia cultural entre os dois grupos. Os primeiros a aproximavam da propaganda, sendo responsabilidade do corpo diplomático cuidar da imagem do país no exterior, excluindo a divulgação de manifestações culturais que pudessem ser vistas de forma negativa; por outro lado, o segundo grupo considerava que a diplomacia cultural deveria retratar

⁴³ Sobre as reformas administrativas do Itamaraty no século XX, ver Cheibub, 1984.

os anseios dos grupos culturais domésticos, mesmo que representassem características vistas como negativas, integrando, assim, as relações internacionais culturais (Farias; Zétola, 2021, p. 261-262).

O segundo embate apresentado pelos autores derivou das tensões causadas pela Guerra Fria e opôs ocidentalistas e universalistas. O primeiro grupo defendia a aproximação com os Estados Unidos e a Europa Ocidental e temia o desenvolvimento de relações com os países do bloco comunista. Já entre os universalistas estavam aqueles diplomatas que eram simpáticos a causa comunista, mas também aqueles de orientação mais pragmática e que viam a cultura como um domínio autônomo, onde as relações com os países da zona de influência soviética não representariam maiores riscos (Farias; Zétola, 2021, p. 262-263). Esses embates mostram como o desenvolvimento do campo cultural da diplomacia brasileira não ocorreu de forma homogênea e coesa, assim como a própria condução da política exterior de maneira geral.

Durante o século XX dois paradigmas diplomáticos se alternaram na condução da política externa brasileira: o americanismo e o globalismo⁴⁴, quando finalmente chegaram aos seus limites e deram lugar a novas articulações a partir dos anos 1990 (Pinheiro, 2000, p. 308). Diante disso, Letícia Pinheiro divide esse período em quatro grandes momentos, que representaram as fases hegemônicas desses paradigmas: americanismo – do início do século até o fim da década de 1950 e entre 1964 e 1974; globalismo – durante a Política Externa Independente (1961-1964) e a partir do governo Geisel em 1974 até o início do governo Collor de Mello em 1990.

Não se deve considerar essa divisão de maneira rígida, entretanto, essas fases, assim como os embates mencionados, nos fornecem elementos fundamentais para compreender a formulação da política exterior brasileira e o desenvolvimento do setor cultural do Itamaraty ao longo desse período, e, por consequência, as relações brasileiras com os países que compõem o mundo lusófono e as motivações e estratégias traçadas para a difusão da língua portuguesa pelo Brasil.

O primeiro movimento de institucionalização do setor cultural da diplomacia brasileira ocorreu em 1934 com a criação do Serviço de Expansão Intelectual, que tinha como objetivo, segundo o diplomata Rui Ribeiro Couto, “fazer discretamente, a propaganda dos valores literários do Brasil no estrangeiro, tirando-se, o mais que possível, o caráter ostentatório de

⁴⁴ O americanismo concebia os Estados Unidos como o principal eixo da política externa brasileira, e considerava que a aproximação com o governo estadunidense aumentaria os recursos de poder do país e a sua capacidade de negociação. Já o globalismo tinha como premissa a diversificação das relações exteriores do Brasil, o que acarretaria no aumento do seu poder de barganha no mundo, inclusive em relação aos Estados Unidos (Pinheiro, 2000, p. 308).

‘propaganda’ oficial aos trabalhos”⁴⁵. Esse momento inicial foi marcado pela hegemonia do paradigma americanista e pela visão que subordinava a cultura ao campo político, aproximando a diplomacia cultural da propaganda. No ano de 1937 foi instituído o Serviço de Cooperação Intelectual, que em 1938 seria, então, convertido em Divisão de Cooperação Intelectual (DCI)⁴⁶.

Diante desse contexto, a Política da Boa Vizinhança elaborada pelo governo Roosevelt representou um ambiente muito oportuno para o setor cultural do MRE; assim, o Brasil organizou inúmeras missões de artistas e intelectuais brasileiros aos EUA (Pilati; Monteiro, 2021, p. 239). Da mesma forma, a América Latina passou a ocupar um lugar de destaque cada vez maior na política externa cultural desenvolvida pelo Itamaraty, através, principalmente, do estabelecimento de numerosos acordos de cooperação intelectual. Com isso, o país pretendia consolidar a sua liderança no subcontinente e evitar a constituição de um bloco hispano-americano hostil aos seus interesses. Por outro lado, a Ásia e a África ficaram de fora das iniciativas da diplomacia cultural brasileira neste momento (Dumont; Fléchet, 2014, p. 208).

No que diz respeito ao mundo lusófono⁴⁷, o Brasil destinou um lugar especial para a relação com Portugal, com a criação da Seção de Intercâmbios Luso-brasileiros em 1942. Segundo Dumont e Fléchet (2014, p. 209) esse movimento deve ser compreendido como um dos esforços realizados pelo Serviço de Cooperação Intelectual, desde a sua instituição, para a difusão da língua portuguesa falada no Brasil; se baseando, assim, no modelo francês de diplomacia cultural, que enxerga a língua como um instrumento essencial para o conhecimento de uma cultura.

Esse relacionamento especial deu origem, também, ao Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal, firmado em 1953 e promulgado pelo decreto nº 36.776 de 13 de janeiro de 1955, que tinha como objetivo estabelecer os princípios que norteariam a Comunidade Luso-Brasileira no mundo. Esse instrumento político determinou, em seu artigo primeiro, a consulta mútua entre os dois países sobre problemas internacionais de manifesto interesse comum, o que influenciou, decisivamente, a posição da diplomacia brasileira sobre o colonialismo português e os processos de descolonização dos países africanos durante esse período, enfatizando um vínculo histórico com a nação portuguesa e interferindo no relacionamento com os povos que, mais tarde, constituiriam os PALOP.

⁴⁵ AHI, Rio de Janeiro: 542. 6/995. 16141, *Informação*, de Ribeiro Couto ao secretário geral do Ministério das Relações Exteriores, 1º mar. 1934, apud Dumont; Fléchet, 2014.

⁴⁶ Para uma melhor compreensão da evolução histórica da diplomacia cultural brasileira no século XX, ver Dumont & Fléchet, 2014.

⁴⁷ Durante esse período os PALOP ainda não tinham conquistado as suas independências políticas.

Nos anos de 1945 e 1946 duas novas reformas administrativas alteraram organização do setor cultural na estrutura do Ministério das Relações Exteriores. A primeira se deu através do decreto-lei nº 8.324 de 8 de dezembro de 1945, que estabeleceu a criação do Departamento Político, Econômico e Cultural (DPEC), constituído de quatro divisões, dentre elas a Divisão de Cooperação Intelectual (DCI). No ano seguinte, o decreto-lei nº 9.121 modificou o anterior separando o departamento econômico do novo Departamento Político e Cultural (DPCP) que, a partir de então, passaria a contar com cinco divisões, entre elas a Divisão Cultural (DCI), que substituiu a antiga Divisão de Cooperação Intelectual.

Esse período inicial de estruturação institucional do setor cultural do Itamaraty foi marcado, portanto, por uma estratégia de divulgação cultural que subordinava a cultura ao mundo político. Se, pela primeira vez, o termo “cultural” foi utilizado para denominar uma estrutura administrativa do MRE, ele veio associado ao termo “político”, o que demonstra essa orientação. Além disso, o foco inicial da política externa cultural brasileira, em um momento americanista e ocidentalista, foi o seu entorno regional e os Estados Unidos. O primeiro movimento de inflexão dessa tendência ocorreu com a Política Externa Independente (PEI), a partir de 1961.

4.1.1 Política Externa Independente (1961-1964): primeiro ponto de inflexão

A PEI, elaborada durante os governos Jânio Quadros e João Goulart, redefiniu os rumos da política exterior brasileira no período, principalmente a partir da estratégia de diversificação dos parceiros externos do país, no âmbito do paradigma globalista. As bases dessa nova política incluíam o apoio convicto ao anticolonialismo, ao desenvolvimento econômico, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e cooperação; devendo ser, assim, mais propícia às aspirações gerais da humanidade. Diante disso, buscou-se evitar um alinhamento automático ao mundo ocidental e aos Estados Unidos como o principal eixo de poder, afastando-se do que ocorreu nos períodos anteriores. Como apontou o presidente Jânio Quadros, em artigo para a revista *Foreign Affairs* em agosto de 1961:

Abandonamos a diplomacia subsidiária e inócua de uma nação jungida a interesses dignos, mas estrangeiros, e, para proteger nossos direitos, colocamo-nos na primeira linha, convencidos que estávamos de nossa capacidade para contribuir com nossos próprios meios para a compreensão entre os povos (Quadros, 2007, p. 146).

Apesar dessa nova orientação, a nova política externa brasileira não tinha como objetivo questionar o alinhamento tradicional aos Estados Unidos, e tinha no seu fundamento a busca por novos mercados em regiões não contempladas historicamente pela diplomacia brasileira, diversificando as relações exteriores na busca por uma maior autonomia no plano internacional (Saraiva, 1993, p. 221). Segundo o autor, a PEI foi, dessa forma, o resultado da busca por novas alternativas para o crescimento econômico do país, assim como um novo posicionamento frente as mudanças que estavam ocorrendo no sistema internacional.

É a partir desse contexto, e dos corolários de rejeição ao colonialismo e apoio à autodeterminação dos povos, que o continente africano é incorporado efetivamente à política externa brasileira. Esse novo posicionamento esbarrou no relacionamento especial que o país desenvolvia com Portugal, baseado em um dito sentimento de irmandade, e que afetou não somente as relações com a África portuguesa, mas também com os demais países do continente africano. Jânio Quadros admitiu que o apoio brasileiro ao colonialismo europeu nas Nações Unidas gerou uma desconfiança justificada em relação à política brasileira e reconheceu que as “relações fraternais com Portugal influíram na complacência demonstrada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil nesse assunto” (Quadros, 2007, p. 152).

Houve, dessa forma, uma mudança na própria diretriz da formulação política em relação a Portugal, o que se torna perceptível em bilhete secreto da Presidência da República, enviado ao Ministro das Relações Exteriores em 15 de março de 1961:

O Brasil não se ligará à política colonialista de Portugal na África. [...] convém Vossa Excelência chegar àquela capital [Lisboa] para conversações que esclareçam a nossa posição nessa matéria, cujo conteúdo político em nada diminui nosso apreço, nosso respeito e nossa solidariedade ao povo desse país. Aliás, proceder por essa forma, expondo os nossos pontos de vista, é dever que resulta do tratado de consulta e amizade (Quadros, 2006, p. 336).

A política africana brasileira se apoiou, portanto, em uma estratégia de mudança da imagem do país nesse continente e, para isso, instrumentalizou a história partilhada entre os dois lados do atlântico, as raízes étnicas comuns e, sobretudo, a cultura afro-brasileira. Essas características simbólicas e imaginárias são definidoras da aproximação diplomática entre o Brasil e a África no período (Saraiva, 1993, p. 223) e podem ser enxergadas até os dias de hoje, principalmente nas relações entre o Brasil e os PALOP.

Forjou-se, assim, o discurso culturalista⁴⁸, que, segundo José Flávio Sombra Saraiva (1993), demarcaria toda a política externa brasileira para o continente africano até os nossos

⁴⁸ Saraiva (1993) analisa a construção do discurso culturalista como uma maneira de apresentar a nova política brasileira para a África como uma consequência natural dos séculos de contato entre o Brasil

dias, baseando-se no mito da democracia racial como a sua matriz intelectual, onde o Brasil representaria uma espécie de ponte entre o Ocidente e a África, já que é um produto histórico dessas duas heranças. Assim, a cultura afro-brasileira passa a ser mobilizada para que o país alcance os seus objetivos de política externa, em uma evidente estratégia de diplomacia cultural. A cultura não foi, portanto, a responsável pela mudança na formulação da política externa, mas sim “os interesses da política externa que levaram à revisão das formas de olhar e apresentar a cultura brasileira de origem africana” (Gala, 2007, p. 34).

Diante disso, a Política Externa Independente pretendeu avançar no desenvolvimento de relações culturais com países que, antes, não eram alvo da diplomacia brasileira. Assim, diversas iniciativas propostas pelo governo se enquadram no escopo de ação da diplomacia cultural, conforme a conceituação proposta por Simon Mark, como a concessão de bolsas de estudos para a África, intercâmbio de professores, ensino da língua portuguesa, instalação de leitorados, produção e divulgação de materiais informativos sobre o Brasil. Essas diretrizes podem ser observadas em bilhete urgente enviado por Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores em 17 de abril de 1961:

- 1) Aprovo a celebração de acordos culturais com Marrocos, Senegal, Gana, Tunísia e Nigéria.
- 2) Aprovo o programa de bolsa de estudos [...]
- 3) Aprovo o programa de leitores brasileiros e conferencistas:
 - a) manutenção dos leitores brasileiros em Dacar e Ibadan;
 - b) entendimentos com universidade brasileira para eventual designação de um leitor para Rabat e Acra, a iniciarem seus trabalhos em 1962;
 - c) realização de conferências, a cargo dos leitores e pesquisadores brasileiros na África.
- 4) Aprovo o programa de pesquisadores brasileiros na África:
 - a) concessão de 2 bolsas de estudo, destinadas a pesquisadores com formação universitária completa, por um período de 4 a 6 meses, com viagem paga ao continente africano.
- 5) Aprovo o programa de exposições:
 - a) realização de pequenas exposições, inicialmente em Dacar e Ibadan: “livros brasileiros” (já realizada em fevereiro último); “Estampas de Debret”, “Brasília” e “Barroco Mineiro”.
- 6) Aprovo o programa de criação do Centro de Documentação e de Difusão Cultural para o continente africano:
 - a) deverá funcionar junto a missão diplomática brasileira em Dacar e está destinado a ser [*sic*] de irradiação da nossa difusão cultural na África.
- 7) Aprovo o programa de material de difusão:
 - a) fornecimento de pequenas bibliotecas básicas aos leitores e às missões diplomáticas (Dacar já recebeu um acervo de 800 obras);
 - b) remessa de 2 ou 3 filmes sobre o Brasil em inglês e francês;
 - c) distribuição de folhetos informativos sobre o Brasil em inglês e francês.

e o continente africano, sendo, assim, produzido tanto para consumo interno, quanto para consumo externo.

8) Aprovo o envio de um observador brasileiro à conferência sobre problemas de educação na África, a ser realizada em Adis-Abeba, em maio do corrente ano (Quadros, 2007, p. 360-362).

Para acomodar essa mudança na formulação da política externa surgem duas grandes inovações no âmbito da estrutura do Itamaraty. A primeira delas foi a criação, conforme a lei nº 3.197 de 14 de julho de 1961, do Departamento Cultural e de Informações (DCInf), vinculado diretamente à secretaria geral do Itamaraty e composto por três divisões: Divisão de Cooperação Intelectual (DCInt), Divisão de Difusão Cultural (DDC) e Divisão de Informações (DI). É importante destacar que nesse novo desenho institucional, pela primeira vez, a cultura não aparece associada a termos como “político” ou “econômico”; além disso, define e separa as atividades da diplomacia cultural entre cooperação, difusão e divulgação a partir de cada uma das Divisões. A segunda inovação foi a criação da Divisão da África (DAf), vinculada à Secretaria Geral Adjunta para assuntos da Europa Ocidental e da África (DEAf), instituída a partir do decreto nº 1 de 21 de setembro de 1961, que aprovou o regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores.

A Política Externa Independente, apesar do curto período em que vigorou, desempenhou um papel significativo no desenvolvimento da diplomacia cultural brasileira, principalmente a partir da diversificação dos seus destinatários, que antes tinha como foco a América Hispânica, os Estados Unidos e a Europa Ocidental; e da incorporação da cultura popular e afro-brasileira ao seu conteúdo. A potencialidade das relações Brasil-África também é um legado da política de reaproximação com o continente africano promovida pela PEI, incorporando, definitivamente, a África Negra como um dos polos de ação da diplomacia brasileira.

4.1.2 A ambiguidade brasileira frente a independência da África lusófona

A ruptura democrática que ocorreu com o golpe de Estado de 1964 promoveu o retorno hegemônico do paradigma americanista, privilegiando os diplomatas partidários de uma política externa cultural ocidentalista e que vinculasse a cultura ao mundo político. A estrutura do Departamento Cultural, por outro lado, não foi modificada, de modo que essas correções de rumo devem ser identificadas em outros níveis (Farias; Zétola, 2021, p. 264-267). Segundo os autores, a primeira dessas inflexões ocorreu nas chefias, com a valorização dos diplomatas que compartilhassem o pensamento político do novo governo; a segunda mudança ocorreu nas rotinas, com uma maior concentração do processo decisório; e a terceira inflexão ocorreu no

próprio conteúdo da diplomacia cultural, priorizando a difusão de elementos culturais com baixos níveis de engajamento político, como o ensino da língua portuguesa e a arquitetura.

A política africana, assim como o posicionamento em relação ao colonialismo português, também passou por um redirecionamento ao longo desse período inicial da Ditadura Militar. Durante o governo Castelo Branco houve uma mudança de sentido no discurso culturalista para, agora, a construção imaginária de uma comunidade Afro-Luso-Brasileira que contaria com mais de 120 milhões de habitantes, estaria presente em quatro continentes e que traria um aumento real para o poder do Brasil (Saraiva, 1993, p. 230). O primeiro presidente militar abordou essa questão em discurso realizado no Itamaraty em 31 de julho de 1964:

Nossa política anticolonial se defronta com o problema dos laços afetivos e políticos que nos unem a Portugal. Talvez a solução residisse na formação gradual de uma comunidade Afro-Luso-Brasileira, onde a presença brasileira fortificasse economicamente o sistema. Qualquer política realista de descolonização não pode desconhecer nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente (*apud* Faraco, 2016, p. 297).

Essa estratégia buscava uma solução para questão colonial portuguesa nem completamente colonialista, nem inteiramente independentista, onde essa suposta comunidade asseguraria a presença portuguesa na África e interromperia os movimentos de independência, garantindo, por outro lado, uma maior autonomia para esses territórios (Faraco, 2016, p. 297). Dessa forma, o relacionamento especial desenvolvido com Portugal impossibilitou que o Brasil apoiasse efetivamente os processos de descolonização da África portuguesa. Essa realidade só mudaria em meados dos anos 1970, com a Revolução dos Cravos e o consequente fim do regime Salazarista em Portugal e uma nova inflexão na formulação da política externa brasileira, promovida a partir do governo de Ernesto Geisel em 1974.

É durante esse momento que o paradigma globalista assume novamente a hegemonia na formulação da política exterior brasileira, dessa vez sob uma lógica extremamente pragmática, em um período que ficou conhecido como “pragmatismo responsável⁴⁹”. Diante desse contexto, o continente africano volta a ocupar um lugar estratégico para a política internacional brasileira, que buscava ampliar sua influência política no mundo e desenvolver acordos comerciais vantajosos. Assim, o discurso histórico-cultural é utilizado, mais uma vez, como elemento de aproximação entre o Brasil e o continente (Saraiva, 1993, p. 231). É importante destacar que

⁴⁹ Termo utilizado por Ernesto Geisel em pronunciamento feito na sua primeira reunião ministerial em 19 de março de 1974 e que marcaria o campo da política externa desenvolvida durante o seu governo.

esse padrão de discurso é utilizado, de maneira ainda mais intensa, com os países africanos de expressão portuguesa, que se tornaram independentes ao longo da década de 1970.

O fim do colonialismo português possibilitou, enfim, que o Brasil desenvolvesse as suas relações com o continente africano com mais coerência e naturalidade, dando fim à ambiguidade que marcou a política africana brasileira com relação a Portugal (Penna Filho; Lessa, 2007, p. 69-70). Esse novo posicionamento pode ser comprovado pela circular-telegráfica número 9821 de 7 de maio de 1974, ou seja, menos de duas semanas após a Revolução dos Cravos, que foi transmitida às missões diplomáticas do Brasil em Abdijan, Nairóbi, Kinshasa, Acra, Dacar, Lagos e Cairo, com retransmissão para a Embaixada em Lisboa e para as Representações junto à ONU em Genebra e Nova York:

[...] o Governo brasileiro ao mesmo tempo em que continuará a promover por todos os meios e em todos os modos as boas relações sempre existentes com Portugal, não deixará de apoiar, sempre que necessário, na ocasião oportuna e no foro apropriado, aquelas manifestações legítimas de aspirações nacionais anticolonialistas, ainda quando possam ser divergentes as interpretações que sobre o caso específico tenham os Governos do Brasil e de Portugal. Finalmente, a juízo do Governo brasileiro, uma comunidade afro luso-brasileira só será autêntica se for constituída por partes igualmente soberanas e na medida em que refletir uma evolução histórica e não uma imposição de vontades oficiais.

A mudança de postura em relação ao colonialismo português é evidente; mais ainda, a própria concepção de uma comunidade afro-luso-brasileira passa a exigir a soberania de todas as partes envolvidas. Os PALOP se tornam, então, prioridade na atuação da diplomacia brasileira na África, o que pode ser percebido pelo rápido reconhecimento da independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde em 1974, e de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe em 1975. Por outro lado, a complacência brasileira com Portugal não passou impune no estabelecimento das relações com os novos países, especialmente com Moçambique, que não concedeu qualquer privilégio ao relacionamento com o Brasil nesse primeiro momento. A consolidação desses vínculos não ocorreu, dessa forma, de forma automática e exigiu um posicionamento ativo do Itamaraty.

Um olhar sobre a África Lusófona sempre esteve presente na diplomacia brasileira que, mesmo diante de toda a ambiguidade do período, utilizou o discurso cultural e o passado histórico comum como ponte para uma aproximação com o continente africano, principalmente com o seu lado atlântico. Diante disso, a língua portuguesa se colocou como um importante elemento da política externa cultural brasileira para África, especialmente para o aprofundamento do relacionamento com os PALOP. O Brasil tem utilizado o português

sistematicamente como instrumento de sua política de diplomacia cultural e a descolonização da África de expressão portuguesa trouxe novas oportunidades e desafios para política linguística brasileira, a partir do surgimento de novos polos pluricêntricos de irradiação do idioma. Antes disso, entretanto, todas as políticas de difusão do idioma foram tomadas de forma unilateral, como será apresentado no próximo tópico.

4.2 A LÍNGUA PORTUGUESA COMO INSTRUMENTO DA DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA

Como vimos, o Brasil desenvolveu uma estrutura de promoção cultural no exterior razoavelmente cedo, no início dos anos 1930, ainda que não dispusesse dos mesmos recursos orçamentários que as grandes potências, pioneiras nessas iniciativas. Essa condição se refletiu, por um lado, na sistematização da relação entre o campo cultural do país e a diplomacia, e por outro, em uma certa fragilidade na estruturação dessas iniciativas, devido à falta de recursos disponíveis.

Diante disso, o desenvolvimento da diplomacia cultural brasileira se apoia em três características principais: precocidade, continuidade e pragmatismo (Dumont; Fléchet, 2014, p. 216). Segundo as autoras, “o Brasil, de fato, compreendeu bastante cedo que o *soft power* era uma ferramenta apreciável para uma potência secundária, desejando consolidar sua inserção no cenário internacional e afirmar suas posições econômicas”. A indissociável relação entre língua e cultura faz com que a língua portuguesa se transforme, assim, em um significativo instrumento da diplomacia cultural brasileira, já que apresenta um enorme potencial de difusão internacional da imagem do país e da afirmação de sua identidade.

A promoção do idioma seria, portanto, a meta síntese da diplomacia cultural, uma vez que a língua carrega os diversos fatores históricos, políticos e culturais que compõem determinada identidade nacional, possibilitando o diálogo e o intercâmbio com outros povos e uma efetiva difusão cultural (Pilati; Viana, 2021, p. 13-14). A política exterior para a língua não representa, dessa forma, um fim em si mesmo, mas se insere em um objetivo mais amplo das estratégias externas de um país, sendo formulada no âmbito da política externa cultural. Dessa forma, o Estado brasileiro tem empreendido diversas iniciativas, coordenadas pelo Itamaraty e com foco na difusão da língua portuguesa, que visam contribuir para o alcance de seus objetivos internacionais, apesar de, muitas vezes, esbarrar em variados obstáculos estruturais.

4.2.1 A difusão da língua portuguesa falada no Brasil

A primeira questão fundamental que se deve considerar ao analisar a promoção da língua portuguesa no mundo é o fato de haver, historicamente, dois Estados comprometidos com a sua difusão: Brasil e Portugal, que dão origem às duas normas dominantes do idioma. Essa circunstância singular gerou estruturas próprias e independentes de promoção do português, vinculadas aos órgãos oficiais de cada um dos países (Zétola, 2019, p. 29) e que se refletiram em estratégias unilaterais e não integradas. Essa orientação pode ser percebida na própria construção discursiva da diplomacia brasileira, que enfatiza a difusão da “língua portuguesa falada no Brasil”, como delimitado pelo documento Diretrizes para Difusão da Língua Portuguesa pelo Brasil no Exterior⁵⁰: “A atuação do Itamaraty na difusão da língua portuguesa está orientada pela valorização da vertente brasileira do idioma nos cursos, currículos, materiais didáticos e atividades de extensão cultural realizadas no exterior (*ibidem*, 2019, p. 36-46).

Os primeiros esforços de promoção do português elaborados pelo governo brasileiro estão localizados na conjuntura inicial de institucionalização do setor cultural do Itamaraty, já mencionado anteriormente. Dessa forma, refletindo os objetivos definidos e os principais destinatários da política cultural do período, essas iniciativas tiveram como foco, nesse primeiro momento, sobretudo, os países do seu entorno regional. Pioneiro nessa política, foi fundado no ano de 1940 em Montevideú, o Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro⁵¹ (ICUB), a primeira instituição criada para difundir a cultura brasileira no exterior.

Nas décadas seguintes, a estruturação dessa estratégia deu origem aos Centros de Estudos Brasileiros (CEBs) que, a partir de 2008 passaram a se chamar Centros Culturais Brasileiros (CCBs) e que são, necessariamente, instituições vinculadas às missões diplomáticas brasileiras de seus locais de origem. A criação desses centros refletiu as prioridades estabelecidas pelo Brasil na sua política de difusão cultural; assim, se nas décadas de 1960 e 1970 houve a criação prioritária de CEBs na América do Sul, a partir da década de 1980 foram fundadas diversas unidades na África, com destaque para os PALOP, e na América Central e Caribe, diante da diversificação da atuação externa brasileira. Outras engrenagens importantes dessa política de promoção da língua portuguesa são os Leitorados e os Núcleos de Ensino de Português.

⁵⁰ O documento visa estabelecer parâmetros e diretrizes para a promoção da língua portuguesa pelo Brasil no exterior. Tem um caráter normativo e está estruturado em cinco seções: princípios, vertentes, dimensões, programas e currículos.

⁵¹ Hoje o ICUB não é mais vinculado ao governo brasileiro, mas segue desempenhando um importante papel no ensino da língua portuguesa no Uruguai.

É necessário destacar que o desenvolvimento desse conjunto de ações não aconteceu de forma integrada e harmônica, o que trouxe como benefício uma maior autonomia entre as unidades que permitiu uma melhor adaptação à cada uma das realidades locais; mas que, em contrapartida, dificultou a elaboração de estratégias de difusão do idioma coesas e integradas a uma estrutura mais ampla (Zétola, 2019, p. 31-32). Segundo Zétola, essa condição gerou três consequências negativas principais: a primeira delas é a ausência de uma marca comum que identifique e valorize cada uma das unidades da rede; a segunda é a falta de integração dos currículos, nivelamento e certificação, o que impossibilita a mobilidade dos alunos entre os diversos centros e, até mesmo, uma certificação comum; por último, a autonomia das unidades prejudica a elaboração de um plano de ação estratégico, dada as distintas realidades institucionais.

Para lidar com essas dificuldades o Ministério das Relações Exteriores tem buscado construir estratégias que coordenem a atuação de sua rede de promoção da língua portuguesa, por meio do estabelecimento de princípios e parâmetros comuns. Diante disso, foram lançadas, além das Diretrizes para Difusão da Língua Portuguesa pelo Brasil no Exterior mencionadas previamente, as propostas curriculares para o ensino do português no exterior, que visam preencher as lacunas metodológicas dos cursos de idioma oferecidos pelo Itamaraty.

Essas propostas se dividem em oito volumes que englobam os cursos de: 1) português como língua estrangeira para países de língua oficial espanhola; 2) português como língua intercultural para países de língua oficial portuguesa; 3) literatura brasileira para o ensino de português; 4) português para praticantes de capoeira; 5) português língua de herança; 6) português em contexto de línguas de média distância⁵²; 7) literatura brasileira infantil / infantojuvenil para o ensino de português; e 8) português como língua estrangeira por meio de quadrinhos. O MRE visa, a partir dessa iniciativa, valorizar o ensino/aprendizado da língua portuguesa em circunstâncias diversas, harmonizando os conteúdos e as metodologias de ensino de acordo com os variados contextos em que estão inseridos.

Para realizar esses objetivos de uma maneira mais eficiente e centralizada foi criado, em 2022, o Instituto Guimarães Rosa (IGR), que passou a administrar todo o escopo da diplomacia cultural brasileira, coordenando as atividades no exterior nos campos da língua portuguesa, da educação e da cultura. A partir desses eixos de atuação, o novo Instituto Cultural brasileiro é

⁵² De acordo com o documento: “Entre as línguas oficiais que compõem o contexto a que a presente proposta se destina de forma direta encontram-se, na perspectiva de uma distância média aproximativa, os seguintes idiomas: italiano, francês e crioulo haitiano, inglês, sérvio, holandês, finlandês, árabe e hebraico, sendo que no caso destes três últimos, identifica-se a possibilidade de uso do inglês como idioma de mediação, quando necessário, nos ambientes de ensino da rede”.

constituído por quatro divisões: Divisão de Ações de Promoção da Cultura Brasileira (DCULT); Divisão de Assuntos Multilaterais Culturais (DAMC); Divisão de Cooperação Educacional (DCE); e Divisão de Língua Portuguesa (DLP). As ações tomadas pelo Itamaraty tiveram como objetivo, dessa forma, superar os obstáculos apontados por Zétola, tanto na promoção da língua portuguesa no exterior, quanto na própria estrutura organizacional do setor cultural da diplomacia brasileira, que passou por constantes evoluções ao longo dos últimos 80 anos.

O discurso institucional aponta, então, para a necessidade de criar um sentido de conjunto para as atividades propostas pela política externa cultural brasileira, além da criação de uma marca forte que identifique essas ações. Esse quadro se torna nítido nas palavras do Embaixador Leonardo Gorgulho Fernandes, ao abordar a criação do Instituto Guimarães Rosa:

Ao longo das décadas, a marca característica de nossa diplomacia cultural foi a atualização, a modernização constante de seu perfil. Última etapa desse “reinventar-se”, o Instituto Guimarães Rosa é pautado por objetivos que atendem ao imperativo atual de fortalecer o planejamento estratégico da política externa cultural, de maneira a garantir modelo de governança integrado. Parte desse desafio é dar às ações no exterior sentido de conjunto e consolidar uma marca que leve à associação do Instituto com a promoção, por parte do governo brasileiro, da língua portuguesa, da difusão cultural e da cooperação educacional (Fernandes, 2022).

Especificamente a respeito da difusão da língua portuguesa, o IGR incorporou toda a estrutura da antiga Rede Brasil Cultural⁵³, composta pelos 24 Centros Culturais Brasileiros, 6 Núcleos de Estudos Brasileiros (NEBs) e cerca de 40 leitorados. Os CCBs se tornaram, então, as unidades físicas do IGR, sendo 13 na América Latina e no Caribe, 6 na África, 3 na Europa e 2 no Oriente Médio; já o Programa Leitorado passou a se chamar Leitorado Guimarães Rosa. Além disso, todos os postos diplomáticos e consulares brasileiros no exterior podem promover atividades no âmbito do Programa de Diplomacia Cultural administrado pelo IGR (Brasil, MRE, 2023). Dessa forma, a estrutura do IGR para “a promoção da vertente brasileira da língua portuguesa no exterior” é composta por:

- (i) 24 unidades físicas: vinculadas às embaixadas, suas atividades se concentram no ensino do português, mas também englobam a organização de outras iniciativas voltadas para a difusão da cultura brasileira como exposições, concertos, seminário, palestras, entre

⁵³ Criada em 1940 com o nome de Rede Brasileira de Ensino do Exterior (RBEx) no contexto inicial do desenvolvimento de políticas de diplomacia cultural pelo Itamaraty. Em 2013, diante de um maior apelo à cultura, passa a se chamar Rede Brasil Cultural. Era responsável por gerir as ações de promoção da cultura brasileira e da língua portuguesa falada no Brasil.

outras. Oferecem, também, cursos preparatórios para o exame do Celpe-Bras – Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros.

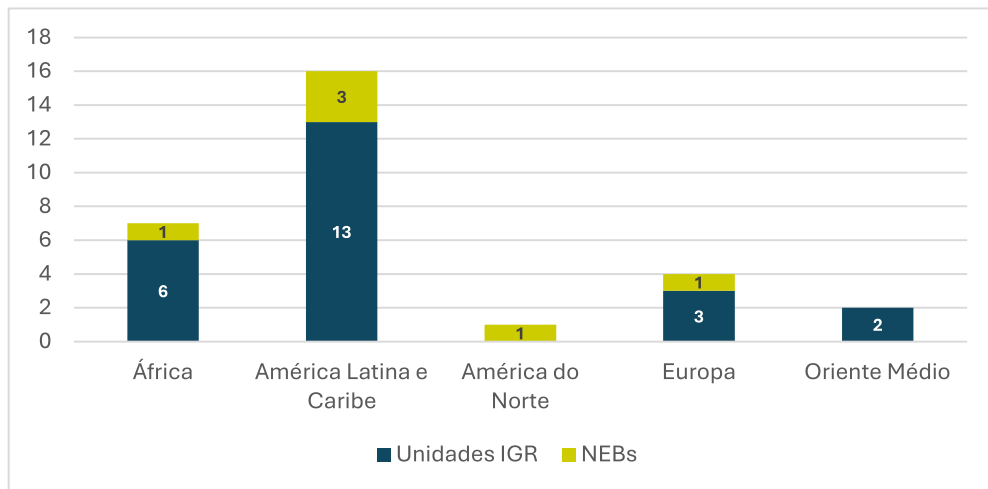
- (ii) 6 NEBs: Unidades menores, também vinculadas às Embaixadas; se diferenciam dos IGR principalmente pela sua estrutura mais concisa e flexível, que conta com um professor que leciona aulas de português para a comunidade local, além de organizar, eventualmente, atividades de difusão cultural. Permite, assim, avaliar a demanda para a criação de futuras unidades IGR.
- (iii) Leitorado Guimarães Rosa: Formado por professores universitários que atuam, apoiados pelo MRE, em Universidades estrangeiras com o objetivos de promover o ensino da língua portuguesa, da cultura e da literatura brasileiras. Atuam, também, na elaboração de projetos que aumentem as oportunidades de difusão do português nos países em que trabalham (Zétola, 2019, p. 31).

O ensino do idioma ocorre, nessa rede de postos, de uma maneira integrada às outras iniciativas de difusão cultural, o que demonstra uma forte associação entre língua e cultura em um contexto maior de promoção internacional da imagem do país, que seria, conforme as Diretrizes para Difusão da Língua Portuguesa pelo Brasil no Exterior, o objetivo último dessa política. Essa perspectiva justifica, também, a afirmação da promoção da variante brasileira do português, já que ela compreende as expressões sociais, culturais e as idiossincrasias dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira.

O desenvolvimento histórico⁵⁴ dessa estrutura priorizou determinadas estratégias e áreas de atuação, que se refletiram na disposição dos centros, núcleos e leitorados. Assim, por exemplo, as políticas de difusão da língua portuguesa e da cultura brasileira na América aconteceram essencialmente fora do espaço acadêmico, privilegiando as atividades ligadas às missões diplomáticas; por outro lado, na Europa, houve uma preferência pelo estabelecimento de leitorados (Diniz, 2015, p. 73). Já a estratégia africana privilegiou os países lusófonos do continente, com a criação dos centros, hoje unidades do IGR, em Cabo Verde (1986), Guiné-Bissau (1988), Moçambique (1989), Angola (2003) e São Tomé e Príncipe (2008), enquanto a Guiné Equatorial recebeu um NEB em 2012. O gráfico abaixo apresenta a localização das unidades IGR e dos NEBs por região em 2024:

⁵⁴ Para maiores informações sobre a evolução histórica do programa Leitorado, dos CCBs e dos NEBs, ver os verbetes “Leitorado” e “Centros Culturais Brasileiros” na obra *Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português* (2021).

Gráfico 1 – Localização das unidades IGR e dos NEBS por regiões do mundo em 2024



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos na obra *Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português* (2021).

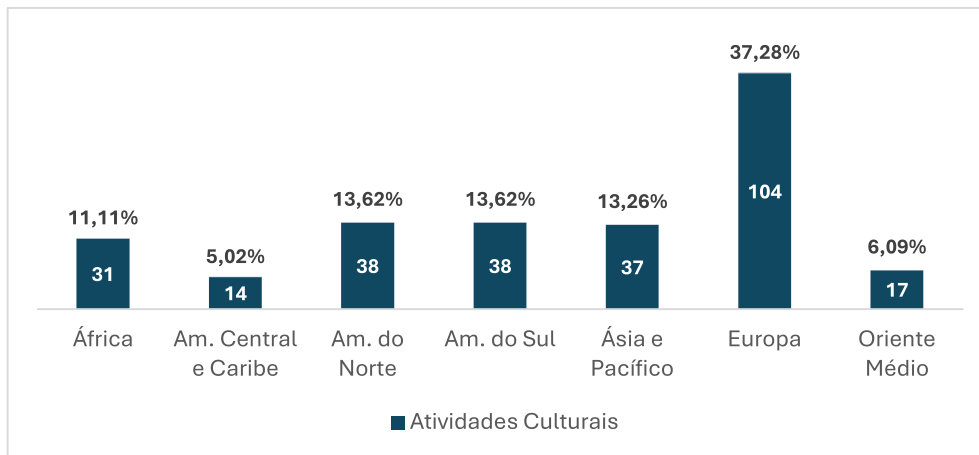
A partir desses dados, percebe-se que o foco desse tipo de estratégia de diplomacia cultural é a América Latina e o Caribe, com o continente africano ocupando o segundo posto. Isso explica o fato de o MRE ter lançado volumes específicos da proposta curricular de ensino de português para as unidades da rede de ensino do Itamaraty em países de língua oficial espanhola e para as de língua oficial portuguesa. O gráfico aponta, também, como a América do Norte⁵⁵ não foi, historicamente, alvo desse tipo de política cultural, com apenas um NEB inaugurado recentemente em Nova York. Por outro lado, os Estados Unidos receberam atenção no âmbito do programa de leitorados, assim como ocorreu com a Europa.

Chama a atenção o fato da Ásia, continente extremamente importante na geopolítica mundial, receber apenas duas unidades do IGR, ambas no Oriente Médio. Países como a China e a Índia, que possuem as regiões lusófonas de Macau e Goa, não foram contemplados com sedes do IGR ou mesmo Núcleos de Estudos Brasileiros, contando apenas com dois leitores em cada um dos países. Outra ausência expressiva ocorre no Timor Leste, país membro da CPLP e que possui apenas um leitor na Universidade Nacional Timor Lorosa'e. Não se trata aqui de questionar a importância dos Leitorados, que possuem relevância incontestável na política brasileira de difusão da língua portuguesa, mas de reconhecer que as estruturas das unidades IGR, principalmente, mas também dos NEBs, possuem uma maior robustez e autonomia para a elaboração de políticas, já que estão vinculadas às missões diplomáticas.

⁵⁵ Para essa contabilização o México foi incluído na categoria “América Latina e Caribe”.

É bem verdade, como vimos, que as políticas de diplomacia cultural não estão restritas a essas três iniciativas e podem ser propostas pelos diversos postos diplomáticos ao IGR. De acordo com o Relatório de Gestão do Exercício de 2022 divulgado pelo MRE, as atividades culturais apoiadas pelo IGR nesse ano estão localizadas geograficamente conforme o gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 – Atividades Culturais apoiadas pelo IGR por região do mundo em 2022



Fonte: elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Relatório de Gestão do Exercício 2022 - MRE

O gráfico 2 indica uma grande concentração de atividades no continente europeu, responsável por 37,28% dos projetos culturais apoiados pelo IGR, e um certo equilíbrio nas demais regiões. Se considerarmos um conjunto formado por Europa e América do Norte esse número corresponde a mais da metade dessas atividades (50,9%), o que contrasta com o gráfico 1, que mostra que somente 16,6% das unidades IGR e NEBs estão localizadas nessas duas regiões. Segundo o mesmo documento, isso se explica pela distribuição geográfica dos postos do Itamaraty no exterior, que se concentram no continente europeu, com 45 postos em 32 países (Brasil, MRE, 2023). Por outro lado, o inverso acontece com a América Latina e o Caribe, que correspondem a apenas 18,28% dessas iniciativas culturais e englobam 53,3% dos IGRs e NEBs. Isso demonstra, como apontado, a importância atribuída pelo MRE para o entorno regional nas estratégias de promoção da língua portuguesa.

Vale destacar, por fim, que todos os Estados africanos membros da CPLP contam com uma unidade do IGR ou um NEB, no caso da Guiné Equatorial. Apenas a África do Sul também está representada no continente e não possui o português como idioma oficial, o que reforça a relevância da África lusófona para as estratégias de política externa do Brasil. Além disso, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe também estão contemplados pelo programa Leitorado Guimarães Rosa. Foi, então, fundamentado por esse olhar lusófono, que o Brasil se engajou, a partir dos anos 1990, no projeto da CPLP.

4.3 CPLP: UM OCEANO DE OPORTUNIDADES?

A independência política dos PALOP, ocorridas nos anos 1970, foi fundamental para que emergisse, definitivamente, o caráter pluricêntrico da língua portuguesa, já que, como discutido no capítulo 2, os novos Estados resolveram adotar o idioma do colonizador como oficial após fim da dominação colonial. Esse fato possui extrema relevância para compreender a evolução e as transformações na maneira como o Brasil lida com as políticas de difusão da língua portuguesa. Apesar disso, o país demorou a responder às necessidades desse novo contexto e continuou a agir de forma unilateral em suas estratégias externas de promoção do idioma (Zétola, 2019, p. 30). Segundo o autor, somente na década de 1990 o país resolveu experimentar políticas de difusão do português que levassem em conta a sua natureza pluricêntrica, o que se refletiu na constituição do IILP, em 1989, no Acordo Ortográfico de 1990, e, mais tarde, da própria CPLP.

4.3.1 Os objetivos político-diplomáticos do Brasil

As novas conjunturas internacionais surgidas nos anos 1990, trouxeram, também, uma redefinição nos quadros conceituais da formulação da política externa brasileira, com o esgotamento dos paradigmas do americanismo e do globalismo (Pinheiro, 2000). Segundo a autora, essa redefinição preservou, contudo, o principal traço de continuidade e constância da diplomacia brasileira: a busca pela autonomia⁵⁶, que seria garantida a partir de uma ampliação dos recursos de poder do país. Nessa perspectiva, diante de um cenário de valorização da cooperação, das normas e das instituições multilaterais em âmbito internacional, como apresentado anteriormente, a política exterior brasileira precisou formular estratégias de ação que levassem em conta, tanto o seu desejo de autonomia, quanto a sua participação em arranjos internacionais que a limitam, mas que são fundamentais para a legitimidade de suas ações. A autonomia seria, então, alcançada por uma participação⁵⁷ ativa na agenda internacional, e não mais pela distância.

⁵⁶ A autora, a partir do trabalho de Russel e Tokatlian (*apud*, Pinheiro, p. 313), utiliza o termo no seu sentido político, definido por eles como “uma condição do Estado-nação que lhe possibilita articular e alcançar objetivos políticos de forma independente”, sendo “normalmente empregado para caracterizar a habilidade do Estado, entendida como capacidade e disposição para tomar decisões baseadas em necessidades e objetivos próprios sem interferências nem constrangimentos externos e para controlar processos ou acontecimentos que se produzem além de suas fronteiras”.

⁵⁷ Os conceitos de autonomia pela distância e autonomia pela participação foram formulados por Gelson Fonseca Jr. em seu texto “Alguns aspectos da política externa brasileira contemporânea” de 1998.

Dessa forma, em contextos de assimetria de poder desfavorável ao país em nível mundial, a política externa brasileira buscou atuar em arranjos de cooperação internacional com alto grau de institucionalização, que aumentassem, assim, as suas possibilidades de ganhos e evitassem uma submissão excessiva e automática às grandes potências; já no âmbito regional, onde o jogo de poder lhe é favorável, preferiu-se o engajamento em organizações com baixo nível de institucionalização (*ibidem*, 2000, p. 323-324), como é o caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Nesse sentido, de acordo com Pinheiro (2000, p. 326-327), o fato de se enxergar como uma potência intermediária que possui recursos limitados de poder, fez com que o Brasil, por um lado, reforçasse a escolha pelo institucionalismo, já que o respeito às normas de regulação internacional garantiria a manutenção dos seus espaços de autonomia; e por outro, atuasse baseado em princípios de poder em seu entorno regional, com o objetivo de garantir a sua liderança na região, além de um reforço multilateral na busca de maior voz no plano global.

Essa perspectiva pode ser observada na exposição do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores no governo Fernando Henrique Cardoso, ocorrida no X Fórum Nacional “As perspectivas da situação mundial e a política externa do Brasil”, em 1998:

É essencial ter presente, portanto, que a defesa de margens para escolhas próprias não se confunde mais, como ocorreu no passado, com a noção de autossuficiência. Muito pelo contrário: em nossos dias a autonomia passa necessariamente pela integração com outros países, e não apenas no âmbito regional, mas também por parcerias internacionais cuidadosamente construídas e aprofundadas. Passa, ainda, diferentemente do que se poderia intuir, por um mundo governado não por menos e sim por mais regras internacionais; sobretudo por decisões que atendam às nossas necessidades e interesses. Cabe justamente à diplomacia trabalhar para que o país possa participar de forma ativa da negociação e implementação dessas regras, não de forma isolada, mas em alianças e parcerias com outras nações (Lampreia, 1998).

É primordial compreender essas circunstâncias históricas que envolvem a formulação da política externa brasileira nesse período, porque é exatamente a partir dessas diferentes estratégias de atuação e institucionalização diante das conjunturas global e regional, que podemos identificar os principais interesses brasileiros na criação da CPLP⁵⁸. Nesse sentido, foi sob o comando de Lampreia no Itamaraty que a comunidade foi efetivamente fundada, inserida nesse contexto de integração com outros países e de participação internacional ativa,

⁵⁸ Apesar de seus membros estarem localizados em 4 continentes, a CPLP se reúne as características de uma organização regional.

por meio de alianças e parcerias como estratégia fundamental na busca pelo desenvolvimento e pela autonomia.

Dessa maneira, é a partir da autopercepção da sua imagem no sistema internacional enquanto um Estado emergente, que possui recursos de poder limitados se comparados com as grandes potências, que o Brasil passa a posicionar a sua atuação exterior. Assim, o país buscou, por meio de uma participação relevante em fóruns regionais e multilaterais, construir o reconhecimento da sua capacidade de exercer influência no comportamento de outros atores, viabilizando o diálogo entre as grandes potências e os países subdesenvolvidos, mas também atuando como catalisador das reivindicações de países menores nas instituições em que ambiciona ampliar a sua presença (Jesus, 2012, p. 311).

Diante desse panorama, a amplitude geográfica dos países de língua oficial portuguesa, aliada ao propósito brasileiro de diversificação de suas relações internacionais, se configurou como uma interessante janela de oportunidade para o país exercer a sua influência no mundo. Assim sendo, se o aspecto cultural-linguístico foi imprescindível na constituição institucional da CPLP, foi a partir do seu pilar de concertação político-diplomática que o Brasil concentrou os seus objetivos principais na organização, defendendo também, no âmbito da comunidade, valores que reforcem a sua credibilidade no plano internacional como a promoção da democracia e dos direitos humanos.

O presidente Fernando Henrique Cardoso aponta essa direção, em discurso durante a sessão solene de abertura da cimeira que marcou a fundação da CPLP, em 17 de julho de 1996, ao afirmar que a comunidade será uma “extensão da própria personalidade internacional” do Brasil:

Queremos construir uma comunidade em sentido pleno, inspirada no valor da igualdade, afastada de articulações hegemônicas, dedicada a um trabalho harmonioso de cooperação – uma comunidade de que, em suas deliberações, honre nosso espírito democrático. Com sentido de realismo, a comunidade responderá adequadamente ao impulso, próprio das relações internacionais contemporâneas, de que os países pertençam a coalizões ordenadas ao longo não mais de clivagens entre o Norte e o Sul ou Lestes e Oeste, mas, sim, de interesses prontamente identificáveis pelo cidadão. [...] E esse é o sentido de que os Sete [países fundadores da CPLP], apoiados nessa comunhão linguística que nos torna um núcleo particular, estabeleçamos uma comunidade política de países, diferentes, é certo, mas com muitos interesses compartilhados, com um grande potencial de ampliar a nossa voz e de melhorar a qualidade da cooperação que bilateralmente nos oferecemos uns aos outros (Cardoso, 1996).

Os países de língua portuguesa e, mais especificamente a CPLP, passam a ser, portanto, um dos vetores do planejamento diplomático brasileiro na busca por uma presença qualificada

na arquitetura internacional contemporânea, especialmente naqueles espaços que são debatidos os grandes temas mundiais pelos quais o país se interessa (Gala, s. d.). Além disso, segundo a autora⁵⁹, uma relação estreita com os PALOP possibilita ao Brasil construir pontes com diversas regiões africanas; como no caso da África Ocidental, área que historicamente recebe uma forte influência francesa, onde o diálogo e a cooperação com Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, a partir da CPLP, proporcionaram ao país tanto uma maior inserção nos temas da política regional, quanto a possibilidade de buscar novas oportunidades comerciais e econômicas. Situação semelhante pode acontecer na Ásia em relação ao Timor Leste, que está em processo de adesão à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

4.3.2 A importância da Cooperação na atuação internacional brasileira

Fato é que a CPLP foi criada em um momento de retração das relações entre o Brasil e o continente africano, que tinham atingido o seu ápice durante o período iniciado com a política exterior pragmática do governo Geisel. Diante disso, a diplomacia brasileira identificou na comunidade a oportunidade de aprofundar essas relações, principalmente a partir do argumento da cooperação técnica⁶⁰ (Rizzi; Silva, 2017, p. 43). Assim, os pilares da concertação político-diplomática e da cooperação em todos os domínios dialogam intimamente entre si na construção dos interesses do país na CPLP, em um contexto de busca pelo reestabelecimento da relevância do Atlântico Sul na formulação da política externa brasileira.

Esse diálogo ocorre porque “a cooperação internacional não deve ser medida apenas sob o aspecto econômico de seus valores monetários quantificáveis: os aspectos políticos e estratégicos seriam, talvez, os mais decisivos” (Ceolin, s.d., p. 30). A cooperação, assim, apesar de ser capaz de trazer benefícios para todas as partes implicadas, não visa exclusivamente os ganhos da coletividade, mas responde a uma série de interesses individuais dos Estados que cooperam. É sob esse aspecto que ela ganha destaque na CPLP, já que a partir dos diferentes objetivos particulares de cada um dos seus membros, pode-se estabelecer relações vantajosas para o todo.

⁵⁹ Diplomata, foi chefe da Divisão de África II (1999-2004) do Ministério das Relações Exteriores, tendo participado, desde os anos 1990, dos trabalhos da diplomacia brasileira relacionados à criação e à consolidação da CPLP.

⁶⁰ De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação, “A cooperação técnica prestada pelo Brasil para o exterior, comumente chamada de Cooperação Sul-Sul (CSS), desenvolve-se em resposta a demandas recebidas de governos estrangeiros, por canais bilaterais, ou via organismos internacionais com os quais o País mantenha programas de cooperação trilateral. Nessa vertente, as iniciativas podem ser bilaterais, trilaterais ou com blocos de países” (ABC, s.d.).

A cooperação com os Países de Língua Portuguesa desempenha, portanto, um papel fundamental nas estratégias brasileiras de cooperação internacional, oferecendo um ambiente onde o país e suas instituições responsáveis passam a explorar as potencialidades de prestar, e não apenas receber, atividades de cooperação para o desenvolvimento. Dessa maneira, os países da CPLP se tornaram os principais beneficiários da cooperação técnica internacional brasileira, que se desenvolve, sobretudo, por meio da transferência de tecnologias adaptadas às realidades geográficas, climáticas e socioeconômicas locais (Gala, s.d., p. 23).

A atuação do Brasil nesse campo não se desenvolveu, com isso, a partir de doações de capitais para ajuda internacional ao desenvolvimento, e sim através do compartilhamento de conhecimentos técnicos e experiências relevantes em diversos temas de interesse para os PALOP e o Timor Leste como saúde, agricultura, educação, meio ambiente, administração pública etc. (Ceolin, s.d., p. 32). A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada diretamente à Secretaria-Geral do Itamaraty, e parte integrante do Ponto Focal brasileiro de Cooperação junto à CPLP, coordena os principais projetos implementados pelo Brasil no âmbito da comunidade, atuando em conjunto com as instituições brasileiras de referência em suas áreas de atuação como a FIOCRUZ, a EMPRAPA, o SENAI, entre outras.

As políticas brasileiras voltadas para a CPLP se intensificaram a partir do início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, com o retorno do continente africano às pautas prioritárias da diplomacia do país. A política externa desse período (2003-2010) foi marcada por um movimento de pró-ativismo político que recuperou as concepções e os conceitos da Política Externa Independente, adaptadas à conjuntura daquele momento, e que utilizava a cooperação sul-sul como instrumento político e econômico, ligado à política de defesa nacional (Rizzi; Silva, 2017, p. 44). Essa orientação pode ser percebida já no discurso de posse do novo Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim⁶¹, ao afirmar que seria desenvolvida uma maior cooperação com os países africanos, enfatizando uma atenção especial no relacionamento com Angola e Moçambique, e a valorização da cooperação no âmbito da CPLP, inclusive com o Timor Leste, que havia acabado de entrar na organização.

Duas modificações na estrutura do Itamaraty, a partir do decreto nº 4.759 de 21 de junho de 2003, também indicam essas novas orientações prioritárias da política externa brasileira. A primeira delas foi a criação inovadora da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), vinculada ao Departamento Cultural; e a segunda foi a separação do Departamento de África e

⁶¹ Essa foi a segunda Gestão de Celso Amorim no comando do Itamaraty, a primeira ocorreu entre os anos de 1993 e 1994 durante o governo do presidente Itamar Franco.

Oriente Próximo em dois: o Departamento de África (DEAF) e o Departamento de Oriente Próximo (DEOP). Essas mudanças reforçam o caráter fundamental que a língua portuguesa e o continente africano desempenham nas estratégias de inserção externa do país, e se refletem na busca pela valorização internacional do idioma e da cultura brasileira e pelo fortalecimento das políticas de cooperação sul-sul.

Todo esse cenário estimulou uma participação mais proativa do Brasil na CPLP, em busca da maximização de seus recursos de poder e influência em âmbito global. Prova dessa importância estratégica concedida aos países de língua oficial portuguesa e à organização lusófona foi a constituição, de forma pioneira, de uma representação diplomática permanente para lidar com os assuntos relacionados à comunidade. A Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi estabelecida no ano de 2006, com sede em Lisboa, e visa articular e coordenar a atuação brasileira na organização.

É evidente o protagonismo que o Brasil exerce na CPLP, seja pelo seu papel decisivo na criação da comunidade, seja pelo seu peso político e econômico, ou por concentrar a maior parte da população lusófona mundial. A organização se coloca, assim, como um interessante instrumento para a diplomacia brasileira na busca pela projeção de seus valores e interesses no plano internacional. Torna-se evidente, da mesma forma, que a partir da língua portuguesa e de uma suposta cultura comum o país se engajou na comunidade e tem buscado atingir os seus objetivos, sobretudo, a partir dos pilares da concertação político-diplomática e da cooperação. De acordo com o Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos, que chefiou a Missão do Brasil junto à CPLP entre 2018 e 2021, o Brasil é um dos principais beneficiários dos esforços de concertação política no âmbito da comunidade. Ele apontou, em seu Relatório de Gestão que:

Em anos recentes, a Missão do Brasil teve desempenho muito satisfatório na busca de endossos da Comunidade a candidaturas brasileiras em outras organizações internacionais. Destaco muito especialmente os pleitos brasileiros a integrar a Comissão de Direito Internacional (2023-2027), o Conselho de Segurança (2022-2023), o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (2024-2026) e o Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo (2021-2025). Tudo isso veio somar-se ao reiterado apoio da CPLP e de seus membros à pretensão brasileira a vir a ocupar assento permanente no CSNU [Conselho de Segurança das Nações Unidas] (Brasil, 2022, p. 2).

No que diz respeito à cooperação, o Embaixador afirmou, no mesmo documento, que “desde a criação da CPLP, em 1996, o Brasil tem exercido protagonismo na proposição e financiamento de projetos de cooperação, em iniciativas que vão do aleitamento materno à gestão de recursos hídricos e aos direitos das pessoas com deficiências”. A cooperação técnica prestada pelo Brasil aos países de língua portuguesa tem alcançado números expressivos nas

últimas décadas, servindo como um relevante recurso de *soft power*, já que, a partir dessas atividades, as tecnologias, a cultura e os valores brasileiros também são disseminados. A tabela abaixo mostra a quantidade de projetos brasileiros executados pela ABC junto aos PALOP e ao Timor Leste, entre os anos de 1998 e 2019.

Tabela 3 – Número de projetos de cooperação técnica com os PALOP e o Timor Leste

PAÍSES	NÚMERO DE PROJETOS
ANGOLA	80
CABO VERDE	95
GUINÉ BISSAU	68
GUINÉ EQUATORIAL	4
MOÇAMBIQUE	146
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	100
TIMOR LESTE	78
TOTAL	571

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos na obra Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português (2021).

É importante destacar, diante desse número expressivo de projetos realizados, que a existência da CPLP não prejudica a execução da cooperação bilateral entre esses países, ao contrário, serve como um espaço para amplificar e fortalecer essa modalidade de cooperação. O interesse estratégico brasileiro na promoção da cooperação sul-sul pode ser entendido a partir da concepção de que “a cooperação complementa a ação externa dos Estados, pois se apresenta como uma forma de criação e estreitamento de laços políticos, econômicos e culturais, além de conferir maior protagonismo internacional (instrumento de influência e credibilidade)” (Rizzi; Silva, 2017, p. 37).

As prioridades brasileiras se refletiram na presidência *pro tempore* do país na organização ocorrida entre os anos de 2016 e 2018, cujo tema escolhido foi “A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A opção por esse tema reflete o desejo do Brasil de aproximar a agenda de trabalho da CPLP da agenda global, o que reforçaria, assim, os ganhos no âmbito da concertação político-diplomática. De acordo com o Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, que chefiou a Missão do Brasil na comunidade durante a presidência rotativa brasileira:

O Brasil escolheu o tema “A CPLP e a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)” para a sua presidência de turno, visando a inserção dos trabalhos da Comunidade no âmbito da agenda global e à aproximação da CPLP a outras organizações internacionais, sobretudo à ONU, responsável

pela adoção, em 2015, da agenda 2030 e dos 17 ODS, a serem cumpridos até 2030 (Brasil, s.d.).

Esse objetivo também se refletiu no pilar da cooperação em todos os domínios, o que demonstra a atuação conjugada entre os trabalhos de cooperação e concertação. O Manual de Cooperação da CPLP, aprovado na XLI Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação em abril de 2021, destacou que:

A Cooperação da CPLP engloba o conjunto de atividades promovidas no âmbito da Organização com o propósito de incrementar o desenvolvimento inclusivo e sustentável dos seus Estados-Membros (EM), alinhando-se com a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, obedecendo a princípios de solidariedade e parceria e constituindo, assim, um contributo à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CPLP, 2021b).

A CPLP representa, dessa forma, um meio pelo qual a diplomacia brasileira busca alcançar uma maior liderança e influência no Atlântico Sul, assim como um maior prestígio internacional, articulando as ações da comunidade com a agenda e os valores globais. A língua portuguesa foi mobilizada para fomentar a aproximação entre esses Estados, entretanto, como discutido, os principais interesses brasileiros localizam-se nas áreas de concertação político-diplomática e cooperação internacional. Não surpreende, portanto, que, apesar de possuir um tradicional setor cultural em seu Ministério das Relações Exteriores e uma política consolidada de promoção do idioma, a coordenação geral da CPLP esteja institucionalmente vinculada à Secretaria de África e Oriente Médio do Itamaraty, e não ao Instituto Guimarães Rosa e à Divisão de Língua Portuguesa. A Política Externa Brasileira tem, assim, pouco aproveitado o potencial que o patrimônio cultural da lusofonia oferece, não traduzindo em ações os discursos que são produzidos no âmbito da comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do papel de relevância que a cultura tem exercido nas relações internacionais contemporâneas, as discussões realizadas nesta dissertação tiveram como foco o patrimônio linguístico-cultural dos países de língua oficial portuguesa. Assim sendo, buscou-se, a partir do desenvolvimento histórico da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, compreender de que modo esse patrimônio tem sido mobilizado por esses países como um instrumento de diplomacia cultural, na busca pela construção de um ambiente favorável à integração intracomunitária e à sua projeção externa.

Para isso determinamos, em um primeiro momento, os conceitos de *soft power* (Nye, 2004; Ohnesorge, 2020) e diplomacia cultural (Mark, 2009) que assumimos neste estudo, essenciais para a compreensão das estratégias de institucionalização da CPLP. Em seguida, submetemos esses referenciais teóricos à análise dos documentos que orientaram a criação da organização (Declaração Constitutiva e os Estatutos) e identificamos a elaboração de uma narrativa que indica que o fator cultural serviu de ponte para que os países da comunidade atingissem objetivos de suas políticas externas, com um processo de cooperação que surge do compartilhamento de um idioma comum, mas que pretende se estender para outras áreas.

Nosso questionamento inicial se baseou, desse modo, em uma hipótese que enxerga o patrimônio linguístico-cultural dos Estados-membros da CPLP como fundamento de estratégias de diplomacia cultural que visam aprofundar as relações entre esses países, criando sinergias capazes de trazer ganhos de política externa em diversos setores. Esse patrimônio poderia ser, portanto, um importante vetor de valorização da diversidade cultural e linguística inerente a esse grupo de países, assim como um elemento de reconhecimento internacional e projeção da organização.

Nesse sentido, apresentamos as condições que possibilitaram a elaboração do projeto político que deu origem à CPLP, dando ênfase às intenções por trás do estímulo a concepção de “comunidade”, que trouxe para o centro do processo a ideia de compartilhamento de tradições e vivências históricas, e indica um propósito mais ambicioso no desenvolvimento dos planos de integração.

Observamos que, apesar de se definir como uma comunidade, a CPLP se institucionalizou como um foro multilateral que tem como foco a concertação político-diplomática e a cooperação entre esses países. Assim, desde o princípio, a concepção do “comum” pauta a discursividade oficial da organização, trazendo como consequência, por um lado, as possibilidades de expansão da integração, mas por outro o apagamento da diversidade

que engloba os países de língua portuguesa, se pretendendo um bloco (supostamente) coeso, mas que desconsidera, dessa forma, a história colonial e todas as suas consequências, traumas e disputas.

Vimos que, ao se colocar como uma “comunidade dos países” a CPLP restringiu a integração aos Estados que possuem o português como idioma oficial. Essa decisão trouxe consequências significativas para a relação da comunidade com os povos de língua portuguesa, já que muitos deles não estão presentes no processo institucional, o que nos faz concluir que a organização busca muito mais uma articulação político-diplomática entre Estados nacionais, do que uma articulação dos povos em torno da língua portuguesa e de seus respectivos patrimônios culturais. Isso explica o fato do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, primeiro movimento de aproximação entre esses países, ter sido ignorado por quase vinte anos desde a sua criação.

Analisamos, então, as especificidades do cenário internacional contemporâneo que potencializaram a criação da CPLP, dando ênfase ao lugar, cada vez mais significativo, que a cultura ocupa na elaboração das políticas externas dos países, e ao papel de destaque que o multilateralismo e as Organizações Internacionais passam a desempenhar na legitimação das decisões internacionais no mundo pós-Guerra Fria. Nesse sentido, é através dessa conjuntura favorável às instituições multilaterais que os países lusófonos mobilizaram os seus patrimônios linguístico-culturais para construir uma organização capaz de auxiliar na busca por seus objetivos externos, diferentes entre si devido às assimetrias existentes entre eles. Se o Brasil, por exemplo, busca racionalizar o seu poder no mundo através do aumento da sua influência global, os PALOP e o Timor Leste visam, sobretudo, o desenvolvimento nacional, principalmente por meio da cooperação.

A partir dessa discussão o capítulo “Língua, Cultura e Patrimônio Lusófono: entre a heterogeneidade e a homogeneização” buscou analisar os discursos e ações da CPLP em relação à língua portuguesa e ao patrimônio cultural dos países lusófonos. Para isso discutimos, em um primeiro momento, as relações ora dicotômicas, ora complementares entre língua e cultura, e o papel fundamental que a língua desempenha na apropriação da cultura e do patrimônio. De acordo com esta análise, vimos que é a partir dessa relação, que tem origem a diversidade que enriquece a língua portuguesa, capaz de transmitir os valores inerentes a cada uma dessas culturas e, concomitantemente, se transformar a partir do contato com elas. Essa heterogeneidade contrasta, portanto, com uma concepção de língua homogênea, que apaga as diferenças em nome de uma suposta unidade. Assim, tornou-se necessário considerar de que maneira o discurso sobre a língua é abordado na CPLP.

Observamos, a partir das elaborações discursivas dos documentos oficiais da CPLP conforme os padrões enunciativos propostos por Silva e Sant'anna (2012), uma forte presença de construções que buscam dar sentido de homogeneidade à língua portuguesa e ao patrimônio cultural dos países lusófonos, silenciando as diferenças, as disputas e as polêmicas, principalmente aquelas que são oriundas da dominação colonial e da colonização linguística. Essa característica fragiliza toda a potencialidade que tem origem na heterogeneidade e enfraquece a concepção da CPLP como uma comunidade pluricultural, dada a estreita relação entre língua e cultura.

Apesar disso, vimos que existem iniciativas no âmbito da comunidade que apontam para outra direção: de valorização das diferenças, em uma concepção de lusofonia como necessariamente multicultural e sem hierarquias, onde a igualdade e a unidade se encontram na diversidade. A atuação do IILP é o maior exemplo desse tipo de abordagem, a partir do desenvolvimento de uma política de gestão coletiva da língua portuguesa, que valoriza as suas diferentes normas, sem atribuir caráter dominante a nenhuma delas, em uma perspectiva pluricêntrica. A Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP também tem esse potencial, entretanto, como vimos, o baixo engajamento dos países da comunidade com sua atuação, os poucos projetos lançados e não desenvolvidos e a irregularidade das reuniões da Comissão têm feito com que essa potencialidade não se traduza em realidade.

Por fim, examinamos no último capítulo a importância da língua portuguesa para a diplomacia cultural brasileira. Para isso, fizemos uma análise histórica sobre o desenvolvimento da política externa cultural do país ao longo do século XX, com destaque especial para a PEI, época em que foi determinada a formulação de uma política externa cultural voltada para o continente africano. Percebemos, diante disso, que um olhar para a África Lusófona sempre esteve presente na diplomacia brasileira, que se utilizou do passado histórico comum para se aproximar dos países desse continente, especialmente os de língua portuguesa.

Traçamos, também, um histórico da promoção do português pelo Brasil, desde a fundação dos primeiros institutos culturais até o recém-criado Instituto Guimarães Rosa. Diante disso, vimos que se formataram, historicamente no âmbito da língua portuguesa, estratégias de promoção do idioma unilaterais e não-integradas, que se mantêm até os dias de hoje. O Brasil, portanto, promove o “português brasileiro”, mesmo afirmando institucionalmente não existir qualquer conflito de interesses entre as estratégias individuais do país e aquelas formatadas coletivamente no âmbito do IILP. Esse fato nos aponta, contudo, que as intenções brasileiras no processo de integração lusófono não passam necessariamente pelo desenvolvimento da política linguística, e sim pelos outros objetivos da comunidade: a concertação político-

diplomática e a cooperação internacional. Como indicamos em nossa análise, o fato de a CPLP estar vinculada à Secretaria de África e Oriente Médio do Itamaraty, e não ao Instituto Guimarães Rosa mostra, por si só, os principais interesses do país na organização.

Concluimos, portanto, que apesar do patrimônio histórico-cultural ter impulsionado a criação da organização, a partir de estratégias que se enquadram nas concepções de diplomacia cultural e *soft power* aqui consideradas; uma vez criada e consolidada a comunidade, esse potencial foi deixado de lado e, a despeito de aparecer sempre nas narrativas da organização, não se traduz em realidade, o que refuta a nossa hipótese inicial. Como vimos, muitos são os fatores que ajudam a explicar esse fato, desde a busca institucional por uma homogeneidade linguística que apaga a diversidade, passando pela falta de comprometimento dos países com a área do patrimônio cultural, até as estratégias unilaterais que Brasil e Portugal assumiram, ao longo da história, de promoção do português.

A CPLP, nos seus 28 anos de existência, pouco fez pela valorização, de fato, da língua portuguesa e do patrimônio cultural dos seus Estados membros, apesar dos discursos, que não se traduzem em realidade. Os próprios países, diante de suas distintas especificidades, enxergam na organização outros objetivos, que vão de encontro às suas ambições externas individuais. Desse modo, a potencialidade do patrimônio linguístico-cultural não é ativada. Apesar disso, como vimos, existem movimentos interessantes sendo desenvolvidos, que indicam que caminhos diferentes podem ser trilhados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOTT, K. W.; SNIDAL, D. Why States Act through Formal International Organizations. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 42, n. 1, p. 3-32, fev. 1998.
- ALMEIDA, G. B. Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa (TCTC). In: PILATI, A; VIANA, N. (Orgs.) **Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português**. Brasília: FUNAG, 2021, p. 335-345.
- BASTOS, N. M. B. Lusofonia: uma questão de pertencimento histórico-social-político-cultural. **Caderno Seminal Digital**. Rio de Janeiro, n. 42, p. 19-54, 2022.
- BASTOS, N. M. B.; BRITO, R. P. Cultura e lusofonia: unidade e pluralidade. **Nhengatu**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2013.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003,
- BÂ, A. H. A tradição viva. In: KI_ZERBO, Joseph. **A história geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África. 2. Ed. Ver. Brasília: UNESCO, 2010.
- BILAC, Olavo. Tarde. In: **Poesias**. São Paulo: Martin Claret, 2011.
- BRITO, R. P. Contributos historiográficos para uma ideia de lusofonia. In: ASSUNÇÃO, C.; FERNANDES, G.; KEMMLER, R. (orgs.). **Tradition and Innovation in the History of Linguistics**. Münster: Nodus Publikationen, 2016, p. 39-47.
- CÂMARA JR, J. M. Língua e Cultura. **Revista Letras**, [S.l.], v. 4, dez. 1955.
- CARDOSO, F.H.C. Discurso por ocasião da sessão solene de abertura da Reunião de Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Biblioteca da Presidência da República**, 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1996-1/10.pdf>>. Acesso em: 26 de jan. de 2024.
- CEOLIN, S. A. O Brasil na CPLP: Uma modalidade de cooperação Sul-Sul. In: **A participação brasileira na CPLP**. Ministério das Relações Exteriores do Brasil, sem data.
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.
- CHRISTOFOLETTI, R. Patrimônio como esteio das relações internacionais: em questão, o soft power. In: CHRISTOFOLETTI, R. (Org.) **Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2017.
- CIANCIO, P. Instrumentos da lusofonia e uma política para a língua portuguesa. In: SUPPO, H. R.; LESSA, M. L (orgs.). **A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, p. 193-210.
- CONCATO, C. Língua Portuguesa: Rizoma de luso-poli-fonia. **Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura**, v. 25, n. 2, p. 1-9, maio/ago. 2023.

CORTESÃO, L. Porquê Paulo Freire e Amílcar Cabral? **EccoS – Revista Científica**. São Paulo, n. 25, p. 95-108, jan./jun. 2011.

COUTO, M. **E se Obama fosse africano?** e outras intervenções. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COUTO, M. **Língua portuguesa cartão de identidade dos moçambicanos**. Alocução produzida na Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão no contexto internacional: A Experiência Portuguesa, no âmbito dos 50 anos da RTP. Lisboa, 2007. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/lingua-portuguesa-cartao-de-identidade-dos-mocambicanos/1279>. Acesso em: 05 maio 2023.

CPLP. **18 anos CPLP: os desafios do futuro**. 2014.

DINIZ, L. R. A. De “Rede Brasileira de Ensino no Exterior” a “Rede Brasil Cultural”: processos e percursos na institucionalização da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP). **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana**, v. 13, n. 1 (25), p. 67-85, 2015.

DUMONT, J.; FLÉCHET, A. “Pelo que é nosso!”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 203-221, 2014.

EAGLETON, T. **The Idea of Culture**. Oxford: Blackwell Publishing, 2000.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARACO, C. A. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARACO, C. A. Instituto Internacional da Língua Portuguesa. In: PILATI, A; VIANA, N. (Orgs.) **Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português**. Brasília: FUNAG, 2021, p. 179-186.

FARACO, C. A. Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In: LOBO, T. et al. (orgs.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 31-50. *E-book*.

FARIAS, R. S.; ZÉTOLA, B. Diplomacia cultural: uma arena de embates na Ditadura Militar. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, v. 10, n. 2, p. 258-276, 2021.

FERNANDES, L. G. O Instituto Guimarães Rosa e a diplomacia cultural brasileira. **Interesse Nacional**, 2022. Disponível em: <<https://interessenacional.com.br/edicoes-posts/o-instituto-guimaraes-rosa-e-a-diplomacia-cultural-brasileira/>>. Acesso em: 27 de fev. de 2024.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: O dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, J. P.; CORREIA, M.; ALMEIDA, G. B. **Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa**. Praia: Instituto Internacional da Língua Portuguesa, 2017.

FIORIN, J. L. Língua portuguesa, Identidade nacional e lusofonia. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 33-34, p. 53-67, 2008.

FLORÊNCIO, S. R.; et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedi/Ceduc, 2014.

FREIXO, A. As relações luso-brasileiras e a CPLP. Algumas reflexões em torno da ideia da lusofonia. In: SOUSA, F.; SANTOS, P.; AMORIM, P. (orgs.). **As relações Portugal-Brasil no século XX**. Porto: CEPESE / Fronteira do Caos, 2010, p. 65-77.

GALA, I. V. A Política Externa do Governo Lula para a África: a política externa como instrumento de ação afirmativa... ainda que não só. Tese (Curso de Altos Estudos) Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2007.

GALA, I. V. Os pilares de atuação da CPLP e os interesses do Brasil. In: **A participação brasileira na CPLP**. Ministério das Relações Exteriores do Brasil, sem data.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GRAYLEY, M. **A língua portuguesa como ativo político: um mundo de oportunidades para os países lusófonos**. Curitiba: Appris, 2019.

GUERALDI, R. G. **A aplicação do conceito de poder brando (soft power) na política externa brasileira**. 2010. 206f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

GUIMARÃES, E. A Língua Portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 24-28, abr./jun. 2005.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

HELD, D.; MCGREW, A. **Prós e Contras da Globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

HERZ, M.; HOFFMANN, A. R. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

IORIS, R. R. A globalização cultural e os desafios para uma governança global democrática. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-39, jan./jun. 2010.

JESUS, D. S. V. Uma Flor Chamada Desejo: o Brasil e o poder no Língua Portuguesa. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 309-318, maio/ago. 2012.

KEOHANE, R. O. International institutions: Can interdependence work? **Foreign Policy**, Washington, n. 110, p. 82-96, 1998.

LAFER, C. Reflexões sobre a CPLP: lusofonia – sonho e realidade. **Revista de Política Externa**, v. 21, n. 4, p. 225-231, abr./mai./jun. 2013.

LAMPREIA, L. F. X Fórum Nacional “As perspectivas da situação mundial e a política externa do Brasil”. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, ano 25, n. 82, p. 51-59, 1998.

- LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- MARIANI, B. **Colonização Linguística**: Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.
- MARK, Simon. A Greater Role for Cultural Diplomacy. **Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’**, 2009.
- MARTIN, L.; SIMMONS, B. International Organizations and Institutions. In: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. (orgs.) **Handbook of International Relations**. Londres: Sage Publications, 2012, p. 326-351.
- MARTINS, M. L. A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In: MARTINS, M. L.; SOUSA, H.; CABECINHAS, R. (orgs.) **Comunicação e lusofonia**: para uma abordagem crítica da cultura e dos *media* no espaço lusófono. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 79-87.
- MENDES, E. Portal do Professor de Português Língua Estrangeira. In: PILATI, A; VIANA, N. (Orgs.) **Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português**. Brasília: FUNAG, 2021, p. 255-262.
- MOTTA, D. Cultural Heritage and International Cooperation: Lusophone Diplomatic Strategies. In: CHRISTOFOLETTI, R. **Soft Power and Heritage**. Cham: Springer, 2023, p. 333-347.
- NYE, J. S. Jr. **Soft Power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.
- OHNESORGE, H. W. **Soft Power, The Forces of Attraction in International Relations**. Cham: Springer, 2020.
- OLIVEIRA, G. M. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa da CPLP – Aspectos da gestão de uma organização político-linguística original. **Linha D’água (online)**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 11-36, maio/ago. 2019.
- OLIVEIRA, G. M. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 52, n. 2, p. 409-433, jul./dez. 2013.
- ORLANDI, E. **Língua e Conhecimento Linguístico**: Para uma história das ideias do Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, E. Processo de descolonização linguística e lusofonia. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 9-19, 2007.
- PANDIM, G.; KUHN, T. Z. Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC). In: PILATI, A; VIANA, N. (Orgs.) **Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português**. Brasília: FUNAG, 2021, p. 369-382.
- PENNA FILHO, P.; LESSA, A. C. M. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 57-81, jan./jun. 2007.

PEREIRA, D. S. O conceito de lusofonia e a cooperação na promoção e difusão da língua portuguesa. Torres Novas: Encontros de Lusofonia 13 nov. 2008. Tópicos de Intervenção.

PILATI, A.; MONTEIRO, K. Literatura. In: PILATI, A; VIANA, N. (Orgs.) **Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português**. Brasília: FUNAG, 2021, p. 229-244.

PILATI, A.; VIANA, N. Apresentação. In: PILATI, A; VIANA, N. (Orgs.) **Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português**. Brasília: FUNAG, 2021, p. 7-14.

PINHEIRO, L. Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 305-335, jul./dez. 2000.

PINTO, J. F. Da CPLP à Comunidade Lusófona: o futuro da lusofonia. **Revista Angolana de Sociologia**. n. 7, p. 107-118, 2011.

PUTNAN, R. D, Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010.

QUADROS, J. Bilhetes do presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores. **Cadernos do CHDD**, Brasília, ano V, n. 8, p. 313-484, 2006.

QUADROS, J. Artigo – Nova política externa do Brasil. In: FRANCO, A. (Org) **Documentos da Política Externa Independente – volume 1**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 145-155.

RIBEIRO, E. T. **Diplomacia Cultural**: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

RODRIGUEZ, Y. **Amérique latine et Caraïbes à l'UNESCO**: les enjeux du patrimoine dans les relations internationales (1960-2015). Paris: Université Paris-Saclay, 2022.

RIZZI, K. R.; SILVA, I. C. A CPLP como mecanismo de atuação do Brasil no Atlântico Sul: a ampliação da cooperação, os desafios e a possibilidade de liderança. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 32-63, jul./dez. 2017.

RUGGIE, J. G. Multilateralism: the Anatomy of an Institution. **International Organization**, v. 46, n. 3, p. 561-598, 1992.

RUI, Manuel. **Eu e o outro**: o invasor ou em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto. Comunicação apresentada no Encontro Perfil da Literatura Negra. São Paulo, Brasil, 1985.

SARAIVA, J. F. S. Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 30, n. 118, p. 219-236, abr./jun. 1993.

SCIFONI, S. Mundialização e a construção política do patrimônio mundial. In: CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (Org.) **Bens culturais e relações internacionais**: o patrimônio como espelho do soft power. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2017.

SEITENFUS, R. **Manual da organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

SILVA, D. B. DA.; SANT'ANNA, V. L. DE A. Fabrica-se um “novo português”? Uma análise discursiva de documentos da CPLP. **Gragoatá**, v. 17, n.32, jun. 2012.

SNOW, Nancy. Rethinking Public Diplomacy. In: SNOW & TAYLOR (Orgs.) **Routledge Handbook of Public Diplomacy**. New York: Taylor & Francis, 2008.

ZÉTOLA, B. Diretrizes para Difusão da Língua Portuguesa pelo Brasil no Exterior. **Cadernos de Política Exterior**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 19-48, ago. 2019.

Documentos oficiais

BRASIL, Ministérios das Relações Exteriores. **Discurso de posse do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim**, 2003. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/celso-luiz-nunes-amorim-discurso-de-posse>>. Acesso em: 27 de fev. de 2024.

BRASIL, Missão do Brasil junto à CPLP. **Relatório de Gestão (2018-2021) – Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos**. 2022.

BRASIL, Missão do Brasil junto à CPLP. **Relatório de Gestão – Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão**. Sem data.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Relatório de Gestão do Exercício de 2022**. Brasília, 2023.

CPC. **I Reunião da Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP – Ata**. Salvador, 2018a.

CPC. **II Reunião da Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP – Ata**. Lisboa, 2019.

CPC. **III Reunião da Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP – Ata**. 2021.

CPC. **Regulamento Interno da Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP**. 2018b.

CPLP. **Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP**. Lisboa, 1996.

CPLP. **Declaração sobre a Língua Portuguesa**. Lisboa, 2008.

CPLP. **Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Lisboa, 2007.

CPLP. **Manual da Cooperação da CPLP**. 2021b.

CPLP. **Plano de Ação de Brasília**. Brasília, 2010.

CPLP. **Plano de Ação de Díli**. Díli, 2016.

CPLP. **Plano de Ação de Lisboa**. Lisboa, 2013.

CPLP. **Plano de Ação de Praia**. Praia, 2021a.

CPLP. Resolução sobre a Instituição do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP. Cidade da Praia, 2009.

CPLP. Resolução sobre a Revisão dos Estatutos da CPLP. Luanda, 2023.

CPLP. X Reunião de Ministros da Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Declaração Final. Salvador, 2017.

IILP. Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). 2010.

IILP. TCTC – CPLP: apresentação. s.d. Disponível em: < <https://iilp.cplp.org/tctc-cplp/>>. Acesso em: 25 de abr. de 2024.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. 2003.

ANEXO A – Bens e elementos culturais dos países da CPLP nas listas da UNESCO

Lista do Patrimônio Mundial

Angola (1):

- Mbanza Kongo, vestígios da capital do antigo reino do Kongo – cultural.

Brasil (24):

- Cidade histórica de Ouro Preto – cultural.
- Centro histórico da cidade de Olinda – cultural.
- Missões jesuíticas guaranis – cultural.
- Centro histórico de Salvador – cultural.
- Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas – cultural.
- Parque nacional do Iguaçu – natural.
- Brasília – cultural.
- Parque nacional da Serra da Capivara – cultural.
- Centro histórico de São Luis – cultural.
- Reservas de Mata Atlântica do Sudeste – natural.
- Reserva de Mata Atlântica da costa de descobrimento – natural.
- Centro histórico de Diamantina – cultural.
- Complexo de conservação da Amazônia Central – natural.
- Parque nacional do Pantanal – natural.
- Ilhas atlânticas brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas – natural.
- Zonas protegidas do Cerrado: Parques nacionais de Chapada dos Veadeiros e das Emas – natural.
- Centro histórico da cidade de Goiás – cultural.
- Praça de São Francisco na cidade de São Cristóvão – cultural.
- Paisagem cultural do Rio de Janeiro – cultural.
- Conjunto Arquitetônico da Pampulha – cultural.
- Sítio arqueológico do Cais do Valongo – cultural.
- Paraty e Ilha Grande – Cultura e Biodiversidade – misto.
- Sítio Roberto Burle Marx – cultural.

- Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – natural.

Cabo Verde (1):

- Cidade Velha, centro histórico de Ribeira Grande – cultural.

Moçambique (1):

- Ilha de Moçambique – cultural.

Portugal (17):

- Zona central da cidade de Angra do Heroísmo nos Açores
- Convento de Cristo em Tomar
- Mosteiro da Batalha
- Mosteiro dos Jerônimos e Torre de Belém em Lisboa
- Centro histórico de Évora
- Mosteiro de Alcobaça
- Paisagem cultural de Sintra
- Centro histórico do Porto, ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar
- Sítios pré-históricos de arte rupestre do vale do rio Côa e de Siega Verde
- Floresta Laurissilva na Madeira – natural.
- Alto Douro Vinhateiro
- Centro histórico de Guimarães
- Paisagem da cultura da vinha da ilha do Pico
- Cidade-quartel fronteiriça de Elvas e suas fortificações
- Universidade de Coimbra – Alta e Sofia
- Edifício Real de Mafra – Palácio, Basílica, Convento, Jardim do Cerco e Tapada
- Santuário do Bom Jesus do Monte em Braga

Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial

Angola (1):

- Sona, desenhos e figuras geométricas na areia (2023)

Brasil (6):

- Samba de Roda do Recôncavo baiano (2008)
- Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi (2008)
- Frevo: a arte do espetáculo do carnaval do Recife (2012)
- Círio de Nazaré: procissão da imagem de Nossa Senhora de Nazaré na cidade de Belém (2013)
- Roda de Capoeira (2014)
- Complexo cultural do Bumba meu Boi do Maranhão (2019)

Cabo Verde (1):

- Morna: prática musical de Cabo Verde (2019)

Moçambique (2):

- Timbila Chope (2008)
- Gule Wamkulu* (2008)

Portugal (7):

- Fado, canção urbana popular de Portugal (2011)
- Dieta Mediterrânea* (2013)
- Canto polifônico do Alentejo, sul de Portugal (2014)
- Produção de figurado em barro de Estremoz (2017)
- Festas de inverno, carnaval de Podence (2019)
- Falcoaria, patrimônio humano vivo* (2021)
- Festas do povo de Campo Maior (2021)

*Dividido com outros países

Lista do Patrimônio Cultural Imaterial que requer medidas urgentes de salvaguarda**Brasil (1):**

- Ritual Yaokwa do Povo Enawene Nawe (2011)

Moçambique (1):

- Ingoma Ya Mapiko (2023)

Portugal (2):

- Arte chocalheira (2015)
- O Processo de Confeção da Louça Preta de Bisalhães (2016)

Timor Leste (1):

- Tais, tecido tradicional (2021)